



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PGCDS – MESTRADO ACADÊMICO

JAQUELINE FERREIRA HOLANDA DE MELO

**TRAJETÓRIAS DE FILIAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E PRÁTICAS DE CONSUMO
POR FILIADOS A PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA:
ENTRE EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS E REFLEXÕES POLÍTICAS**

Recife
2016

JAQUELINE FERREIRA HOLANDA DE MELO

**TRAJETÓRIAS DE FILIAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E PRÁTICAS DE CONSUMO
POR FILIADOS A PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA:
ENTRE EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS E REFLEXÕES POLÍTICAS**

Trabalho de Dissertação para fins de obtenção do Título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social / UFRPE, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social sob a da Prof^a. Dra. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes e coorientação do Prof. Dr. Marcelo Machado Martins.

Recife
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Nome da Biblioteca, Cidade-PE, Brasil

M528t Melo, Jaqueline Ferreira Holanda de
Trajetórias de filiação político-partidária e práticas de consumo por filiados a partidos políticos de esquerda: entre expressões identitárias e reflexões políticas / Jaqueline Ferreira Holanda de Melo . – 2016.
128 f. : il.

Orientador(a): Raquel de Aragão Uchôa Fernandes.
Coorientador(a): Marcelo Machado Martins.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social , Recife, BR-PE, 2016.

Inclui apêndice(s) e referências.

1. Consumo (Economia) 2. Filiação partidária 3. Identidade (Psicologia)
I. Fernandes, Raquel de Aragão Uchôa, orient. II. Martins, Marcelo Machado, coorient. III. Título

CDD 640

JAQUELINE FERREIRA HOLANDA DE MELO

**TRAJETÓRIAS DE FILIAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E PRÁTICAS DE CONSUMO
POR FILIADOS A PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA:
ENTRE EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS E REFLEXÕES POLÍTICAS**

Trabalho de Dissertação para fins de obtenção do Título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social / UFRPE, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social sob a da Prof^a. Dra. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes e coorientação do Prof. Dr. Marcelo Machado Martins.

Recife – PE, 26 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Raquel de Aragão Uchoa Fernandes
Departamento de Ciências Domésticas - UFRPE
Presidente

Prof. Dra. Laura Susana Duque-Arrazola
Departamento de Ciências Domésticas – UFRPE
Examinadora Interna

Prof. Dr. Mauricio Sardá de Faria
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – UFPB
Examinador Externo

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio
Colégio de Aplicação - UFPE
Examinador Externo

À minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão.
Exemplos de honestidade e perseverança.

Às pessoas que militam por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Ai meu Deus... Meu Deus literalmente. Obrigada. Neste período, nossa relação passou por momentos dialéticos, mas eu sei, que mesmo eu tendo me afastado, que o Senhor nunca se afastou de mim. Então, meu Deus, que és fonte do Bem Maior, Pai e Mãe, Trindade Santíssima, que sejas o primeiro amigo a receber meus agradecimentos. Muito obrigada mesmo.

Mainha, painho e maninho. Minha eterna gratidão a vocês pelo amor, pelo incentivo, pelo cuidado, por tudo. Agradeço a vocês: minha Nazinha, dona Maria dos Navegantes; meu Vida, seu Henrique Luiz; meu Riquinho, Henrique Junior. Aproveito para registrar publicamente meu amor por vocês, que, no dia a dia, esse meu jeito turrão e rebelde, muitas vezes me impede de demonstrar. Eu amo vocês. Obrigada.

Minha querida Raquel Fernandes e meu querido Marcelo Martins. Agradeço imensamente pela forma como se desdobraram para me orientar neste caminho acadêmico, que às vezes parece tão complicado, mas que vocês tiveram a sabedoria para me guiar. Obrigada pelo empenho e pela presença, mesmo com as correrias e as surpresas que a vida colocou diante de vós. Agradeço aqui a parte da vida que chamamos de destino, por trazer a pequena grande Cora ao mundo, para iluminar a vida de Raquel e também as nossas, e por ter colocado a UNILA na vida de Marcelo, o que o fez saber de algum modo que, mesmo que ele seja cidadão do mundo, seu lugar é aqui, nas Terras de Altos Coqueiros. Muito Obrigada.

Minhas companheiras e meus companheiros do mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, recebam meu muito obrigada. Agradeço em especial ao pessoal da primeira turma, que tive mais contato: Luci, Bina, Julinha, Sarinha, Stella e Hiro; e ao pessoal, gente finíssima, que comigo compartilharam momentos de aprendizagem em salas de aula e na vida: Aninha, Anny, Nathy (amiga-irmã), Chelzinha, Nêssa, Santi, Moniquita, Cicerinho, Ocioso, Tony, Nad, João e Léo, obrigada. Aos/às que vão chegando, obrigada pelo incentivo, desejo-vos inspiração e boa sorte. Aproveito este espaço para também agradecer as demais docentes, que me ensinaram durante esta minha etapa de formação. Em especial, agradeço a Laura Duque-Arozola por todas as nossas discordâncias e debates que tivemos desde uma vida – que me instigam até hoje; a Maria Alice, com quem sempre estou avaliando formas de entender o mundo; e a Joseana Saraiva, que é uma pessoa da qual devemos nos aproximar mais e agradecer por tamanha exigência, pois acredita em nós.

Ao Departamento de Ciências Domésticas da minha querida Universidade Federal Rural de Pernambuco, meu muito obrigada. Agradeço a toda equipe que o

move, em especial a Ana Engracia – secretaria mais fechoação de todos os mestrados da universidade; Sônia Andrade, por me acompanhar desde a minha graduação; a Gaby e principalmente Rose, com quem convivo mais de perto, por estarem de coração aberto para me socorrer. Do quadro docente, agradeço em especial a Daisyvângela Santana e Priscilla Marinho, pelo companheirismo; a todas as professoras da área de Alimentos, Nutrição e Saúde, em especial a Vera Arroxelas, Enayde Melo, Maria Inês Maciel e Celiane Gomes, que compreenderam minhas limitações neste período de aperfeiçoamento acadêmico; e, é evidente que não poderiam faltar: Edilene Pinto e Maria Zênia, que com tanto avexamento, acabaram me incentivando muito.

Às amigas e aos amigos dos grupos que faço parte: as #MariaS, ao #Almas e todos/as chegados/as que fizeram e fazem o Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos; ao pessoal que conheci por meio da #DançaPopular, que carinhosamente agradeço na pessoa de Lidiane Dias; as manas da #ComunidadeLuz; a família Almeida.

Ao pessoal que a vida me deu mesmo, desde a infância até quando entrei na Rural, na Economia Doméstica e nos movimentos, docentes, discentes, técnicas; em especial as amigas: Aline Barros pelo incentivo ao ingresso no programa, Taigra Maria e Marina Holanda, muito importantes por tornar mais leve os minutos do segundo tempo de escrita da dissertação; as que não estão mais entre nós como Célia Padula, Fátima Paz e Fátima Massena, que de algum modo me inspiraram. Em adendo, agradeço ao primeiro leitor, Beja; Josi, Tão e Nessita pelos momentos de descontração; Sandra pelas terapias; as minhas vizinhas Pri e Dea, pelas guloseimas tão indispensáveis para aliviar o estresse e a dona Val, pelo último socorro. Não quero ser mais injusta, nem causar mais ciúmeira, por isso não citarei outros nomes. Mas eu sei que cada uma e cada um de vocês, perto ou longe, direta ou indiretamente, sabe que lhes tenho imensa gratidão.

As pessoas que aceitaram participar desta pesquisa, meu muitíssimo obrigada. Por meio de vocês, agradeço a todas as pessoas que militam por uma sociedade mais justa, igualitária e que se dedicam para assim concretizá-la.

Ao corpo docente que aceitou participar como avaliador desta dissertação. Muito obrigada por terem aceitado o convite, pela dedicação de tempo e pelas vossas valiosas considerações.

Em tempo, agradeço ao CNPq e a quem lutou pelo direito à educação pública pela oportunidade de fazer esta pós-graduação numa instituição federal.

Universo, enfim, muito obrigada!

Desistir nunca. Temer jamais!
(Autoria desconhecida)

*O saber a gente aprende com mestres e livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.*
(Cora Coralina)

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar a relação entre consumo e filiação político-partidária de esquerda, por meio das falas de filiados/as sobre suas trajetórias de filiação e suas práticas de consumo. O consumo foi compreendido nesta pesquisa como uma atividade social – temática desenvolvida a partir dos trabalhos de O consumo foi compreendido nesta pede Maslow ([1954] 1970), Portilho ([2005] 2010), Barbosa (2004), Taschner (1996-97), Bourdieu ([1979] 2013), Miller (2004), dentre outro/a(s), enquanto a filiação político-partidária foi considerada um processo de construção de identidade, tendo como base a trajetória do indivíduo (argumentação desenvolvida na confluência das ideias de autores/as Dubar (2009), Canclini (1995), Duverger ([1951] 1970), Bobbio (1995), etc. O grupo de participantes, que responderam à pesquisa de campo, foi constituído por pessoas filiadas ao PT e ao PSOL – partidos considerados de esquerda no espectro político brasileiro contemporâneo. Os/as filiados/as que participaram foram ouvidos/as por meio de entrevistas, realizadas e analisadas em profundidade de modo a edificar um constructo de dados para uma abordagem qualitativa. Diante de suas falas, foi possível apreender que o reflexo das trajetórias de filiação político-partidárias no que foi narrava sobre suas práticas de consumo de filiados/as varia de acordo com cada indivíduo. Com efeito, dois grandes perfis puderam ser traçados com base nos dados coletados: o do/a o/a filiado/a que não vincula a sua filiação político-partidária ao seu consumo, e o do/a o/a filiado/a que faz refletir o seu exercício militante em suas práticas de consumo. Ademais, ainda foi possível apreender que Segundo afirmaram os/as entrevistados/as, as despesas com habitação, alimentação e saúde são semelhantes, como apontam matérias jornalísticas, às da população brasileira. Outra apreensão importante, de suas falas, foi a de que ambos partidos se constituem como uma espécie de “guarda-chuva”, abarcando e encampando alguns movimentos sociais, que, por vezes, conduzem discussões em que o consumo se desvela como tema transversal. À guisa de conclusão, vale considerar que uma proposta de análise sobre a relação entre consumo e filiação político-partidária requer um olhar não moralizante sobre os vários aspectos que tangem as práticas e as trajetórias dos indivíduos.

Palavras-chaves: práticas de consumo; identidade; filiação partidária; trajetória.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the relationship between consumption and party-political affiliation of the left, through the affiliated speeches / the membership about their trajectories and their consumption practices. Consumption was understood in this research as a social activity - a theme developed from the work of Consumption was understood this asks Maslow ([1954] 1970), Portillo ([2005] 2010), Barbosa (2004), Taschner (1996-97), Bourdieu ([1979] 2013), Miller (2004), among other / a (s), while the political party membership was considered an identity construction process, based on the trajectory of the individual (arguments at the confluence the ideas of authors / the Dubar (2009), Canclini (1995), Duverger ([1951] 1970), Bobbio (1995), etc. the group of participants who responded to field research, was composed of people affiliated to PT and the PSOL - left considered parties in the contemporary Brazilian political spectrum the / the affiliated / those who participated were heard / the through interviews, conducted and analyzed in depth in order to build a construct data for a qualitative approach face. of his lines, it was possible to grasp the reflection of political party affiliation trajectories in affiliated consumption practices / the varies with each individual. Indeed, two major profiles could be drawn based on collected data: the from / to / to affiliated / a not binding on their political party membership to its consumption, and from / to / to affiliated / that does reflect their exercise militant in their consumption practices. Furthermore, it was also possible to understand that the costs of / the respondents / as with housing, food and health, are similar, as shown newspaper articles, to the Brazilian population in general. Another important concern of his lines, was that both parties are constituted as a kind of "umbrella" covering and expropriating some social movements, which sometimes lead discussions in which consumption is revealed as a crosscutting theme. In conclusion, it considers that a proposal for analysis of the relationship between consumption and party political affiliation requires no moralizing look at the various aspects that concern the practices and trajectories of individuals.

Keywords: consumption practices; identity; party affiliation; trajectory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1. O CONSUMO A PARTIR DE PERSPECTIVAS DIVERSAS E A POSSIBILIDADE DE PENSÁ-LO ENTRE A CIDADANIA E A POLÍTICA	20
1.1 O Ato de Consumir em si mesmo	21
1.2 Sociedade, Cultura e Mudanças	26
<i>1.2.1. Metamorfoses Culturais e o Consumo</i>	29
1.2.1.1 Movimentos Históricos	30
1.2.1.2 Ecos no Cotidiano	33
1.3 O Consumo como Atividade Sociocultural	36
<i>1.3.1 Consumo, Cidadania e Política: Cenários</i>	42
Capítulo 2. IDENTIDADE E FILIAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA: TECENDO E ENTRELAÇANDO ALGUMAS IDEIAS	49
2.1 Reflexões sobre Identidade	50
<i>2.1.1 Identidade e Filiação Político-partidária</i>	52
2.2 Partidos Políticos: Grupos Específicos de Filiação/Identificação	57
2.3 Direita e Esquerda: Referências de Identificação Político-partidária	60
<i>2.3.1 Atualizando a Díade a partir do Cenário Brasileiro</i>	63
Capítulo 3. TRAJETÓRIAS DE FILIAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E PRÁTICAS DE CONSUMO DE FILIADOS/AS A PARTIDOS DE ESQUERDA (PT E PSOL)	70
3.1 Bloco I: Filiação e Militância	73
3.2 Bloco II: Consumo e Cotidiano	88
3.3 Bloco III: Consumo, Filiação e Partido	109
À GUIA DE CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE A	125
APÊNDICE B	126

INTRODUÇÃO

Os anos finais da primeira década do século XXI anunciavam uma crise do capital, principalmente no ocidente do Hemisfério Norte – sentida a princípio nas economias dos EUA e dos países europeus. Em 2008, enquanto o cenário internacional não parecia favorável ao mercado, como exposto à época pelos noticiários, o Brasil parecia viver sua melhor fase financeira, se bem lembrarmos da afirmação do então presidente, veiculada na grande mídia corporativa, sobre os possíveis efeitos desta conjuntura externa no país: “é só uma marolinha”¹.

No Brasil, diante das políticas de distribuição de renda, reconhecidas em programas como o Bolsa Família, e da adoção de medidas econômicas² como a redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da linha branca³, houve o aumento do consumo, principalmente das classes populares. Deste cenário, duas grandes posições discursivas se construíram: a que defendia – considerando tais ações como democratização do acesso ao consumo (*Pragmatismo Político*, 2014), e a que se contrapunha, considerando-as como ampliação do capitalismo selvagem (*Mídia Independente*, 2014).

Neste mesmo período, eu acabara de ingressar na universidade para o curso de bacharelado em Economia Doméstica. Eu muito ouvia sobre todo este quadro político-econômico, mas pouco entendia. Nesta minha área de formação coexistiam, e ainda coexistem, posicionamentos divergentes de pesquisadoras/es e profissionais, que também refletiam estas duas compreensões sobre o aumento do consumo no país, que lhes atribuíam axiologicamente valores positivos e negativos. E eu apenas ouvia, tentando entender bem a questão para me posicionar diante dela.

Os anos passaram e chegamos a segunda década do século XXI, o Brasil e eu. Ano de eleições. Pelas amizades que fiz na universidade, tive minha primeira aproximação com os movimentos de rua. Eu nunca tinha visto passeatas de perto. Era a caminhada do PT pelas ruas do Recife, em prol da sua candidata à presidência Dilma Roussef. Eu estava imersa naquele mar vermelho de gente.

¹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>.

² Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081223_lula_discurso.shtml>.

³ Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2014/01/ipi-para-linha-branca-continua-por-tempo-indefinido-6310.html>>.

A candidata venceu e tivemos a primeira presidenta na história da República do nosso país. Eu estava na metade da minha formação universitária e me aproximava cada vez mais das discussões de gênero, como previsto na matriz curricular do meu curso de graduação. Este momento para mim era bastante propício e instigante para pensar. Nesta mesma época, as discussões nacionais sobre as faces da Economia Doméstica no Brasil eram intensas, quando então me aproximei do movimento estudantil do curso, que me aproximou mais uma vez aos movimentos de rua.

A metade do mandato da presidenta chegou: era 2012 e minha graduação findaria. Porém, o cenário econômico brasileiro não parecia estar tão bem quanto antes, e alguns setores da sociedade começavam a reivindicar mais investimentos do governo. Dentre estes setores, estava a categoria de profissionais das universidades públicas. E eu vivi, como estudante e servidora, minha primeira greve. Neste contexto, ficou latente a minha aproximação com a diversidade do movimento, eram muitas correntes – havia quem defendesse o governo e pedisse calma; quem o criticasse e o quisesse deposto; e quem o aceitasse, mas exigisse mudanças. Eu pude transitar entre todos estes grupos, me aproximar de pessoas, ver suas práticas, ouvir suas falas.

A greve findou, o ano também, mas as reflexões não! É chegado o ano de 2013, o fim da minha graduação e o país se preparava para a Copa das Confederações. O Brasil, considerado pelo mundo inteiro como a terra do futebol, foi palco de manifestações de ruas, desencadeadas a partir de reivindicações nas grandes capitais, contra o aumento da passagem do transporte coletivo. O que se desenhava eram práticas e discursos polifônicos e difusos⁴, tanto aos que fora reivindicado nas manifestações que se seguiram, quanto pelos grupos organizadores, muitos situados à direita.

Estas manifestações me chamaram a atenção pelas hostilidades a militantes político-partidários (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015), expressas em dizeres como “sem partido”, “fora os camisas vermelhas”. Eu vi colegas serem perseguidos e agredidos verbal ou fisicamente, por estarem de vermelho.

A reação a este cenário se materializou em vozes de militantes políticos

⁴ Disponível em:

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/06/18/interna_cidadesdf,371893/perfil-de-manifestantes-e-plural-assim-como-as-causas-reinvindicadas.shtml>.

esquerdistas e posições em defesa destes (WEISSHEINAR, 2013; SOARES, 2013). Em meio a esse contexto, o consumo foi um dos assuntos que também motivou debates, pois parte dos manifestantes utilizavam *slogans* de grandes marcas multinacionais, como: *Vem pra Rua* da Fiat e *O Gigante Acordou* da Johnny Walker (HINZ apud IFD, 2013).

Nas redes sociais, percebi que o uso destes *slogans*, bem como o uso de produtos que possuíam a logomarca da *Coca-Cola* e da *Nike* utilizados por estes manifestantes contrários à esquerda, foram questionados por muitos/as internautas pelo fato destas empresas serem alvos de protestos, que as consideram agentes de práticas “danosas” à sociedade.

Diante de todo este enredo, confluíram em meus pensamentos reflexões sobre o consumo e sua relação com a política. Dada a minha aproximação com militantes esquerdistas, comecei a me perguntar: e os/as filiados/as a partido de esquerda, o que eles/as pensam sobre o consumo? Quais os seus hábitos de consumo? Há um estilo de vida diferenciado? Quais os conflitos – se é que existem? Existem práticas de resistência a itens específicos de consumo? Se sim, a qual tipo? Como se desenvolvem suas reflexões sobre suas práticas de consumo? Há relação entre filiação político-partidária e práticas de consumo?

Esta vinculação entre consumo e política configura há um certo tempo um profícuo debate de ordem acadêmica. No cenário internacional, tal discussão permeava os trabalhos de importantes pesquisadores: as investigações antropológicas após meados do século XX, como é possível ver nas obras de Mary Douglas e Baron Isherwood; além de estar diretamente presente em pesquisas recentes do final do século XX e do início do século XXI, como as produções de autores como Néstor Canclini e Daniel Miller; e na contemporaneidade, nas pesquisas de Michele Micheletti e Dietlind Stolle. No cenário brasileiro, as discussões mais contundentes sobre esta vinculação podem ser percebidas nos trabalhos de Gisela Taschner, Fátima Portilho e Lívia Barbosa.

Dentre estas produções, as mais recentes, tanto do âmbito internacional como nacional, abordam a riqueza que as práticas de consumo podem revelar acerca da vida em sociedade, não cabendo lançar sobre elas um olhar moralizante. Neste sentido, é necessário frisar que, com a proposta de pesquisa que apresentei, não pretendi *moralizar* a relação do/a filiado/a político-partidário com o universo de

práticas individuais de consumo, mas busquei compreendê-la.

As reflexões sobre este contexto me levavam à *pergunta de pesquisa*, que acredito sintetizar parte dos aspectos apresentados, orientando a construção desta dissertação: o que narram filiados/as a partidos políticos de esquerda sobre suas trajetórias de filiação e suas as práticas de consumo? Neste sentido, o *objetivo geral* se destinou a *analisar a relação entre consumo e filiação político-partidária de esquerda, a partir das falas de filiados/as sobre suas trajetórias de filiação e suas práticas de consumo*.

Por sua vez, os *objetivos específicos* se destinaram a: a) descrever suas trajetórias de filiação político-partidárias; b) traçar seus entendimentos sobre o consumo e suas práticas de consumo; e c) cotejar suas compreensões entre consumo, filiação e partido; visando a uma análise e interpretação das informações coletadas a partir das falas destes/as filiados/as e de suas correlações a fundamentação teórica adotada que ancora a pesquisa que ora ganha estampa.

Para o alcance dos objetivos propostos, tomamos para o estudo filiados/as do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O PT, por ser o partido que ao chegar ao governo foi vinculado às discussões sobre o consumo, e o PSOL – vale frisar, dissidência mais recente do PT, por ser a sua oposição de esquerda mais visibilizada. Ambos estão situados por Ana Brenner (2011) no espectro de partidos políticos de esquerda brasileira e classificados ideologicamente por Adriano Codato, Bruno Bolognesi e Karolina Roeder (2015), como partidos não pertencentes à direita no cenário atual.

É importante situar que suas fundações foram consideradas a partir dos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): a fundação do PT está datada a partir da década de 1980, que é a década que abarcou os processos de redemocratização do país, que culminou no fim da Ditadura Militar sob a qual o país se encontrava desde 1964; e o PSOL, na primeira década dos anos 2000.

Deste modo, o PT e o PSOL estão situados historicamente em momentos distintos: o PT fundado em 1982, e o PSOL fundado em 2005. Esta diferença temporal entre a fundação destes partidos sinalizam a vinculação a tempos

históricos distintos, com o “peso” diferenciado entre suas bandeiras de luta originárias, um corpo de filiados/as composto por compreensões e perspectivas de mundo diferenciadas, dada a conjuntura de criação de cada partido.

Em relação aos delineamentos metodológicos que orientaram a pesquisa, é importante registrar que a tese de doutoramento de Ana Brenner (2011) foi adotada como parâmetro para esta dissertação, dado seu estudo sobre militância de jovens filiados/as a partidos de esquerda, embora o foco do seu estudo tenha se direcionado à juventude. Deste modo, consideramos relevante sua afirmação de que este tipo de estudo,

exige a articulação de diferentes níveis de análise sobre a configuração dos comportamentos, valores, atitudes e engajamentos políticos. A preocupação metodológica é a de que a coleta de dados permita o levantamento das informações necessárias para isso. É preciso conhecer diferentes aspectos da vida dos sujeitos, levando-os a narrar fatos, experiências, espaços e pessoas significativas em sua vida que possam explicar o modo de socialização política e o engajamento partidário (BRENNER, 2011. p.23).

Assim, consideramos para proceder as análises o que os/as participantes expuseram de suas trajetórias individuais/de grupo e suas vivências cotidianas. Neste sentido, esta dissertação, dentre as epistemologias que orientam trabalhos científicos, está situada mais ao que Maria Cecília Minayo (2015) sintetiza como *compreensivismo*, que, na pesquisa qualitativa, visa a

compreender relações, valores, atitudes, crenças, hábitos, representações e a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, compreender e interpretar a realidade. [Ainda de acordo com a autora:] O pesquisador que trabalha com estratégias qualitativas atua com a matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e instituições, mas entendem-nas como ação humana objetivada. Ou seja, para esses pensadores e pesquisadores, a linguagem, os símbolos, as práticas, as relações e as coisas são inseparáveis (MINAYO, 2015, p. 24).

Desta maneira, a análise objetivada sobre a relação entre consumo e filiação político-partidária foi feita a partir das falas dos/as filiados/as sobre suas trajetórias de filiação e suas práticas de consumo. Neste sentido, para uma maior riqueza de detalhes, optamos para coleta destas informações a adoção da técnica de entrevista dirigida em profundidade, “em que o/a informante é convidado a falar livremente sobre o tema e as perguntas do investigador/a, buscam mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2015, p. 64).

As frases e orações transcritas das entrevistas foram as unidades de registro, que então foram associadas aos códigos semióticos expressos via comunicação não

verbal – como suspiros, pausas e sinais de hesitação, que, assim imbricados, configuraram o conteúdo obtido a partir do trabalho de campo. Este conteúdo foi analisado, considerando elementos que constituem métodos de análise de enunciação e, principalmente, de análise temática, não em sua literalidade de técnicas, mas a partir de direcionamentos gerais (GOMES, 2015).

O grupo de entrevistados/as foi composto não probabilisticamente, de modo intencional (RICHARDSON et al., 1999; MARCONI; LAKATOS, 2003). Conforme dito anteriormente, o grupo foi constituído por filiados/as ao PT e ao PSOL, que somaram um total de 12 entrevistados/as, 6 de cada partido. O critério adotado foi o de que possuíssem filiação institucional aos partidos, se mostrassem disponíveis, bem como dispostos a participar da pesquisa. Tendo em vista a abordagem qualitativa e a opção por entrevistas em profundidade para captação das informações, o total de 12 entrevistas foi considerado suficiente para refletir sobre o problema de pesquisa apresentado inicialmente e, assim, atender aos objetivos propostos.

Após três visitas aos diretórios estaduais/municipais dos partidos – situados na cidade do Recife, sendo a sede estadual do PT localizada no bairro de Santo Amaro e a do PSOL no Bairro da Boa Vista; não houve sucesso na tentativa de proceder uma abordagem direta com filiados/as, então os contatos foram obtidos, de início, por meio de funcionárias, e em seguida, a partir dos/as próprios/as entrevistados/as, que se mostraram solidários à realização da pesquisa.

Apenas duas entrevistas foram realizadas em locais distintos dos diretórios: uma feita em residência e outra numa instituição de ensino, atendendo a solicitação dos participantes. O período em que as entrevistas foram realizadas foi compreendido entre 13 de novembro de 2015 a 13 de janeiro de 2016 e aconteceram à tarde ou no início da noite, diante da disponibilidade dos/as participantes. Antes do início propriamente dito das entrevistas, foi lido o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*⁵/TCLE (Apêndice A), que foi assinado pelo/a(s) participantes em duas vias, uma pelo/a entrevistado/a, outra por mim. A duração das entrevistas variou de 20 a 40 minutos.

Do PT foram entrevistadas 3 mulheres e 3 homens, enquanto do PSOL foram

⁵ O TCLE foi desenvolvido por mim, tomando por referência a Resolução 466/2012-CNS/CONEP.

entrevistadas 2 mulheres e 4 homens. A faixa etária variou dos 23 aos 52 anos. Duas pessoas eram estudantes – dependentes da renda da família, e as demais tinham vínculo empregatício. Dos 12, oito residem na cidade do Recife, enquanto quatro residem na cidade de Olinda. Para preservar suas identidades e respeitar os princípios éticos da pesquisa, nos referimos a todos/as por nomes fictícios (Quadro 1, com filiados do PT, e Quadro 2, com filiados do PSOL), que foram identificados/as ao longo do texto, a partir das seguintes informações: nome, partido e número equivalente ao tempo de filiação político-partidária – tempo este considerado até o momento da entrevista.

Quadro 1. Nomes escolhidos pelos/as entrevistados/as do PT e tempo de filiação político-partidária

NOME	Tempo	Desde ano
Rosa	04 anos	2011
Silva	27 anos	1988
Lili	18 anos	1997
Pétrio	24 anos	1991
Movimento Negro	30 anos	1985
Paulo	12 anos	2003

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2. Nomes escolhidos pelos/as entrevistados/as do PSOL e tempo de filiação político-partidária

NOME	Tempo	Desde ano
Lara	Meses	2015
Cristina	03 anos	2012
João Grilo	Meses	2015
Karlos Marx	11 anos	2004
Keninho	09 anos	2006
João Felipe	01 ano	2014

Fonte: Elaborado pela autora.

É pertinente frisar que o grupo foi heterogêneo quanto ao gênero e ao tempo de filiação político-partidária. Em ambos partidos, houve o caso de entrevistados/as que se filiaram ou estavam envolvidos/as com os partidos próximo às épocas de suas fundações – como Movimento Negro e Silva do PT, e Karlos Marx e João Grilo do PSOL. Em relação a este aspecto temporal, é também necessário enfatizar que o tempo de filiação ao PT é maior devido ao próprio tempo de existência do partido.

O roteiro de entrevista (Apêndice B) foi constituído por três blocos de perguntas, considerando os objetivos propostos: sendo o primeiro bloco intitulado

Filiação e Militância – com perguntas que nos permitissem descrever as trajetórias de filiação político-partidárias dos/as entrevistados/as; o segundo, *Consumo e Cotidiano* – com indagações que possibilitaram traçar seus entendimentos sobre consumo e suas práticas de consumo; e por fim, o terceiro, *Consumo e Filiação* – contendo questionamentos aos/às entrevistados/as, que viabilizaram o cotejamento de suas compreensões entre consumo, filiação e partido.

É válido registrar que, tendo em vista a escolha pela entrevista dirigida em profundidade – como dito anteriormente, algumas perguntas foram suprimidas diante de respostas que já englobavam questões a serem inquiridas em sequência; ou ainda devido à percepção tida pela pesquisadora de enfado dos/as entrevistados/as, ou, por fim, quando eles/elas demonstravam dificuldade para definir uma resposta.

A dissertação foi escrita em primeira pessoa, ora do singular, ora do plural. Na primeira pessoa do singular, quando as afirmações e cotejos estavam mais vinculados aos meus questionamentos, ao meu trabalho artesanal; na primeira pessoa do plural, por não a ter construído sozinha. Além de estar em constante processo de orientação, há um grupo de autores/as com quem dialoguei de modo virtualizado, para poder apresentá-la em três capítulos e finalizá-la à guisa de conclusão, respondendo à máxima de que “Não existe uma ciência neutra” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2015. p. 13).

O capítulo 1 está estruturado de modo a apresentar os matizes que envolvem uma compreensão multifacetada do consumo (MASLOW, [1954] 1970; SOLOMON, 2011; BLACKWELL; MINIARD; ENGEL, 2005; PORTILHO, [2005] 2010; BARBOSA, 2004; TASCHNER, 1996-97; CAMPBELL, (2001); DOUGLAS; ISHERWOOD, [1979] 2013; BOURDIEU, [1979] 2013; DANIEL MILLER, 2004a, 2004b; CANCLINI (1995); BARBOSA; CAMPBELL, 2006; TASCHNER, 2010; MICHELETTI; STOLLE, 2012; BRENNER, 2011; ROCHA, 2011).

Inicialmente, o consumo é apresentado sob a visão do ato de consumir “em si mesmo”. Em seguida, o consumo é situado num tempo e num espaço históricos, que engendram uma “sociedade do consumo” a partir de mudanças culturais gradativas. Por fim, são apresentadas as abordagens que se voltam para o consumo como intrínseco a existência humana, compreendido como atividade sociocultural,

em que vivências cidadãs e políticas podem ser refletidas.

O capítulo 2 está organizado a partir de uma construção em que a compreensão sobre filiação político-partidária foi aludida segundo as reflexões sobre Identidade (DUBAR, 2009; CANCLINI, 1995; COELHO, 2008). Diante desta compilação, foram resgatados aspectos que explicam os partidos políticos em si, para então serem apresentados como exemplos de grupos específicos de filiação/identidade/identificação dos indivíduos (BARACHO, 1979; VIANA, 2003; RABELO, 2014; DUVERGER, [1951] 1970).

Esta última discussão foi vinculada às noções que concernem à díade direita-esquerda, que foram somadas a fatores contemporâneos a partir do cenário histórico brasileiro, para ser interpretada como uma referência de identificação político-partidária (BOBBIO, 1995; KAYSEL, 2015, CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015; CAVALCANTE, 2015; BOTO JR., 2003; MARQUES; MENDES, 2006; TRISTÃO, 2011; BRENNER, 2011).

O capítulo 3 se refere aos resultados da ida a campo e é apresentado em três blocos. Assim, contém os resultados que se referem às trajetórias de filiação político-partidárias dos sujeitos (bloco I); às percepções sobre consumo por parte dos/as filiados/as, bem como as práticas exercidas no cotidiano (bloco II); e às possíveis conexões entre Consumo, Filiação e Partido (bloco III).

As conclusões foram apresentadas “à guisa de conclusão”, dado que a ação de concluir sinaliza a ideia de fechamento. Neste sentido, foram apresentadas as conclusões a partir da análise possibilitada pelos resultados e reflexões, que acenam para desdobramentos futuros e não para o seu fim.



Fonte: <http://www.benjalink.com/consumo-de-contenidos-horarios-dispositivos-y-temas/>

Capítulo 1. O CONSUMO A PARTIR DE PERSPECTIVAS DIVERSAS E A POSSIBILIDADE DE PENSÁ-LO ENTRE A CIDADANIA E A POLÍTICA

É preciso acordar do desencanto.
Nestor Canclini.

Tal como ocorre em muitos campos de estudo e pesquisa desenvolvidos nos espaços da academia, o consumo também pode ser apreendido por meio de diversas – e por vezes divergentes – concepções teóricas, que, por sua vez, trabalham com métodos muito específicos que as filiam a determinadas tradições ou enquadramentos teórico-metodológicos.

No mundo contemporâneo, cuja palavra de ordem é a “diversidade”, a abertura de possibilidades de apreender um determinado objeto de estudos a partir de múltiplas perspectivas, contribui evidentemente para um melhor entendimento do ser humano e das relações que ele estabelece com o outro, consigo mesmo e com todos os aspectos do meio circundante. O campo de estudo relacionado direta ou indiretamente ao consumo é o que orientou parte das análises feitas nesta dissertação e que serão apresentadas neste capítulo.

Dentre o cenário acadêmico como um todo, identificamos e compreendemos neste trabalho que as proposições teóricas que subsidiam e substanciam o campo de estudos sobre o consumo estão direcionadas: a) ao ato de consumir “em si mesmo”, desnudado em nas relações intrínsecas da dimensão individual do sujeito; b) ao consumo situado num tempo e num espaço históricos, de onde se apreendem as relações econômicas de base das sociedades estudadas a fim de compreender a “sociedade do consumo”; c) abordagens que se voltam para o consumo como alicerce da formação e da reprodução de fazeres que se replicam e que moldam uma “cultura de consumo”, cujas práticas cotidianas são mediadas pelo próprio consumo, ressaltando por fim, aspectos que permitam refletir a relação deste com vivências cidadãs e políticas.

Deste modo, o quadro teórico que se constrói neste capítulo, referente ao primeiro grupamento será apresentado e discutido a partir dos estudos e pesquisas desenvolvidas por Abraham Maslow ([1954] 1970), Michael Solomon (2011) e Roger Blackwell, Paul Miniard e James Engel (2005); enquanto o segundo e o terceiro, que em vários pontos se mesclam e se complementam, foram apresentados e refletidos a partir de (a) Fátima Portilho ([2005] 2010); Livia Barbosa (2004); Gisela Taschner (1996-97); Collin Campbell (2001); e (c) Mary Douglas e Baron Isherwood ([1979]

2013); Pierre Bourdieu ([1979]2013); Daniel Miller (2004a;2004b); Néstor Canclini (1995). Este primeiro capítulo é finalizado, com a retomada de proposições feitas por Fátima Portilho (2010), Gisela Taschner (2010), e Michele Micheletti e Dietlind Stolle (2012); sendo complementado com discussões contidas nas pesquisas de Ana Brenner (2011) e Sônia Rocha (2011). As últimas citadas, em alguma medida, direcionam seus escritos ao consumo vinculado à cidadania.

Deste modo, as premissas orientadoras desta dissertação estão voltadas para a compreensão de que nas escolhas individuais estão os revestimentos possíveis das maneiras de ser e de agir, em que o ser humano, além de se firmar como indivíduo perante determinados grupos, diferencia-se dos demais. O consumo – de bens, serviços e ideais – presentifica o sujeito diante da identidade e da alteridade, isto é, o “eu” e o “outro”. Ao portar determinados objetos, ao usufruir determinados serviços, ao propagar em suas práticas determinados discursos, o sujeito constrói-se como identidade: uma identidade de consumidor e, portanto, de sujeito social (CANCLINI, 1995).

Com efeito, ao tratar do consumo partindo dessa premissa, é preciso reiterar que o ser humano e tudo que se relaciona a ele, e aí se considere também o consumo, é permeado por uma complexidade (MORIN, 2000), que envolve formas de abordá-lo e compreendê-lo distintas, mas que nesta dissertação, como dissemos, propusemos apresentá-las como complementares, por mais que saibamos que ora se movimentem contrariamente.

1.1 O Ato de Consumir em si mesmo

Nesta seção, conforme o exposto anteriormente, discutiremos o consumo visto como um “ato em si mesmo”, a partir dos seguintes autores: Michael Solomon (2011), Roger Blackwell, Paul Miniard e James Engel (2005), bem como Abraham Maslow ([1954] 1970).

Solomon (2011) e Blackwell, Miniard e Engel (2005), ao refletirem sobre consumo e comportamento do consumidor a partir das áreas da Psicologia, da Biologia e da Neurociência, aplicadas a investigações do campo da Administração, mais particularmente ao Marketing e à Publicidade, assumem uma perspectiva mais técnica e centrada no indivíduo, referindo-se ao consumo como uma ação específica que se desenvolve em várias etapas. Neste sentido, o ato de consumir, embora

tratado sob aspectos sociais, culturais e ambientais, é mais analisado na esfera individual, na tentativa de entender as motivações que levam o sujeito a consumir determinados produtos.

Assim sendo, estes autores se voltam para a análise dos elementos constituintes de um chamado Processo de Tomada de Decisão do Consumidor e suas motivações. Conforme Solomon (2011), por exemplo, estes elementos podem ser: *utilitários* – vinculados a aquisições utilitárias ou de cunho mais funcional e prático – ou *hedônicos* – que envolvem fantasias e desejos *particulares e de satisfação individual*.

Estas investigações, que visam ao entendimento da satisfação do indivíduo, possuem desdobramentos e aplicações em distintas áreas, como o desenvolvimento de eficientes estratégias de ação que instiguem o consumo irrestrito do sujeito, considerando o fim de torná-las necessárias para “melhor atender” a quem consome, como na área do Marketing e da Administração.

Em contrapartida, há também movimentos contrários ao aumento do consumo pelo consumo, conforme estão expostos em “manuais” de aconselhamento sobre controle orçamentário e programas de educação do consumidor, quando instigam aos consumidores a se questionar: o que, quando, como comprar, a real necessidade, quanto pagar por algo e a repercussão de nossas ações; movimentos estes vinculados, por exemplo, a campos do saber como a Economia Doméstica e de Sustentabilidade Ambiental.

Nestas obras, como o *Manual de Educação sobre Consumo Sustentável*⁶, mesmo que de um modo simplificado, pode-se perceber o processo de decisão do consumidor exposto a fim de que as pessoas reflitam sobre suas necessidades objetivas e suas condições de atendê-las de modo que possam chegar ao “não” frente à execução de uma compra, por exemplo; enquanto as empresas o estudam em busca do “sim”.

O consumo visto como um engendramento de mecanismos e sequências centrado no indivíduo geralmente é voltado para análises que se fincam na égide das “necessidades humanas”, tendência que pode ser explicitada a partir da obra de Abraham Maslow ([1954] 1970).

Embora seu trabalho tenha partido de uma perspectiva biologicista e ter sido

⁶ Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. 160 p.

mais vinculado ao estudo do comportamento dos indivíduos, Maslow propôs uma *Teoria da Motivação Humana*, e não do consumo especificamente. Apesar de ele ser interpretado por muitos como enunciador de ideias “estanques” (DOUGLAS, [1999] 2007) sobre as necessidades; Maslow ([1954] 1970) permanece como um referencial, por exemplo, no campo da administração, em discussões introdutórias sobre o consumo.

O autor, a princípio, situa-nos em relação à homeostase que, falando genericamente, é uma tendência ao processo de busca do equilíbrio existente nos seres humanos. Deste modo, as necessidades são compreendidas a partir deste processo e são costumeiramente conhecidas como: fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e autorrealização. No que se refere às tipificadas como “de toda espécie”, seriam necessidades fisiológicas, estariam ligadas ao funcionamento básico e orgânico do ser humano – como querer alimentos; enquanto as de segurança seriam as que se referem à proteção e ao cuidado.

Seguindo esta linha de pensamento, Maslow ([1954] 1970) apresenta as necessidades que se relacionam à nossa vida em sociedade, que seriam as “gregárias” e de relações de afeto e amor; além da necessidade de sermos respeitados, reconhecidos pelos outros, estimados. Finalmente, ainda de acordo com o autor, temos a necessidade de viver para nossa autorrealização, somos nós por nós mesmos.

A maneira “estanque” de compreender a teoria de Maslow limita, na perspectiva de Gligio (2005), o próprio alcance da teoria. Assim, este autor propõe que seja feita uma leitura dos tipos e níveis das necessidades, de maneira que se mantenha a independência deles, ressaltando que a valorização parte do sujeito que torna uma necessidade como predominante diante das demais. Ao mesmo tempo, é pertinente compreender que as necessidades estão inter-relacionadas, mesmo porque, quando se discute determinados aspectos de uma, podemos recorrer a aspectos pertinentes à outra.

Com efeito, tal orientação modifica sobremaneira o alcance das necessidades propostas por Maslow ([1954] 1970), pois a hierarquização pode ser interpretada como *relativa e correlacionada*. Para ilustrar essa ideia, recorreremos a uma das necessidades dos seres humanos, a alimentação, que, por ser uma necessidade fisiológica, dissipa qualquer possibilidade de discordância quanto seu

reconhecimento como necessidade. Os seres humanos se alimentam para sobreviver; fazem a ingestão de energia, simplesmente. Porém, dependendo de como ele desenvolve o seu ato, de maneira mais utilitária à mais requintada, a necessidade de alimentação pode também estar relacionada à necessidade de estima ou de ser reconhecido como parte de um grupo, por exemplo.

O consumo de determinados alimentos em detrimento de outros – inclusive considerando o seu modo de preparo – extrapola a necessidade básica da própria alimentação. Isso significa que a cultura também sobremodaliza as necessidades básicas, e o sujeito passa a ser reconhecido socialmente pela inserção ou não, em seu cotidiano, de práticas específicas que resultam no suprimento de suas necessidades. Em outras palavras, “do arroz e feijão” chega-se à alta culinária; das vestes mais protetoras se chega ao requinte da Alta-costura; das relações sexuais chegam-se aos mecanismos da erotização, etc. São formas de a cultura sobremodalizar e ressignificar as necessidades básicas, portando aos indivíduos traços diferenciais a partir do reconhecimento de determinadas práticas para o saneamento delas.

Ainda no âmbito da alimentação, podemos considerar outro aspecto da inter-relação das necessidades quando, por exemplo, um sujeito vegetariano se encontra com um amigo carnívoro que há tempos não o via e o convida para um encontro com outros amigos também vegetarianos e combinam de saírem todos juntos para almoçar e colocar a conversa em dia. Ao compartilhar o “estar junto”, é possível que o sujeito carnívoro, na tentativa de prolongar o desfrute da presença dos demais, “abra mão” de comer carne, sua alimentação habitual, para, como os demais, tornar-se momentaneamente vegetariano. Assim, a necessidade de nutrir-se passa a responder à necessidade de envolver-se socialmente.

Tais exemplos podem configurar o que denominamos nesta dissertação de hierarquização relativa e correlacionada: uma pessoa se alimenta, mas dado o contexto e as condições, pode postergar o momento da satisfação e, mesmo que esteja faminto, apenas se alimentará quando estiver num contexto que lhe satisfaça socialmente. Assim considerada, a *Teoria da Motivação Humana* de Maslow ([1954] 1970) pode ser compreendida a partir de um possível agrupamento das necessidades e responder às demandas de pesquisas e estudos desenvolvidos com relação ao consumo de bens, serviços e ideias propagadas no mundo

contemporâneo. Embora reconheçamos que sua perspectiva tenha sido biologicista e tenha apresentado as necessidades como distintas e não imbricadas.

Blackwell, Miniard e Engel (2005), autores mais vinculados à Administração e ao Marketing, apresentam uma reflexão sobre consumo compreendido a partir do processo de *Tomada de Decisão do Consumidor*⁷. Os autores centram-se no indivíduo, mas sinalizam que este também sofre influência de fatores sociais. Isso significa que o consumo não deve ser visto apenas como expressão do suprimento de uma necessidade, pois é perceptível a relação dele com outros aspectos. Como decisão, o sujeito se vê diante de tudo que se apresenta a ele, do que ele pode ou pode não se apropriar, do que consome e do que descarta, etc. Assim, por mais que se destaque o ponto de vista do indivíduo e do ato de consumir, os aspectos concernentes à contextualização de suas ações são importantes como sinalizam os autores – embora permaneçam com o foco mais voltado para o campo individual.

Dado o exposto, é importante considerar que o consumo não é um fenômeno “solto no ar”: ao contrário, dada a sua complexidade, precisa ser compreendido não apenas a partir do indivíduo e da literalidade do ato de consumir em si, mas do contexto em que determinado consumo se concretiza, pois tal ação diz tanto a respeito do sujeito como da própria sociedade que os circunscreve. É preciso ainda reconhecer a densidade das proposições que apresentam e discutem suas formas de ele se materializar.

1.2 Sociedade, Cultura e Mudanças

Nesta seção e subseção, conjecturamos que o consumo é sobremaneira discutido para o além do processo que é em si mesmo – já abordado na seção anterior, tendo sido considerado sob sua dimensão sociocultural e diante da importância reconhecidamente assumida no cotidiano das nossas vidas e na sociedade como um todo. Assim, este trecho da dissertação foi construído com base nas pesquisas desenvolvidas por Gisela Taschner (1996-97), Lívia Barbosa (2004) e Fátima Portilho ([2005] 2010).

⁷ Tal tomada de decisão, de acordo com os autores, é constituído de estágios: 1) Reconhecimento da Necessidade; 2) Busca de informações; 3) Avaliação de alternativas pré-compra; 4) Compra; 5) Consumo; 6) Avaliação pós-consumo; 7) Descarte (Blackwell; Miniard; Engel, 2005. p.73). Estágios estes que podem ser influenciados por variáveis como “diferenças individuais; influências ambientais e processos psicológicos” (idem, 2005. p.88).

É válido ressaltar que tais autoras se destacam no cenário nacional junto acadêmicos/as renomados/a que refletem sobre sociedade de consumo a partir de pesquisas diversas. Com efeito, elas apresentam reflexões sobre a Sociedade e/ou Cultura do Consumo diante do da conjuntura contemporânea. Livia Barbosa (2004) e Fátima Portilho ([2005] 2010) também refletem sobre a adoção dos termos (Cultura ou Sociedade) na área acadêmica, conceituando e defendendo significados a partir de determinadas expressões correntes nos estudos afins.

Gisela Taschner foi uma das primeiras pesquisadoras a receber destaque no campo de estudos sobre Sociologia e Cultura do Consumo no Brasil. Em um dos seus trabalhos, alicerces para esta dissertação, apresentou suas proposições a partir das obras de autores como Neil McKendrick (1983), Thorstein Veblen (1899), Norbert Elias (1969), Grant McCracken (1990), Gilles Lipovetsky (1989) e Philippe Ariès (1995).

Livia Barbosa desenvolveu trabalhos mais situados no campo da compreensão do consumo, reconhecendo-o como intrínseco à sociedade e buscando desmistificar a moralidade que o cerca, entendendo-o, portanto, como atividade social. Já Fátima Portilho vem desenvolvendo pesquisas na área de sociologia do consumo; consumo e meio ambiente; politização do consumo, ambientalismo e movimentos de defesa dos consumidores; ação coletiva e participação política. Estas autoras recorrem, em alguns de seus trabalhos, majoritariamente às sínteses de Collin Campbell (2001) – autor estado-unidense, que, por sua vez, também se aporta, assim como Gisela Taschner, a Neil McKendrick e Thorstein Veblen, para proceder suas elucubrações sobre o consumo, considerando principalmente suas mudanças culturais.

De acordo com Gisela Taschner (1996-97), “a cultura do consumo é tomada como a presença generalizada em uma comunidade ou em toda a sociedade, de uma valoração positiva do consumo e de uma predisposição para consumir, particularmente certos itens – os quais variam no tempo e no espaço social” (p. 48). Embora não tenha feito nenhuma consideração específica sobre uma diferenciação entre os termos “sociedade” e “cultura” do consumo, sua exposição está fincada “num conjunto de estudos que tomam o consumo como foco e se voltam para a recuperação de sua história” (p. 28).

Livia Barbosa (2004), por sua vez, chama atenção para que a adoção de um

ou outro termo – sociedade ou cultura, não seja feita nem irrestrita, nem irrefletidamente pelos/as pesquisadores/as que intentam contribuir para os estudos do consumo. Ela atenta para o fato de que todos os grupamentos humanos em alguma medida consomem, então para que o consumo recebesse o brilho dos holofotes da academia, algo de diferente o faz ter este destaque na atualidade. A autora afirma que existem vertentes teóricas que concebem este “diferente” negativamente, e apenas os fatores negativos são discutidos, geralmente atribuídos a sua “dimensão supérflua, ostentatória e/ou de abundância” (BARBOSA, 2004, p. 12).

Fátima Portilho ([2005] 2010) problematiza a diferenciação entre os termos “sociedade” e “cultura” do consumo. Ela opta por utilizar a expressão “sociedade de consumo” ao invés da expressão “cultura do consumo” por vários motivos. Dentre estes, destaca a sua concordância com Edwards (2000), que considera que a primeira denominação – “sociedade”, é mais apropriada, pois “engloba os aspectos culturais, mas não deixa de lado outras dimensões como seu significado político, sua conexão com os sistemas econômicos de produção e provisão e sua importância em termos de construção e manutenção da divisão social”, enquanto o segundo termo – “cultura”, “é muito difuso, e abarcaria prioritariamente elementos estéticos e estilísticos” (p. 73).

Assim, Livia Barbosa (2004) e Fátima Portilho ([2005] 2010) também expõem que os debates sobre a sociedade contemporânea são feitos considerando a possibilidade de mudança dos aspectos que a estruturam, das relações entre os sujeitos e o quanto haveriam mudado sob o estamento do consumo, em termos de estarmos numa fase ulterior à modernidade.

Fátima Portilho ([2005] 2010) destaca, baseando-se em Cogoy (1999), que “embora a crítica [ao consumo] seja justificada, está fadada a permanecer inconsistente, caso não seja relacionada a análise do papel do consumo e do empenho do consumidor na realização das potencialidades da sua vida” (p. 77). Neste sentido, Livia Barbosa (2004) frisa que caracterizar a atual sociedade como a do consumo “significa admitir que ele está preenchendo, entre nós, uma função acima e além daquela de satisfação de necessidades materiais e de reprodução social” (p.14).

Fátima Portilho ([2005] 2010) ainda defende que, por mais que tais mudanças

exijam olhares diferenciados, pois trazem novos elementos; faz-se necessário ter em mente que a “regência” do sistema se mantém fundamentada nos seus princípios primordiais, que envolvem processos de alienação, exploração e acumulação latentes, que se reestruturam e se recompõem, a partir das mudanças culturais.

Independentemente do termo que adotam, as autoras referem-se aos estágios da sociedade contemporânea – principalmente a Ocidental, que, embora tenha sofrido mudanças significativas em relação ao consumo – até mesmo “metamórficas”⁸, foram e são catalisadas no bojo do sistema capitalista. Tais mudanças serão apresentadas e discutidas a seguir.

1.2.1 *Metamorfoses Culturais e o Consumo*

Faz-se necessário registrar, no início desta subseção, que Livia Barbosa (2004) apresenta o fato de que não há um consenso entre pesquisadores/as quanto ao momento histórico em que se deu a “emergência da propensão ao consumo” ou a “Revolução do[a] Consumidor[a]”, pois as raízes da Sociedade e/ou Cultura do Consumo podem ter sido anteriores à Revolução Industrial, ou seja, anteriores ao delineamento contundente do capitalismo.

De acordo com a autora, embora não seja consensual a datação de quando as transformações culturais que refletem uma maior propensão ao consumo ocorreram desde “o século XVI ou do século XVIII” (BARBOSA, 2004, p.18), ela afirma que há concordância tanto entre teóricos das ciências econômicas quanto os das ciências sociais sobre quais foram estas mudanças, apesar de também permanecer sem explicação o que fez disparar o gatilho para a exacerbação do consumo.

Em relação a tais transformações, nós a situaremos primeiramente em nível mais histórico, a partir dos trabalhos de José Carlos Reis (2005 [2003]) e Stuart Hall (2004). Em seguida, retomaremos a discussão tendo como base as asserções de Gisela Taschner (1996-97), que, em suas pesquisas, baseia-se nas engrenagens do

⁸ “me-ta-mór-fi-co (*meta*+grego *morfê*, ês, forma + *-ico*) *adjetivo*. 1. [Zoologia] Relativo à metamorfose. me-ta-mor-fo-se [ó] *substantivo feminino*. 1. Mudança de forma a que estão sujeitos principalmente os insetos e os batráquios. 2.[Figurado] Transformação, mudança”. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/DLPO/metamorfose>>. Acesso em: 26 jun 2016. Termo utilizado em seu sentido figurado, representando, no seu uso, aqui, um caráter sutilmente gradativo do processo sociocultural, em que ao consumo foi aportado um papel de grande importância no cotidiano dos indivíduos.

consumo desenvolvidas no cenário francês e inglês. Além disso, retomamos também as discussões propostas por Collin Campbell (2001), que se volta mais à Inglaterra, referindo-se à primeira fase da Modernidade, que abarca mudanças cotidianas. Pode-se conjecturar que, tanto para a autora como para o autor, as engrenagens e as mudanças do cotidiano e as novas formas de consumo enovelam-se e substanciam as alterações nos padrões de consumo da sociedade Ocidental. Neste sentido, as práticas então realizadas naqueles lugares e naqueles períodos reverberam ainda nos dias de hoje determinados modos, tanto que o verbo “consumir” se tornou bastante corriqueiro nos dias atuais, respondendo ao “consumo” e ao “consumismo” como grandes arquidestinatadores sociais.

1.2.1.1 Movimentos Históricos

As mudanças culturais que serão expostas na sequência correspondem a movimentos históricos da sociedade ocidental. Elas refletem metamorfoses na própria constituição identitária do indivíduo, que estão vinculadas ao que se discute ou se conceitua com relação à Modernidade e à sua época subsequente, que, para alguns autores, seria um momento deveras ulterior a receber o prefixo “pós” ou, que seria para outros, uma fase “tardia”, até mesmo uma “neomodernidade”. Mas, vale marcar, da sociedade capitalista.

Ou seja, é importante reiterar o que já falamos conforme Fátima Portilho ([2005] 2010), que independentemente de estarmos na Modernidade ou em um período posterior a esta fase histórica, ainda prevalecem relações de exploração, acumulação e poder, que não apenas repercutem na esfera da produção, mas também na esfera do consumo.

José Carlos Reis, historiador e filósofo brasileiro, apresenta várias reflexões sobre a relação entre História e Teoria. A partir de sua obra, podemos perceber, como dito anteriormente, mutações no percurso da humanidade no planeta, principalmente no que se refere à trajetória do Ocidente. Deste modo, seu trabalho é tomado para a contextualização de manifestações cotidianas, por vezes refletidas no consumo, que de igual modo repercutiram na percepção do próprio indivíduo sobre si, sobre sua experiência na Terra e na formação de sua identidade. Já Stewart Hall é um antropólogo cujo trabalho foca principalmente nas visões vigentes na sociedade em diferentes períodos históricos a partir da Modernidade; assim, ele discute, por

exemplo, a identidade e como o indivíduo se situa(va) no mundo – de modo que suas considerações também são importantes para esta dissertação.

José Carlos Reis ([2003] 2005) situa inicialmente na sua obra, a percepção grega da história e da sociedade. Nesta percepção, o passado, presente e futuro eram um *continuum*, de modo que o tempo não se antecipava. "Os eventos presentes e passados tinham as mesmas características. Os significados dos eventos lhes eram implícitos e não os transcendiam. A natureza das coisas seria crescer e declinar e nada de novo ocorreria sob o sol" (p. 17). E a história era resultado da vivência humana, sem mudanças significativas no percurso do tempo.

Ao caminhar da história ocidental, com a vitória do Império Romano associada à adesão deste império ao cristianismo, há movimentos de crença e filosofia em marcha de mudança. De acordo com o autor, predominaram ações que conduzissem a construção de uma história universal, e os eventos históricos passaram do fazer humano para permissões e fazeres metafísicos, além-humanos, atribuídos ao Divino. Se ao divino cabia o além da experiência humana, a ele também cabia a ciência do que havia por vir. "Os cristãos romanos, ao contrário dos historiadores gregos, se interessavam sobretudo pelo futuro, lugar de esperança. O passado era apenas lugar da promessa de uma realização futura. Passado e futuro seriam assimétricos como o pecado e a redenção" ([2003] 2005, p. 20). O futuro era um projeto de salvação.

José Carlos Reis ([2003] 2005), tomando por referência Weber (1974), apresenta a passagem desse estágio de compreensão de mundo como resultado de uma ação estritamente divinal para uma visão que considera mais a experiência humana no planeta.

Essa representação da vida humana no Ocidente, reprimindo todas as representações míticas arcaicas e se articulando pensosamente com o racionalismo grego, predominou de maneira quase absoluta na Europa até os séculos XIII-XVI. Nesse período, o cristianismo perdeu sua base política, tornando-se muito vulnerável às heresias e heterodoxias. Ocorreu uma profunda revolução cultural no Ocidente: aparecem outros 'novos tempos novos', outra 'nova história nova', outra representação do tempo e da história, por muitos, nomeada de modernidade. Houve um movimento de recusa da concepção mágico-religiosa como legitimação da ação e a busca da legitimidade pela racionalização sistemática e prática das realidades da vida p. (21).

A partir de então, a sociedade ocidental sai de uma visão e projeção imaterial de vida e passa a uma concepção material. É um futuro feito no presente, construído. Prioriza-se a razão, que torna o indivíduo autor. Com base em Koselleck

(1979) e Habermas (1981; 1985), José Carlos Reis ([2003] 2005) prossegue em seu argumento e afirma que na Europa Ocidental: "O futuro não é mais o fim do mundo. Agora, a espera é outra: a realização da história, do progresso, como obra dos homens, que se tornam competidores de Deus na criação do mundo" (p. 29). Ademais, a vivência do tempo muda e o futuro se funde ao presente.

O presente é ao mesmo tempo uma eterna novidade, pois tomados pelo futuro, e novidade nenhum, pois o futuro já é conhecido antes, especulativamente. O espaço-da-experiência (o presente que contém o passado) é abreviado e interrompido para que o horizonte-de-espera (o futuro antecipado no presente) seja já o espaço-da-experiência. O futuro deveria ser já para a atual geração e não para as futuras. O presente perde o direito de existir enquanto presente. Ele está dominado pela ideia de 'revolução permanente', isto é, de ruptura com o passado e consigo mesmo, como realização da utopia. A diferença deste mundo novo, moderno, em relação ao antigo é que ele se abre ao futuro e ao novo (p. 31).

Assim sendo, é válido somar a esta reflexão o que Stuart Hall (2004) sintetiza como simulacro do que nomeia como "sujeito do iluminismo". Este sujeito é "totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação" (p. 10); liberto "de dogmas, é científico" (p. 26). É um indivíduo autônomo e metódico, que constrói com brevidade o seu futuro-presente.

Este indivíduo segue em marcha, mas não segue absoluto. De acordo com José Carlos (2005), "Nietzsche foi um dos primeiros a recusar a tirania da Razão sobre o sentido histórico(...). Ele defende a eternidade do efêmero contra a eternidade atemporal, o agora eterno contra a utopia do futuro" (p. 42). Neste sentido, José Carlos Reis versa que

Desacreditada a Razão, passa-se à sua desconstrução. Tudo o que ela havia reprimido é valorizado: o homem selvagem, a loucura, a criança, a mulher, o delinquente, o doente, o analfabeto... Descobrem-se outras lógicas, a pluralidade cultural. O futuro não pode ser a única realidade histórica legítima, pois virtual, sempre virgem. A vida é o atual, que não pode ceder seu lugar à vida futura, por mais racional que esta prometa vir a ser, pois seria a mutilação do vivido (2005 [2003], p. 45).

A partir desta contextualização, o autor ainda expõe, de acordo com Quilliot (1989), que "(...) há interesse pelo brilho intenso do efêmero. Há o retorno do eu, com sua experiência vivida obscura, com o seu pequeno reino afetivo, com a sua biblioteca pessoal, as suas angústias pessoais cujas soluções são encontradas em um sistema filosófico pessoal" (REIS, [2003] 2005. p. 46).

Já Stuart Hall (2004) discorre sobre a noção do sujeito sociológico, que surge dado ao fato de que "à medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas" (p. 29) e o "indivíduo passou a ser visto como mais focalizado e definido

no interior das grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna” (p. 30). Isto é: O autor afirma que esta concepção é contemporânea a primeira metade do século XX.

Compreendemos que tal leitura do indivíduo como “sujeito sociológico”, apresentada por Hall, é posterior as reflexões de Nietzsche; e tal visão reflete em alguma medida as afirmações de Quilliot (1989) sobre o “retorno do eu”, discutidas por José Carlos Reis ([2003] 2005), dado que a discussão sobre o presente efêmero e múltiplo coaduna com o que Hall situa em relação ao “sujeito da modernidade tardia”, que é “composto não de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas” ([2003] 2005, p.12), já que é um sujeito que volta o olhar para si.

Podemos apreender dessa focalização do indivíduo e do seu mundo um sujeito que, perante contradições próprias, é um ser que possui identidades múltiplas, contrárias, em movimentos de asserção e negação entre elas, frente a uma dada situação e uma trajetória de vida

Diante do exposto, neste trabalho, é válido frisar que com a chegada da modernidade o indivíduo reflete um movimento histórico de predominância da materialidade sobre a metafísica, bem como de centralidade humana sobre uma centralidade divinal em relação ao fazer da história. Neste sentido, a Revolução do Consumo pode estar vinculada a estas mudanças na história da(s) sociedade(s), principalmente a(s) Ocidental(is), dado que, como veremos a seguir, o consumo é uma via de expressão material da cultura.

1.2.1.2 Ecos no Cotidiano⁹

O consumo *conspícuo* e a competição por *status*, que se dava tanto internamente nos grupos sociais quanto entre as classes constituintes desses grupos, são comportamentos de repercussão social que antecedem a consolidação do sistema capitalista, mas que podem ter contribuído em alguma medida para o seu “sucesso”.

Gisela Taschner (1996-97) e Collin Campbell (2001), com base nas teorias de

⁹ “O cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os seres humanos em qualquer época histórica que possamos analisar. Em cada época histórica os ritmos e as regularidades da vida cotidiana se distinguem, se tornam diferenciáveis. A vivência e a experiência da cotidianidade também é diferenciável segundo os grupos ou as classes sociais a que os indivíduos pertencem e em cada modelo societário vigente” (NETTO; CARVALHO, 2000, p. 23).

Thorstein Veblen ([1899] 1983), explicam que nestes processos os nobres passaram a consumir não apenas para si, mas para que os outros os vissem, que os respeitassem em função dos consumos que realizavam e que, por fim, valorizassem o que eram pelo que, por seus *status*, aparentavam ter.

Este último processo, chamado de “emulação social”, diz respeito à imitação social. De acordo com o que compreendemos nos trabalhos de Veblen ([1899] 1983), a emulação se refere ao caso das classes mais abastadas serem imitadas pelas menos abastadas. Tal imitação também estava atrelada ao consumo de ostentação, que tem efeito similar ao emulativo, no sentido de gerar competições entre os integrantes de uma mesma classe. Faz-se necessário ressaltar mais uma vez que tais fenômenos não se restringiam à modernidade e já teriam ocorrido em outros momentos históricos, conforme registra Campbell (2001) de acordo com McKendrick (1983).

Outra questão, que de algum modo também se relaciona à ânsia por *status*, é abordada por Taschner (1996-97) a partir dos estudos de Elias (1969), tomando como referência a França. A autora se refere à ideia da centralização do poder real e à submissão do consumo das cortes relacionada a este. O monarca era o responsável pela manutenção da posição social das famílias, de modo que elas consumiam o que ele ditava para estarem à altura da nobreza, mesmo que não tivessem condição financeira, devido às mutações políticas e econômicas da época.

A evolução da corte, a transformação de comportamentos, atitudes e sentimentos que nela se dá e que se expressa em seu estilo de vida – transformação essa que é analisada em conjunto sob a rubrica de um processo civilizador – e a própria competição entre seus integrantes, Elias relaciona à alteração no equilíbrio de poder entre a nobreza e o rei, e à centralização que leva ao absolutismo (TASCHNER, 1996-97. p. 32).

O consumo para manutenção de *status* ocorreu principalmente no momento em que houve um *processo civilizador* instituído pela corte real, por meio do desenvolvimento da etiqueta e de novos hábitos. Nessa nova configuração, foram desencadeadas necessidades de consumo até então inexistentes. Neste momento, a ostentação se revelou como expressão do poder, similar ao processo aqui explanado a partir dos trabalhos de Veblen ([1899] 1983) sobre “emulação social”. No caso, as cortes “imitavam” os padrões da cúpula real.

Taschner também destaca a relevância das modificações de consumo ocorridas Inglaterra, em que se destacaram o consumir pela atenção da rainha –

similar ao caso francês, e o abandono do consumo de tradição (pátina) pelo consumo de novidades, que, inclusive, deu força ao desenvolvimento da moda.

Podemos associar tal fortalecimento da moda aos movimentos da modernidade, como vimos de acordo com Reis (2005 [2003]), em relação a sua fase inicial em que a novidade constante é tida como expressão de um futuro-presente almejado à época, bem como seu caráter efêmero, ao seu desenvolvimento em sua fase “estendida”, tardia, ao presente constante, em que tudo logo se torna passado.

Ademais, destaca Taschner (1996-97), a partir dos trabalhos de Lipovetsky (1989) e MacCracken (1990), que além de engendrar uma valorização soberana da novidade, a moda se configurou como um palco para as individualidades, pois estas puderam se aflorar e se expressarem com mais intensidade.

Ao discutir sobre a individualidade, fenômeno aflorado na modernidade – como vimos, Taschner (1996-97) também pontua as contribuições de Ariès (1995) com relação aos estilos de vida e aos valores de consumo da nova classe social que se consolidava – a burguesia. Tais estilos e valores eram desenvolvidos, mormente, na separação das esferas pública e privada na vida social e na ascensão do capitalismo. A privacidade e o conforto passaram a ser os valores mais vivenciados pela burguesia e, então, almejados pelas demais classes que disputavam a notoriedade e atenção dedicadas aos burgueses.

Em relação ao desenvolvimento desta nova classe burguesa, Campbell (2001) chama a atenção para “fenômenos culturais” como, por exemplo, o desenvolvimento e a valorização das práticas de lazer. Afinal de contas, de acordo com o autor, estas classes tinham “tempo vago”. Além disso, Campbell (2001) destaca também o surgimento do estilo romântico e do seu público leitor que, “nas horas livres”, que, por projeções de diversas ordens, tornava-se os personagens dos romances. O autor ressalta que o ideário de amor romântico ascendeu a partir de obras literárias propagadas nesse período.

Campbell (2001) chama a atenção para outra variável pertinente à época: a “natureza dos itens” que passaram a ser produzidos, pois, num primeiro momento, poderiam não ser considerados “de primeira necessidade”. Neste contexto, o luxo passou a ser mais moralmente aceito, principalmente com a justificativa dos abastados de que estariam “gerando trabalho, ocupação e fonte de renda” às pessoas menos abastadas.

Ainda de acordo o autor, esta nova atmosfera moral em torno do luxo era conflitante às constituições puritanas que concerniam ao cenário de ascensão da “nova classe social”, já mencionada, a burguesa. Esta situação é exemplo de que o conflito não era apenas “intra classe” – onde a emulação e a ostentação expressavam competições internas; mas também, e principalmente naquele momento, revelavam disputas “inter classe”, entre nobres e os que estavam em ascensão, pelo “domínio da sociedade”, isto é, por quais valores vigorariam.

Em síntese, Campbell (2001) afirma que a resposta razoável para o aumento da propensão ao consumo é a que envolve a constatação de que este

(...) foi levado adiante por meio de uma ética do consumidor especificamente burguesa, uma série de valores e crenças que estavam definidos para esse setor da sociedade inglesa e que serviram para justificar não somente a leitura de ficção e o comportamento romanticamente motivado, como também a indulgência com o consumo de luxo (CAMPBELL, 2001, p. 56).

Do mesmo modo, Taschner (1996-97) sintetiza que o consumo se “metamorfoseou” por meio da cultura, permeando a estrutura social, principalmente no que se relaciona às disputas e emulações sociais vivenciadas até mesmo antes do capitalismo – mas que foram imprescindíveis para a sua consolidação como sistema – e passou a ser um processo cultural representado e vivido a partir do cotidiano.

Diante do exposto, é possível perceber que gradativamente o consumo foi recebendo significância no cotidiano dos indivíduos, conquistando espaços dentro das relações e materializando processos de emulação social e de representações simbólicas. Com efeito, tornou-se a base de fenômenos sociais como moda e, via de regra, de construção da identidade dos indivíduos, por meio da expressão de suas subjetividades. O consumo, ao passar do tempo, deixa de estar vinculado apenas à visão de um suprimento utilitarista da existência humana e passa a ser atrelado sobremaneira às práticas culturais em todas as esferas da vida em sociedade.

1.3 O Consumo como Atividade Sociocultural

A partir da fundamentação teórica que se apresenta e subsidia este trabalho, é possível perceber que o consumo aqui é considerado um polígono constituído por arestas que contemplam o indivíduo complexo, dotado de estruturas psíquicas e biológicas, imerso em um imbricado tempo e espaço, que, por sua vez, concretiza e

compreende o seu cenário de manifestação e de sentido marcados histórica-econômica-sócio-culturalmente. Nesta seção, serão apresentadas reflexões sobre o consumo, a partir das teorizações de Mary Douglas e Baron Isherwood ([1979] 2013), Pierre Bourdieu ([1979] 2013), Daniel Miller (2004a; 2004b) e Néstor Canclini (1995), de modo que seja possível compreendê-lo como uma atividade social.

Douglas e Isherwood ([1979] 2013) são autores que tentam associar discussões econômicas e antropológicas ao consumo. Primeiramente, encaram os bens como reflexos e meios de significados, de modo que não consumimos sozinhos, nem apenas por fatores econômicos ou segundo nós mesmos, dado que nossa baliza é sempre o “outro”, e também é regida pelo senso de alteridade. Ademais, ao tentar vincular economia e antropologia, os autores apresentam e criticam teorizações que discutem e categorizam o consumo como “necessidades humanas”.

Neste sentido, Douglas e Isherwood ([1979] 2013) afirmam que “os bens são neutros, seus usos são sociais, podem ser usados como cercas ou como pontes” (p. 30) e “quando reunidos em uma propriedade fazem afirmações físicas e visíveis sobre a hierarquia dos valores de quem os escolheu” (p. 22). Assim, os bens não podem ser vistos apenas com fins utilitários, já que não existem sozinhos no mundo. De acordo com os autores, os bens existem para uso dos seres humanos que lhes atribuem aplicações segundo seus padrões de vida. Estes bens não atenderiam necessidades específicas, dado que, na realidade dos indivíduos, estas se apresentam de modo tão imbricado, ao ponto de tornarem-se indissociáveis.

É válido ressaltar que Douglas (2007 [1999]) ratificou e afirmou após vinte anos da primeira edição do livro sobre *O Mundo dos Bens* – feito em parceria com Isherwood, o questionamento sobre o consumo ser visto como necessidade intrínseca à natureza humana, e nos instiga a refletir que estamos diante de “seres inteligentes que têm o suficiente para viver e mesmo assim conseguem matar de fome alguns de seus iguais (p. 23). Neste sentido, é possível apreender, deduzir que consumir é uma prática que tem repercussões sociais, como a pobreza.

Ao focarem no consumo como atividade social, Douglas e Isherwood ([1979] 2013) afirmam que “cada indivíduo livre é responsável pela exclusividade de sua própria casa, pela alocação de seu tempo livre e pela sua hospitalidade” (p. 29), embora “não tenham fechado questão sobre até que ponto as considerações de

classe afetam a escolha, e qual é o espaço para o livre jogo individual” (p. 43), pois, para os autores, as “variáveis sociais influenciam mais a demanda do que preço e renda” (p. 154).

Embora não vinculem necessariamente tais variáveis à classe social, suas proposições se assemelham às de Bourdieu ([1979] 2013), dado que definem o consumo como o “uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei” (p. 100). Os autores ainda registram que “é a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma” (p.111) e afirmam que “os bens estabelecem e mantêm relações sociais” (p. 103). Ou seja, defendem a ideia de que o consumo é extraeconômico, mas que, por socialmente representar disputas, o consumo é revestido mais de caráter simbólico que econômico.

Bourdieu ([1979] 2013) constrói seu argumento com o entendimento de que as práticas de consumo são aprendidas de acordo com elementos pertinentes à classe social do sujeito e traz reflexões acerca do *status* e do *gosto*, sobre o que poderia influenciar nas escolhas expressas nos hábitos dos indivíduos. Deste modo, expõe outras contribuições como, por exemplo, a ideia de capital social e capital cultural¹⁰, que se referem, respectivamente, às relações sociais que mantêm e sustentam principalmente membros das classes mais abastadas ou contribuem para derrocada destes, e aos padrões e hábitos de vida comumente desenvolvidos e identificados em cada classe social.

Bourdieu ([1979] 2013) analisa práticas sociais vivenciadas no âmbito do consumo alimentar, de cultura, de vestuário, cuidados de beleza, artigos de higiene e pessoal de serviço. A partir de então, indica correspondências entre estilos de vida e identificações de classe, ressaltando que na sociedade contemporânea tais práticas de consumo sofrem um processo de estilização, em que “há o primado conferido à forma em relação a função, à maneira em relação à matéria” (BOURDIEU, [1979] 2013, p. 13), expressos diferentemente segundo as classes.

Neste trabalho, consideramos semelhante à estilização das práticas de

¹⁰ Tal contribuição é relevante, embora Claude Dubar (2009) critique a equiparação de aspectos culturais a econômicos e ressalte as subjetividades além destes fatores capitais. Em contrapartida, ainda é válido mencionar que Jessé Souza (2013) também encara que “‘capital’ deixa de ser apenas uma categoria econômica, mas passa a incluir tudo aquilo que passa a ser decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social” (2013, p. 58); apesar de também criticá-la, por entender que “o comportamento social não é apenas utilitário” e sentimentos de estima e reconhecimento também constituem os sujeitos (p. 63).

consumo a compreensão apresentada por Douglas e Isherwood ([1979] 2013) sobre as práticas de consumo vistas como rituais, por meio dos quais “fixam-se significados públicos”. Tal condição que se revelou de sobremaneira à sociedade ocidental, principalmente a partir da modernidade, vale lembrar.

Em relação aos rituais, Douglas e Isherwood ([1979] 2013) afirmam que os “mais eficazes usam coisas materiais. E os bens, nessa perspectiva, são acessórios de rituais; o consumo é um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos” (p. 110). Os bens seriam, neste caso, o processo pelo qual damos materialidade à vida humana via consumo.

Neste sentido, os autores reiteram a ideia de que o consumo é uma via para materializar a existência humana, ao afirmarem que “dentro do tempo e do espaço disponíveis, o indivíduo usa o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua localidade, seja na cidade ou no campo, nas férias ou em casa” (p.113).

Além disto, Douglas e Isherwood ([1979] 2013) revelam o cuidado que devemos ter ao estudarmos o consumo, já que “os bens de consumo definitivamente não são meras mensagens, eles constituem o próprio sistema. Tire-os da interação humana, e você desmantela tudo. Ao serem oferecidos, aceitos ou rejeitados, reforçam ou solapam as fronteiras existentes” (p.118). Deste modo, ao pensarmos nos significados e nas significações que os processos de oferta, aceitação e rejeição podem expressar, é possível encarar o consumo de forma ampliada e crítica.

Assim sendo, ao considerar o consumo em sua amplitude e sua relevância para expressões socioculturais, a obra de Daniel Miller (2004a) é também revelante, pois ela abrange de maneira bastante pertinente a grandiosidade da temática e de seu alcance. De acordo com o autor, a temática não depende apenas dos olhares distintos lançados sobre ela, pois ele mesmo, o consumo, é um fenômeno plural. A partir dessa premissa, Daniel Miller traz à tona reflexões sobre o modo como historicamente o consumo foi abordado e reconhece, por exemplo, a importância de posicionamentos acadêmicos “morais” sobre ele, mas ressalta aspectos que constituem a “pobreza da moralidade”, a qual não nos permite uma aproximação real das práticas de consumo e dos fenômenos que abarcam/expressam.

Neste sentido, o autor também assinala o processo ritual do consumo em sua teorização sobre as compras, da qual destacamos a sua análise sobre “os atos de

amor no supermercado”, em que relaciona sentimentos e processos emotivos às aquisições dos indivíduos (MILLER, 2004b). Com efeito, percebeu, em seus estudos sobre compras corriqueiras numa região britânica, em especial, feitas por mulheres, o consumo como uma via de expressão de afeto, geralmente ritualísticos (MILLER, 2004b). Assim, podemos compreender que os bens de consumo podem servir também para expressar as subjetividades dos indivíduos.

Dentre as possíveis expressões de subjetividades que as práticas de consumo podem revelar, é de extrema relevância para esta dissertação apresentar ainda os apontamentos de Néstor Canclini (1995) sobre o possível diálogo entre as dimensões do consumo e da cidadania.

Ao propor a vinculação entre consumo e cidadania, assim como Douglas e Isherwood ([1979] 2013) já ressaltaram de modo similar e Daniel Miller (2004a) reiterou, Canclini (1995) frisa a necessidade de se repensar as concepções que encaram as práticas de consumo dos indivíduos. Para o autor, é preciso desmistificar a visão de que os indivíduos agem irracionalmente ou que, por exemplo, os cidadãos agem em prol da racionalidade dos princípios ideológicos.

Deste modo, o autor expõe que é costumeiro imaginar o consumo como o espaço do supérfluo, em que os indivíduos agem de modo primariamente impulsivo. Já com relação à cidadania, é geralmente reduzida ao âmbito político, em que apenas o voto e a atuação das pessoas ante “as questões públicas somente em função de suas convicções individuais e pela maneira como raciocinam nos confrontos de ideias” são considerados como seu exercício (CANCLINI, 1995, p.21).

Canclini nos faz refletir sobre a corrente associação da cidadania à esfera pública e o consumo à esfera privada. Assim, seu trabalho possibilita a reflexão sobre o exercício cidadão em âmbito privado, bem como encarar os efeitos das práticas de consumo refletidos na esfera pública. A partir de trabalhos estado-unidenses sobre cidadania cultural, ele afirma que

ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades (1995, p. 22)

Analogamente à Mary Douglas e Baron Isherwood ([1979] 2013), que versam que “as mercadorias são boas para pensar” (p.106), Canclini constrói sua máxima ao afirmar que “o consumo serve para pensar” e reitera a necessidade de uma

aproximação real das práticas de consumo, com fins de verdadeiramente compreendê-las, não as estigmatizar.

O autor, ao elaborar a hipótese de que a seleção e apropriação dos bens define “o que consideramos publicamente valioso, bem como os modos com que nos integramos e nos distinguimos na sociedade, com que combinamos o pragmático e o aprazível” (p. 21); coaduna com a visão ritualística apresentada por Mary Douglas e Baron Isherwood ([1979] 2013).

Ademais, ao apontar que “consumir é tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora, e que o consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados” (p. 59); o autor reitera a ideia destes autores, que veem no consumo a expressão material da cultura. Deste modo, Canclini (1995) reveste esta ideia de maneira multifacetada, ao compreendê-la como um exemplo de expressão de um agir político e até mesmo como uma expressão da identidade dos indivíduos.

As lutas de gerações a respeito do desejável mostram outro modo de estabelecer as identidades e construir a nossa diferença. Vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir (1995, p. 15).

Ao dar preferências a certos bens em suas escolhas, o indivíduo tanto comunica ao mundo suas aceitações e rejeições quanto ao lhe o identifica perante a sociedade, bem como pode revelar suas visões e filiações políticas.

É válido ainda ressaltar que, ao propor esta associação entre consumo e cidadania, Canclini (1995) não deixa de destacar seus aspectos contraditórios.

Por que este acesso simultâneo aos bens materiais e simbólicos não vem junto a um exercício global e pleno da cidadania? A contradição explode, sobretudo, nos países periféricos e nas metrópoles aonde a globalização seletiva exclui desocupados e migrantes dos direitos humanos básicos: trabalho, saúde, educação, moradia. O direito de ser cidadão, ou seja, de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados esses bens [da modernidade], se restringe novamente às elites (1995, p. 30).

Apesar de marcar as contradições desta relação, o autor retoma a ideia de que “reconhecer que ao consumir também se pensa, se escolhe e reelabora o sentido social”, propicia proceder uma análise voltada “à área de apropriação de bens e signos e sua possível intervenção em formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebem o rótulo de consumo”. Deste modo, de acordo com Canclini, “devemos nos perguntar se ao consumir não estamos fazendo algo que sustenta, nutre e, até certo ponto, constitui uma nova maneira de ser

cidadãos” (1995, p. 31).

Assim sendo, é importante frisar que a relação entre consumo, cidadania e política ainda é um campo que está se desenvolvendo, configurando-se, portanto, como uma “novidade” acadêmica. O reconhecimento da relevância em estudar as possibilidades dessa relação (consumo-cidadania-política) atrelada à conotação de uma manifestação identitária é o que orienta o desenvolvimento deste trabalho.

1.3.1 Consumo, Cidadania e Política: Cenários

Esta seção está estruturada considerando esta necessidade de lançar novos olhares sobre o consumo e as possíveis associações a construção de identidade via exercícios de cidadania e política, como Lívia Barbosa e Collin Campbell (2006) já tenham sinalizado, por exemplo. É importante situar que a relação entre consumo e política também foi apontada por Gisela Taschner (2010), vinculando-a à ideia de pertencimento, principalmente por ser o consumo uma forma de acesso a meios necessários à reprodução social.

Deste modo, diante da possibilidade de encampar as discussões sobre o consumo, cidadania e política, apresentaremos as discussões alavancadas de Fátima Portilho ([2005] 2010), Gisela Taschner (2010), e Michele Micheletti¹¹ e Dietlind Stolle (2012), que desenvolveram produções específicas, principalmente no que concerne à relação consumo-cidadania-política. Ademais, também apresentaremos, de um modo complementar, as contribuições de Ana Brenner (2011) sobre militância e juventude, que não estão voltadas diretamente à questão do consumo, embora ela apareça tangenciada nos seus trabalhos, e as de Sônia Rocha (2011), sobretudo quando ela discute o acesso de classes populares ao mercado de bens. São trabalhos, como se pode observar, que também nos permitem pensar relacionalmente sobre esta tríade.

Portilho ([2005] 2010) discute sobremaneira a questão ambiental e a politização do consumo, sendo que este tradicionalmente estaria mais vinculado à esfera privada da vida do indivíduo, enquanto a cidadania à sua vida pública, na qual a vivência política seria mais latente¹².

¹¹ É válido salientar que, para a pesquisa de mestrado desenvolvida, foi considerado o que estas autoras se referem a “cidadania sustentável” e não ao que teorizam sobre “confiança”.

¹² É importante expor/apresentar os caminhos básicos que orientam a nossa compreensão sobre cidadania e política. De acordo com Clovis Gorczewski e Nuria Belloso Martin (2011),

A autora também discorre sobre a tríade consumo, política e cidadania e exige cautela perante perspectivas totalizantes, pois considerar o/a consumidor/a como o/a único/a portador/a da mudança social ou que o indivíduo apenas por vias políticas tradicionais poderia alcançá-la restringe possibilidades múltiplas na forma de compreender as relações do indivíduo com o mundo que o cerca e do qual é parte.

Portilho ([2005] 2010) ainda chama atenção para que a visão do indivíduo agindo politicamente apenas na esfera privada pode levar ao seu encapsulamento em vias de voltar-se apenas para sua reprodução vital e social focado em si, suas necessidades físicas e simbólicas. No entanto, admite o fato de que se os indivíduos podem aglutinar-se para expressar suas indignações quanto aos produtos e serviços que consomem, de modo a regular de alguma maneira seus fornecedores e prestadores; podendo ter suas ações captadas e refletidas como uma forma de vivência cidadã.

Dentre tais reflexões, para este trabalho, são vistas como relevantes estas “transmutações” do consumo em vias de expressão cidadã e política, que são vivenciadas tanto na esfera individual/privada, sobre a qual a autora registra a necessidade de que sejam socializadas para que gerem desdobramentos sociais; quanto, deste modo, na esfera grupal/pública, fortalecendo outras vias de ação coletiva, como rejeição à compra de certos produtos considerados danosos à sociedade, por exemplo.

A autora traz à tona estudos de autores/as que revelam práticas reivindicativas, até mesmo no campo do trabalho, que foram expressas via consumo

tradicionalmente a cidadania tem sido discutida a partir de uma perspectiva moderna, na qual Marshall – autor-chave deste campo, relaciona-a com gozo dos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, estes autores desenvolvem seu argumento de que a cidadania deve ser pensada como mutável no tempo, dados os contextos, ou seja, dinâmica e flexível. Assim, adotam as considerações feitas por “Garcia y Lukes, que encaram a cidadania como uma conjunção de três elementos: 1) a garantia de certos direitos, assim como a obrigação de cumprir certos deveres para com uma sociedade específica; (2) pertencer a uma comunidade política determinada (normalmente um Estado); e (3) a oportunidade de contribuir na vida pública desta comunidade através da participação” (p. 29). Sobre política, aspectos gerais que podem nortear nossa noção podem ser apreendidos em: “Para uns é essencialmente uma luta, um combate, permitindo o poder, aos indivíduos e aos grupos que o ocupam, assegurar-se do seu domínio sobre a sociedade e tirar proveito dele. Para os outros, a política é um esforço para fazer reinar a ordem e a justiça, garantindo o poder a realização do interesse geral e do bem-comum, contra a pressão das reivindicações particulares” (DUVERGER apud HURTIG, 1966. p. 81).

desde o início do século XX nos EUA: o boicote (*boycott*) de famílias a produtos produzidos por empresas que exploravam a mão de obra de funcionários; sindicatos como distribuidores diretos de pequenos produtores, de modo a eliminar a figura de atravessadores e baratear os preços.

Com relação ao momento contemporâneo, a autora afirma que as ações vinculadas ao campo do consumo podem ter articulações transclassistas, embora sejam pensadas muitas vezes no bojo de pensamentos emancipatórios, tradicionalmente concebidos numa perspectiva de esquerda¹³.

Além das experiências históricas do boicote, que ainda hoje se repetem¹⁴, Portilho ([2005] 2010) também menciona o caso do surgimento das associações em defesa do consumidor – também abordado por Gisela Taschner (2010), bem como o fortalecimento de meios e hábitos de consumo alternativo, como as redes de economia solidária.

Sobre a atuação política dos/as consumidores/as, chamamos atenção para outras ações identificadas por Gisela Taschner (2010), sobretudo aquelas em que se “buscam visibilidade na mídia ou, mais recentemente, na internet, nos moldes dos novos movimentos sociais, situadas no panorama atual dos movimentos de consumidores/as no Primeiro Mundo¹⁵”, ainda de acordo com a autora, tem-se o exemplo de

culture jamming, que consiste na desconstrução jocosa de anúncios de publicidade; formação de vastas redes; alianças com ONGs; *lobbies* e alianças com outros segmentos políticos no Congresso, na Justiça, na administração pública direta (TASCHNER, 2010, p.51).

Para o caso do Brasil, Taschner (2010) chama a atenção para o surgimento do *Código de Defesa do Consumidor*, do PROCON¹⁶ e de ONGs. Ela ressalta que

¹³ A autora organiza seu ponto de vista a partir dos trabalhos alguns autores sobre uma possível atualização da perspectiva esquerdista, a qual teria se ampliado e se aproximado de muitas das reivindicações dos Novos Movimentos Sociais. De acordo com a autora, tais reivindicações não estão necessariamente vinculadas à questão de classe mas a questões relevantes à mudança da sociedade, como questões feministas e ambientalistas. Sobre o surgimento destes movimentos, Ilse Warren (1987) é uma das autoras brasileiras a mais contribuir com esta questão. Já as reflexões sobre direita e esquerda serão feitas na próxima seção do Referencial Teórico deste trabalho: “Identidade e Filiação”.

¹⁴ Mobilizações contra práticas adotadas pela Nike, Coca-Cola, Burguer King (SILVA, 2011).

¹⁵ Nesta citação foi mantida a expressão literal do texto de Gisela Taschner (2010).

¹⁶ “Em 1976, pelo Governo do Estado de São Paulo foi criado o primeiro órgão público de proteção ao consumidor que recebeu o nome de Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor, mais conhecido como PROCON”. Disponível em: <<http://www.procon.sp.gov.br/texto.asp?id=1146>>.

“prevalecem no Brasil formas de agir bastante institucionalizadas. A ação concreta ainda é incipiente, especialmente no que diz respeito a procedimentos menos convencionais (boicotes, *buycotts* e *lobbies*). Mas os sinais de convergência estão claros. É nessa direção que o movimento segue” (2010, p. 52).

É importante salientar, conforme ainda afirma a autora, que tais meios de mobilização em torno do consumo geralmente são criados e ganham força para que os/as consumidores/as sejam protegidos na relação geralmente desigual que têm com as empresas e a relação entre empresa-Estado-consumidor, além de considerar práticas de consumo mais responsáveis por parte dos/as consumidores/as, por mais que estes/as últimos/as, como no caso brasileiro, ainda estejam se estruturando.

Sobre o universo das práticas de consumo individuais, Michele Micheletti – autora estado-unidense e Dietlind Stolle (2012) – autora alemã, apontam questões importantes no trabalho em que fizeram juntas sobre Cidadania Sustentável¹⁷. Estas autoras trazem reflexões sobre o próprio conceito de cidadania, no que concerne a percebê-la considerando aspectos temporais/seculares, espacial/planetária e material, em que vê a expressão e o exercício da cidadania sob a forma de produção e consumo e, portanto, reforça a importância das relações econômicas e transações para o desenvolvimento de um mundo mais sustentável.

Conforme afirmam as autoras, este quadro significa um entrelaçamento de cidadania com a vida privada, práticas diárias ou comuns e o mundo corporativo. De acordo com elas, os cidadãos também podem ser ativos por meio de boicotes, chamados *buycotts*, formas discursivas de compromissos políticos de consumismo e estilo de vida, tais como o vegetarianismo ou veganismo, que representam, por exemplo, defesas aos direitos dos animais.

Assim, de acordo com estas autoras, medidas de consumo político dão uma visão geral de como os cidadãos podem se envolver na arena de mercado além de

¹⁷ “Teorias contemporâneas de cidadania integram um conjunto complexo de relações — Não apenas aquela tradicional entre o governo nacional e o povo. Cidadania é expandida para além de obedecer às leis, servir o país, votar em eleições e fiscalizar o governo. Entendimentos mais recentes também passam a integrar a biodiversidade e a natureza ao o bem-estar humano, em nível global, o que estende as responsabilidades cidadãs para além da própria comunidade, e considera uma noção ampliada de equidade. Além disso, a cidadania sustentável compreende atores mais como cidadãos e suas práticas como ações cidadãs. Em particular, esta noção salienta as responsabilidades e as práticas de empresas e consumidores e encara a vida privada e econômica como importantes para a cidadania” (MICHELETTI; STOLLE, 2012). Tradução livre dos autores.

considerar a qualidade de material e preço do produto em suas escolhas de compras. Elas ilustram as diversas maneiras que um indivíduo pode se envolver em atividades relacionadas com o consumo, a partir do exemplo de um vegetariano, que pode rejeitar produtos de carne (boicote) e comprar produtos que são rotulados vegetarianos ou *vegans* (*buycott*). Este indivíduo, ao discutir no seu cotidiano as escolhas alimentares e relacioná-las às suas preocupações sobre o bem-estar animal e o ambiente, contribui praticamente para sua causa.

Deste modo, é importante considerar neste trabalho que práticas realizadas na esfera do privado podem representar para os indivíduos uma ação política, que, conforme podem acreditar, repercutem em alguma medida na esfera pública.

Outra reflexão que as autoras trazem, também importante para esta dissertação, refere-se ao fato de que a motivação de certas ações consideradas sustentáveis gera debates, pois algumas decisões de consumo podem estar relacionadas mais ao preço e aos cuidados com a saúde.

No entanto, independentemente destes últimos questionamentos, pensar cidadania sustentável¹⁸ é considerar que tais práticas que se desdobram nos níveis individuais e privados são vias de ação política, ampliando o alcance das teorias de cidadania convencional, já que consideram prioritariamente a vivência cidadã atrelada ao gozo dos direitos civis, políticos e sociais.

Neste sentido, é válido conjecturar, pelos rumos traçados neste trabalho, que até mesmo expressões políticas e cidadãos convencionalmente apreendidas de ações empreendidas na esfera pública podem também representar rebatimentos na esfera privada, dado que Ana Brenner (2011) registra em suas discussões sobre militância de jovens vinculados a partidos políticos de esquerda, considerando que “o engajamento militante é, em geral, associado a hábitos de consumo mais conscientes e responsáveis, conscientes no sentido de refletir sobre suas necessidades de consumo e responsáveis no que se refere à origem e ao modo de produção dos produtos” (BRENNER, 2011, p. 239-240).

Este registro reitera a ideia de que o consumo pode ser uma forma de exercício de cidadania e ação política pertinentes à esfera privada. Neste caso,

¹⁸ “Cidadania sustentável idealmente deve contabilizar uma gama mais ampla de comportamentos no cruzamento entre público e privado que são atualmente compreendidos como medidas de práticas de cidadania” (MICLHELETTI; STOLLE, 2012). Livre tradução da autora.

ressoam internamente os direcionamentos externos ao indivíduo. Além disto, pensar as várias dimensões que o consumo pode imbricar com a cidadania não pode ser descartado. No cenário brasileiro, então, em que o consumo toma cada vez mais destaque na sociedade, vê-lo em seu caráter multifacetado diante das realidades que permeia é possível – e muito – a ser explorado tanto nos domínios públicos, como na esfera do privado, do cotidiano e do individual, como já mencionado anteriormente.

É necessário esboçar e reiterar os desdobramentos sobre a relação entre consumo, cidadania e política no Brasil, se consideramos que ocorreram políticas mais enfáticas de transferência de renda, após a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência do país em 2003. A efetivação de tais políticas pode representar uma penetração do público (diretrizes políticas) no privado (famílias). Cabe frisar que tais políticas impactaram mais grupamentos familiares oriundos de classes populares, principalmente as menos favorecidas, em sua participação na esfera pública, atendida pelo mercado (ROCHA, 2011).

Neste sentido, é relevante ainda destacar o que Sônia Rocha (2011) discute e reforça em relação à importância de ações deste tipo adotadas nos Governos do PT para a sociedade brasileira, pois

Implementar um programa assistencial de transferência de renda implica também reconhecer que, numa economia urbana e monetizada, dispor de renda monetária é condição de cidadania e que cabe ao beneficiário da transferência de cunho assistencial decidir quanto ao uso do benefício (ROCHA, 2011. p.133).

Tal pensamento coaduna com uma das possibilidades de vinculação entre cidadania e consumo elaborada por Taschner (2010) em relação ao acesso ao consumo, pois tal acesso também poder significar um acesso à cidadania, até mesmo um via de inclusão social.

Nas sociedades contemporâneas ocidentais ou ocidentalizadas, o consumo – especialmente o de determinados itens – é um mecanismo de integração social, no sentido de que a posse de determinados produtos e o acesso a determinados serviços tornaram-se instrumentos para a construção e reforço de identidades sociais e, em decorrência, para o reconhecimento de um indivíduo como cidadão (TASCHNER, 2010, p.49).

A cidadania é tomada [em seu trabalho] como pertencimento a uma determinada comunidade ou nação. Mais do que isso: trata-se do reconhecimento da humanidade de um indivíduo e de sua aceitação, não apenas como membro daquela comunidade, mas como um par, um igual, um ser visível, digno de respeito. Nos estratos menos favorecidos, esse consumo pode ser pensado como de inclusão. A relação que se estabelece entre consumo e cidadania, neste caso, é de congruência e não de

oposição (TASCHNER, 2010, p.49).

Apesar de tal vislumbramento, é necessário considerar que “o acesso ao consumo não elimina outros processos de exclusão” (TEIXERA; NASCIMENTO; BARROS, 2014, p.14), até mesmo para não correremos o risco de reduzir o cidadão ao consumidor, bem como encobrir contradições do processo de produção e distribuição, já apontadas nesta dissertação – a partir de, por exemplo, os estudos de Canclini (1995), quando nos referimos ao direito de ser cidadão via consumo, por meio da decisão sobre como são produzidos, distribuídos e utilizados os bens geralmente restrito às elites.

Diante das discussões expostas até então, é possível perceber que as práticas de consumo dos indivíduos estão enoveladas em variados pontos, dentre os quais “identidade” e “fazer político”, que são os de maior relevância para esta dissertação. Deste modo, reiteramos que o consumo é considerado, aqui, um dos meios para a construção de identidade, daí a relevância em discuti-lo, considerando reflexões sobre esta categoria.

Portanto, finalizamos este item, afirmando que o enfoque que segue desloca-se do consumo para uma discussão sobre identidade em si mesma e o seu entrelaçamento às questões que circundam um fazer político convencional ainda bastante presente na esfera pública, que é a filiação a partidos políticos.



Fonte: http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/artigos/item?item_id=209157

Capítulo 2. IDENTIDADE E FILIAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA: TECENDO E ENTRELACANDO ALGUMAS IDEIAS

*Entre o branco e o preto pode existir o cinza;
entre o dia e a noite existe o crepúsculo.*
Norberto Bobbio.

Nesta seção, serão feitas considerações iniciais sobre Identidade, com base nas proposições de Claude Dubar (2009), Néstor Canclini (1995) e Teixeira Coelho (2008), com fins de subsidiar a compreensão sobre filiação político-partidária, a partir da correlação entre elementos concernentes a formações identitárias e a diferentes perfis de filiação e a vivência política de filiados/as a partidos políticos. Esta compilação teórica foi feita tomando por referência ainda as asserções de Claude Dubar (2009), vinculando-as às de Maurice Duverger ([1951] 1970).

Diante de tais enquadramentos, situamos aspectos que explicam os partidos políticos em si, a partir de José Baracho (1979), Nildo Viana (2003), Maurício Rebello (2014) e ainda Maurice Duverger ([1951] 1970) – autores mais situados no campo das Ciências Políticas; para então apresentá-los nesta dissertação como exemplos de grupos específicos de filiação/identidade/identificação dos indivíduos.

Esta última discussão está especificamente vinculada às elucubrações caracterizantes da díade direita-esquerda, partindo principalmente da obra de Norberto Bobbio (1995). Porém, ela se expande ao integrar fatores contemporâneos a partir do cenário histórico brasileiro, de acordo com André Kaysel (2015), Adriano Codato, Bruno Bolognesi e Karolina Roeder (2015), Sávio Cavalcante (2015), Armando Boto Jr. (2003), Rosa Marques e Áquilas Mendes (2006), Ellen Tristão (2011); e, Ana Brenner (2011); até apresentá-la (a díade), nesta dissertação, como referência de identificação político-partidária.

2.1 Reflexões sobre Identidade

Fazer referência ao termo “identidade” não apenas concerne à academia, mas também é recorrente em conversas informais no nosso cotidiano. No senso comum, o termo pode ser vinculado a fins legais, referentes ao registro geral (RG) no banco de dados do Estado – cujo documento também é reconhecido com “carteira de identidade”. Esta idealização sobre identidade está associada à compreensão do que seria “único”, de diferenciação. Outra aplicação do termo que compõe o jargão popular são afirmações como “eu me identifico” e conseqüentemente “sou parte”, que representa a noção de pertencimento.

Nas compreensões acadêmicas, como já sinalizamos no capítulo anterior ao falar sobre a modernidade e o sujeito moderno, é possível perceber que estão voltadas a como o ser humano é concebido diante de si e de sua interação social, bem como das próprias visões de mundo que regem a sociedade como um todo.

Claude Dubar (2009), a partir de sínteses filosóficas, apresenta dois diferentes olhares para se pensar *identidade*: o “essencialista” e o “nominalista/existencialista”. Assim, poderíamos considerá-la constituída de “substâncias imutáveis e originárias” – representando permanências natas; ou, como ele prefere adotar, “um conjunto de subordinação de elementos variantes de acordo com a época considerada”, ou seja, uma identidade que é construída.

Neste sentido, a abordagem de Dubar (2009) leva em conta a mutabilidade da identidade, que, ao longo do tempo, da história, pode ser modificada e constituída de várias maneiras, a depender das trajetórias dos indivíduos. Desta maneira, é preciso frisar o caráter de mutável e construível da identidade nesta dissertação, pois consideramos que o indivíduo se desenvolve e sustenta-se socialmente, de modo que a consolidação da sua identidade assim também se estrutura.

Nesta linha de raciocínio, vale vincular tal conceituação às proposições de Canclini (1995), pois este autor afirma que “hoje a identidade, mesmo em amplos setores populares, é poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (p. 142). Portanto, se faz relevante também considerar ainda que, na contemporaneidade, a identidade é construída a partir do contato dos indivíduos com o mundo globalizado que o cerca, que possui elementos, que, em alguma medida, lhes despertam um senso de identificação.

Seguindo esta linha de raciocínio, Teixeira Coelho expõe que “as identidades, que eram achadas ou outorgadas, passaram a ser construídas. As identidades, que eram definitivas, tornaram-se temporárias, o que significa que uma mesma pessoa e um grupo, ao longo de suas existências, podem ter mais de uma identidade” (2008, p. 64). Tal compreensão leia-se também como um próprio reflexo histórico da modernidade tardia, como já mencionamos de acordo com Hall (2004).

Deste modo, frisar que a compreensão de mutabilidade da identidade, flutuante e instável, é importante para pensarmos que seu processo de construção não finda e é dinâmico, dado que os indivíduos, a depender de suas trajetórias e experiências objetivas e subjetivas, poderão não mais se identificar com referências

que inicialmente tenham se identificado.

Outra reflexão que se apresenta relevante para este trabalho é a síntese de Dubar (2009) sobre paradoxo *diferenciação e pertencimento*, existente na consolidação da identidade do indivíduo. De acordo com o autor, construímos nossa identidade tanto a partir do que seriam características “apenas” nossas / únicas – que nos diferencia dos outros, e paradoxalmente, estas mesmas diferenças nos vinculam a um grupo de indivíduos, que também as tenham, e assim a ele também pertença.

Assim sendo, é possível pensar este paradoxo a partir da relação entre o eu e o outro, a partir da qual Teixeira Coelho (2008) afirma que “esse processo de distinção seria fundamental para o autoconhecimento, nunca desligado da necessidade de reconhecimento pelo outro” (p. 64). Ou seja, no processo de construção da identidade, não apenas se constitui do que eu me diferencio do outro, mas também do que este percebe e reconhece que há diferente em mim.

Neste sentido, é importante considerar a ideia de Dubar (2009) sobre dois modos de identificação que existem: o “para outrem” e o “para si”. Tais modos referem-se ao que os outros atribuem a nós e as identificações atribuídas a nós por nós mesmos, respectivamente. Por meio destes modos é que se estruturam as noções de pertencimento comum e pertencimentos múltiplos, que canalizam as maneiras de fazer dos indivíduos e as reverberam nas subjetividades do próprio ser.

Feito este alicerce, Dubar (2009) também procede um inventário histórico sobre formas identitárias, considerando a combinação entre aspectos políticos, simbólicos e econômicos para a representação de perfis socioculturais de identificação. Deste modo, é possível corresponder para esta dissertação perfis identitários – variantes conforme o percurso histórico da humanidade e as vivências particulares do indivíduo, a perfis constituídos a partir de compreensões e vivências políticas. Intentamos desenvolver a ideia sobre esta possível correspondência entre identidade e filiação político-partidária na subseção a seguir.

2.1.1 Identidade e Filiação Político-partidária

Dentre as formas identitárias que Dubar (2009) apreendeu, chamamos atenção para o início desta subseção o exemplo que ele apresenta de “identidade operária”, a partir de suas leituras das obras de Marx e Engels. O autor sinaliza três

perfis *militantes* (comunistas, socialistas e libertários), assumidos por indivíduos que se identificaram com as proposições marxistas, mas que compreenderam e levaram a cabo a construção de performances diferentes. Nas palavras do autor,

Parece que os três “perfis militantes” mais bem identificados pelos historiadores, notadamente nos anos 1920 e 1930 (comunistas, socialistas e libertários), não podem ser ligados por nenhuma forma identitária comum. Para cada um deles, a revolução, a consciência de classe, o socialismo, o partido tem significações diferentes. Entre a tradição “anarco-sindicalista”, autogestionária, descentralizada e pacifista, de um lado, e a tradição “bolchevista”¹⁹, leninista e centralizadora, de outro, as referências e os recursos identitários são muito diferentes e até opostos. Essas duas tradições se diferenciam por sua vez das tradições “reformistas” opostas às 21 condições da IIIª Internacional²⁰ (DUBAR, 2009. p. 65).

Em seguida, o autor exemplifica um cenário de multiplicidades que podem ser encontradas, por meio da exposição de diversas trajetórias de operários que investigou, traçando vários perfis em relação a seus posicionamentos militantes. Suas trajetórias se configuravam determinantemente fundamentais.

Do mesmo modo, para esta dissertação, a trajetória do indivíduo é considerada um elemento importante para apreensão de uma dada identidade em um dado momento. Para Dubar (1997) “a noção de *trajetória vivida* designa a forma como os indivíduos reconstroem subjetivamente os acontecimentos da sua biografia social que julgam significativos” (p. 90).

Assim, para se compreender a noção de identidade de modo ampliado, é relevante considerar as peculiaridades de cada indivíduo narradas por eles mesmos acerca das compreensões que tem de si, do meio que o cerca e que repercute de forma particular na sua existência. Deste modo, prezamos pela vinculação entre identidade e trajetória e a sintetizamos por meio da afirmação de Canclini (1995): “a identidade é uma construção que se narra” (p. 139).

Diante das exposições feitas até então, propomos, nesta dissertação, a associação da ideia de filiação à compreensão dos aspectos que nos permitem apreender a construção da identidade dos indivíduos. Deste modo, a filiação será

¹⁹ “A origem do termo relaciona-se com a votação levada a efeito do Segundo Congresso do Partido Social-Democrático russo que e reuniu em Bruxelas e Londres, em 1903, e no qual a ala esquerda obteve a maioria” (*Dicionário de Sociologia*, 1970).

²⁰ A Internacional Socialista foi o encontro de movimentos operários que ocorreu a partir do XIX na Europa, em que seus participantes discutiam sobre questões trabalhistas, políticas e econômicas referentes ao então proletariado (Kjeld Jakobsen, 2008/2009).

compreendida tanto no sentido da identificação/pertencimento – em que o indivíduo se aproxima e se vincula ao que lhe apraz, quanto ao sentido de peculiaridades do indivíduo/diferenciação, considerando a variedade de perfis que podem existir a partir de suas trajetórias. Propomos, especificamente, a partir de tais associações, trazer elementos norteiam o entendimento sobre a filiação político-partidária, considerada como um mecanismo de identificação²¹.

Partir de tais proposições permite-nos apreender a definição de *filiação partidária* instituída pelo TSE (s/ind.): “o ato pelo qual um eleitor aceita, adota o programa e passa a integrar um partido político”, como paralisante, ao menos temporariamente, da característica mutável da construção da identidade, já que burocraticamente o indivíduo apenas pode se vincular a um único partido, enquanto nele atuar e permanecer. Ou seja, no cenário político brasileiro, em nível burocrático, uma pessoa pode apenas expressar identificação por um partido.

Para dar continuidade ao entrelaçamento proposto entre identificação e filiação político-partidária nesta dissertação, é importante frisar e ressaltar que, no cenário das vivências políticas, assim como nos perfis de “identidade operária” abordados por Dubar (2009), há diferentes expressões da filiação. Tal variedade de perfil pode ser ilustrada por meio da diferença entre dois perfis: adepto e militante. De acordo com o autor:

É preciso, de fato, distinguir os militantes dos simples adeptos: estes apenas votam ou apoiam seu líder. Os primeiros contribuem para propagar as ideias, difundir os programas, convencer os eleitores. (DUBAR, 2009, p. 173).

Neste sentido, é mister ainda ressaltar que estes termos referentes ao tipo de envolvimento com um partido político mudam na teoria de Maurice Duverger ([1951] 1970) sobre os partidos políticos. Este autor apresenta vários tipos de envolvimento, de acordo com o que apresenta em relação às conformações partidárias que aborda.

No âmbito de cada partido, aliás, encontram-se várias categorias de membros. Simpatizantes, adeptos, militantes, propagandistas: uma série de círculos concêntricos ali se projeta, onde a solidariedade partidária se torna cada vez mais forte. Por permanecerem maior número de vezes oficiosas, essas distinções não são menos reais. Existem graus na “participação” - se se chamar assim o liame de solidariedade que liga o adepto ao partido. Pode-se mencionar apenas graus? Ou se trata de duas participações diferentes? (DUVERGER, [1951] 1970. p. 97)

²¹ “Categorização dos outros e de si” (DUBAR, 2009. p. 20).

O perfil que Dubar (2009) descreve como “adepto” equivale em certa medida aos perfis de “eleitor” e de “simpatizante” descritos por Duverger ([1951] 1970), que, por sua vez, apresenta o termo “adepto” como o “militante” (termo similar a ambos), vinculado institucionalmente a um partido. Ter ciência da existência destes perfis nos permite ver que a filiação político-partidária revela diferentes identidades que se constroem e expressam distintamente a intensidade de uma identificação.

O simpatizante é mais que um eleitor e menos que um adepto. Como o eleitor, ele contribui com o seu voto para o partido; confirma a sua preferência política. O eleitor vota no segredo da cabina indevassável e não revela a sua escolha: a própria exatidão e a amplitude das medidas adotadas para garantir a discrição do escrutínio provam a importância do fato. Um eleitor que declare o seu voto não é mais um simples eleitor: começa a tornar-se um simpatizante. Por este mesmo motivo, desencadeia, com efeito, fenômenos de contágio social: sua manifestação já traz em si um elemento de propaganda; ele o aproxima igualmente de outros simpatizantes e cria os primeiros laços de uma comunidade. Não existe uma verdadeira comunidade de eleitores, pois estes não se conhecem de modo algum, porém apenas um grupo determinável globalmente e suscetível de medidas estatísticas. Há uma comunidade de simpatizantes, muitas vezes embrionária e distendida, mas real (DUVERGER, [1951] 1970, p.138).

Um militante não é duas ou três vezes mais ligado ao partido do que um adepto: é ligado diferentemente. Cada categoria de partidários corresponde a um tipo de participação, caracterizado antes por sua qualidade do que por sua intensidade. Mas essa qualidade de participação varia no próprio âmbito de cada categoria: os laços de solidariedade não são idênticos para todos os adeptos, para todos os militantes, para todos os simpatizantes (DUVERGER, [1951] 1970. p.152).

Além da sapiência da que existem perfis diferentes de filiados/as, é relevante ainda pensar nesta dissertação a abordagem de Duverger ([1951] 1970) referente aos “critérios de adesão”, no caso do seu estudo, a um partido de massas, pois é equivalente à definição atual de filiação do TSE supracitada. De acordo com o autor,

Somente os partidos de massas conhecem um mecanismo formal de adesão, comportando a assinatura de um compromisso e o pagamento de uma contribuição anual. Para ingressar num partido de massas, a técnica mais corrente é o boletim de adesão, formulário impresso que comporta geralmente um texto declarando que o interessado se compromete a observar a disciplina do partido e a propagar suas doutrinas, e espaços em branco para a inscrição do nome, endereço, data de nascimento e informações diversas. Aderir a um partido é, inicialmente, preencher e assinar um boletim de adesão (DUVERGER, [1951] 1970. p.107)

A partir disto é importante também considerar o que o autor discorre sobre a estabilidade de uma adesão, pois levar em consideração este aspecto se faz relevante dado que está relacionado a um exemplo do caráter flutuante que a identidade pode expressar. De acordo com o Duverger ([1951] 1970), há de se fazer uma distinção capital: a dos adeptos estáveis e dos adeptos instáveis.

Muitas pessoas firmam um belo dia uma ficha de adesão e recebem um cartão do partido, não renovando este no ano seguinte, esquecendo assim sua adesão: algumas apresentarão uma demissão formal, a maior parte cessará simplesmente todo contato com o partido (continuarão, aliás, a figurar em suas listas, nos partidos onde o registro não é rigoroso, e a aumentar artificialmente o número de adeptos). Muitas vezes, a filiação foi ainda de menor duração: o novo adepto esquece o seu partido ao fim de alguns meses, na verdade de alguns dias. Por vezes, ao contrário, sua ligação se prolonga por dois ou três anos. Mas não se trata, apesar de tudo, de um adepto estável, cuja ligação ao partido não se enfraquece no decorrer de um longo período. Muitas vezes através de toda a sua vida (p.123).

Deste modo, é importante ressaltar, novamente de acordo com Dubar (2009), que assim como as formas identitárias mudam ao longo da história, segundo os contextos, estes perfis também mudam, segundo a época, o tipo de partido e seus programas, até o próprio uso dos termos é mutável. Tal ressalva se faz relevante já que a abordagem de Duverger ([1951] 1970), por exemplo, volta-se a um período histórico em que havia a nítida configuração e distinção entre partidos de quadros (ligados mormente à noção de partido com caráter especializado) e partidos de massa (ligados à ideia de partido com caráter totalitário), que via de regra possuíam diferentes posturas de adeptos.

[o especializado] Não consagra em definitivo ao partido senão algumas horas do seu tempo, alguns pensamentos entre as suas preocupações familiares. Nem sua vida intelectual, nem sua vida profissional, nem seus lazeres, nem (por motivo ainda maior) sua vida familiar e sentimental são influenciados pelo radicalismo (DUVERGER, [1951] 1970, p.152)

[o totalitário] Toda sua vida profissional está assim enquadrada no partido, dominada pelo partido, consagrada ao serviço de partido. De igual forma, seus lazeres: grande parte deles é absorvida pelas reuniões do partido, do sindicato, ou dos organismos anexos. O partido também penetra a sua vida familiar. Não há mais distinção entre a vida pública e a vida privada: só existe uma vida partidária. (DUVERGER, [1951] 1970, p.153).

Neste sentido, frisamos também nesta dissertação que serão focados os perfis de adesão e não os perfis de partido – que não é o foco deste trabalho, devido ao fato de que, “a natureza da participação nunca é uniforme, e diferenças individuais consideráveis podem sempre ser observadas entre os membros de um mesmo partido” (DUVERGER, [1951] 1970, p. 155).

Adotaremos o termo “filiado”, considerando-o na contemporaneidade, tendo como base a definição do TSE, que o reconhece a partir de um rito burocrático de filiação a um partido. Além disso, consideramos a existência de perfis de filiação, que expressam intensidades diferentes de identificação, que podem ser vínculos simples, como apenas realizar o registro no partido ou mais complexo, como ser

militante e atuar constantemente no cotidiano partidário, seguindo seus direcionamentos de atuação na sociedade.

Diante do exposto, é necessário pontuar que *aceitação* e *rejeição* estão na base dos processos identitários, e tornam-se constituintes de sentido para os sujeitos em maior ou menor medida. Assim sendo, desenvolvem-se narrativas, individuais e coletivas, em que são apresentados objetos e valores que circulam no mundo, entre sujeitos, e em determinados tempos. Os partidos políticos são exemplos de conglomerados de projeções às quais os indivíduos podem se filiar.

2.2 Partidos Políticos: Grupos Específicos de Filiação/Identificação

Não há consenso com relação aos elementos que caracterizam e determinam um “partido político” ao ponto de chegar a uma definição fechada. Nesta seção, adentramo-nos nos caminhos delineados tanto por José Baracho (1979) como por Nildo Viana (2003), que nos permitem chegar a conceituações pertinentes para o que está sendo discutido nesta dissertação, de um modo conciso.

Embora estes autores tenham feitos suas compilações em momentos históricos distintos, seguiram o mesmo viés, de modo que suas ideias se somam. O primeiro faz um apanhado dos trabalhos de Jean Charlot, Pablo Lucas Verdú, Andres Serra Rojas, Mario Justo Lopez, sintetizando suas argumentações com as ideias de Linares Quintana. A partir do vasto material coletado e analisado, Baracho (1979) afirma que

os diversos conceitos que surgem sobre partido político apresentam, em geral, características comuns, apontando-os normalmente como associação de indivíduos à margem da organização estatal, para alguns, cujo número representa uma parte da cidadania, unidos por um conjunto de ideias comuns, com a finalidade política de conquistar o poder, mediante o sufrágio, para realizar no governo o programa que apresenta, e em caso de não conquistá-lo, exercer formas de controle do governante (BARACHO, 1979, p. 135).

Em relação à busca pelo poder, empreendida pelos partidos, e o programa político que venham a apresentar, vale registrar a ressalva de Viana (2003) feita a partir de Schumpeter (1984) e de Cerroni (1982): para ele, “[o partido] não é simplesmente um grupo que luta pelo poder”, nem apenas uma instituição representativa com “programa político”; pois os partidos “são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou

outra classe ou fração de classes existentes” (p.12).

Viana (2003) ainda revela aspectos históricos importantes para compreender o que seria um partido político. O autor traz à luz a dúvida comum em vê-lo como “parte política” e afirma que, de acordo com “Umberto Cerroni, se um *partido político* é uma *parte política*, nem toda *parte política* é um *partido político*”. O autor chama atenção para o fato de que é necessário “descobrir em que ele [o partido] se distingue das demais organizações políticas e sociais” e defende que, do ponto de vista histórico, os partidos políticos são “fenômenos modernos, ou seja, são produtos típicos da sociedade moderna, capitalista”.

Neste sentido, é “com a formação do modo de produção capitalista e do Estado que lhe é correspondente, o Estado burguês, que surgem os partidos políticos [modernos]” (VIANA, 2003, p.12). Além disso, o autor defende que a noção anteriormente concebida repousava sobre a ideia de posicionamento, o que podemos ilustrar com uma expressão bastante coloquial: “tomar partidos”, que significa adotar apenas uma posição e não necessariamente estabelecer caminhos burocráticos para seu registro e encaminhamento.

No que se refere à questão histórica, também se faz relevante destacar que antes da configuração dos partidos modernos definidos por Viana (2003) já existia uma conformação político-partidária, conforme pode ser visto no trabalho de Maurice Duverger ([1951] 1970): o partido de quadros e, posteriormente, o partido de massa²², que refletiram nos, nomeados por Viana (2003), “partidos modernos”.

De acordo com Duverger ([1951] 1970), a “distinção dos partidos de quadros e dos partidos de massas estava alicerçada numa infraestrutura social e política” (p. 101). Os primeiros não demandavam grande número de filiações, já que o sufrágio era limitado aos abastados que eram representantes das elites que constituíam tais partidos; enquanto, por outro lado, ~~que~~, com a ampliação do sufrágio às classes populares, surgem os segundos, que sobreviviam ao contrário das filiações. Ainda de acordo com o autor, “a distinção entre os partidos de quadros e os partidos de massas corresponde quase que do mesmo modo à da direita e da esquerda, dos partidos *burgueses* e dos partidos *proletários*” (p. 103).

Maurício Rebello (2014) afirma que estes últimos partidos (de massas)

²² Respectivamente exemplificados por Duverger ([1951] 1970), pelo Partido Liberal inglês e O Partido Socialista francês vigentes no início da primeira metade do século XX.

orientaram a definição moderna e os desdobramentos dos partidos políticos na atualidade, como já apontado, por exemplo, com a similaridade existente atualmente entre “os critérios de adesão” apontados por Duverger ([1951] 1970), antes característicos apenas do partido de massas, hoje parte do procedimento de filiação a qualquer partido político no Brasil, como já apresentado na seção anterior em relação aos critérios necessários para sua efetivação.

Ainda de acordo com Rebello (2014), tradicionalmente, os partidos modernos orientaram-se por dois caminhos distintos. De um modo geral: a direita, representando os interesses burgueses, e a esquerda, representando os interesses das classes operárias. Algumas reflexões sobre tal díade direita-esquerda serão discutidas na sequência.

Ainda no que se refere ao aspecto histórico, o Brasil e o mundo passaram por transformações significativas e por processos extremos, como as ditaduras militares, por exemplo, em períodos em que os partidos políticos, principalmente os cunhados pelas reivindicações das classes operárias, tiveram suas performances limitadas, cerceadas e mesmo proibidas. No caso brasileiro, chegada à redemocratização, houve o momento de novamente serem reabilitados os partidos.

Assim como no resto do mundo, o processo de reconhecimento constitucional dos partidos políticos no Brasil, apenas consagrou juridicamente uma realidade existente anteriormente. Os partidos políticos já atuavam na esfera política nacional de há muito.

Mas, mais do que isso, a constitucionalização dos partidos políticos no Brasil pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletiu a realidade histórica de um período de reabilitação democrática após longa penumbra autoritária. Com efeito, o reconhecimento constitucional dos partidos veio ao encontro das expectativas de uma experiência democrático-pluralista no país (Mezzaroba, 2006, p. 95-96).

Diante do exposto, o partido político será pensado não apenas como uma instituição burocrática representativa de interesses, mas como uma instituição mutável, dadas as situações históricas que o determinam, além de um cenário composto por filiados/as com engajamentos distintos.

Assim sendo, nesta pesquisa, teremos o partido como a representação de um lugar de adesão, filiação do sujeito, e não diretamente ao funcionamento da instituição, dado que o objetivo se volta às narrações de filiados/as sobre suas trajetórias de filiação e suas vivências cotidianas.

Dentre tantas filiações e elementos que podem interferir na construção da identidade do sujeito, a filiação a um partido será a referência tomada, pois este

trabalho está voltado para a relação de uma forma de adesão específica, no caso, como dissemos, a filiação partidária. A partir dela, serão apresentados e discutidos os efeitos percebidos na formação da identidade e práticas de consumo dos indivíduos participantes da pesquisa, que alicerçou esta dissertação.

Deste modo, em relação ao que os partidos políticos podem representar – sejam interesses, grupos e suas ideias, reivindicações, visões de mundo, projetos de sociedade, etc. – é mister refletir, como dito anteriormente, sobre as duas grandes marcas ou proposições ou posicionamentos que lhes foram atribuídos ao longo da história: direita e esquerda.

O início da história é conhecido. Em 1789, na França revolucionária, quando os Estados Gerais, compostos por três corpos – os nobres, o clero e os “comuns”, o Terceiro Estado – se autotransformou em Assembleia Constituinte, operou-se de forma espontânea uma redistribuição no recinto do plenário, agrupando-se os representantes de acordo com suas posições políticas nas alas opostas da sala. Segundo relatos, a divisão espacial teria ocorrido pela primeira vez por razões de expediente – para facilitar a contagem de votos na decisão sobre o direito de veto do rei, o presidente da sessão pediu que os favoráveis a proposta se postassem a direita, os contrários a ela no outro lado (CRUZ, 2015, p. 15)

Tal reflexão será realizada inicialmente a partir de Noberto Bobbio (1995) – autor italiano, que foi um dos principais autores a discutir a existência e a manutenção desta díade na contemporaneidade, sendo, portanto, um autor-chave para estabelecermos, ainda hoje, compreensões mínimas sobre as caracterizações concernentes as marcações “direita” e “esquerda”, bem como a dificuldade de abordá-las. Em seguida, serão feitas reflexões a partir de produções acadêmicas nacionais em relação a momentos históricos que nos auxiliam a pensar a díade na contemporaneidade. Tais reflexões são necessárias, tendo em vista que os elementos que as diferenciam e constituem a díade são marcas que ainda hoje identificam idealizações e práticas de filiados a partidos políticos.

2.3 Direita e Esquerda: Referências de Identificação político-partidária

As proposições de Bobbio (1995), em seu livro *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, que teve a primeira edição lançada em meio a uma atmosfera eleitoral da Itália em 1994, receberam refutações que ele mesmo sintetizou e publicizou na sua obra, visando a estabelecer eixos de reflexão. Deste modo, de acordo com o autor, as críticas que recebera defendiam que: a) a díade é

uma forma simplificadora; b) a queda do muro de Berlim também teria feito cair tal discussão; c) configura-se um erro metodológico de designar e enquadrar concretudes históricas. Na medida em que apresenta as críticas, Bobbio (1995) desenvolve a ideia-chave de seus argumentos, defendendo que a díade ainda existe, e que é uma ideia disseminada nos diálogos corriqueiros do cotidiano.

Deste modo, as contra-argumentações que o autor procede a estas críticas que sintetizou nos orientam à reflexão sobre a permanência da díade ainda hoje, passadas mais de duas décadas de sua afirmação. Bobbio (1995) defende que sua visão não é simplificadora, pois, por mais diversificado que esteja o cenário contemporâneo, a díade ainda é uma referência para explicações e ilustrações e, inclusive, “tomada de partido”. Por mais que, desde a primeira edição da sua obra (1994) já fosse possível perceber a existência de muitas esquerdas e de muitas direitas, além de muitos “nem direita, nem esquerda”, ainda é também possível remeter-se à esquerda e à direita, até no caso de dupla negação.

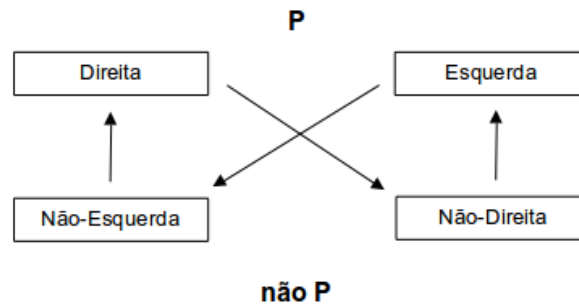
O autor pontua a posição intermediária da díade direita vs. esquerda tendo como base a pressuposição lógica. Nesse aspecto, seu pensamento discretizante se aproxima da estrutura elementar da significação apresentada por Algirdas Greimas e Joseph Courtés (1979) no denominado “quadrado semiótico”, retomado na sequência a partir do eixo semântico “P” (partido de) vs. “nãoP” (não partido de) que se estrutura alicerçada nas oposições “direta” e “esquerda”, das quais se apreendem, por pressuposição lógica, como Bobbio (1995) fez, outras variações de sentido (Ilustração 1).

Bobbio (1995) ilustra a variação escalar que pode existir entre direita e esquerda, e ainda nos faz refletir sobre a existência de um centro,

Entre o branco e o preto pode existir o cinza; entre o dia e a noite existe o crepúsculo. Mas o cinza não elimina a diferença entre o preto e o branco, nem o crepúsculo elimina a diferença entre o dia e a noite. O próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela a sua própria razão de existir (p.36).

Com base nas argumentações do autor, podemos compreender que o centro seria a concretização de sentido na conjunção das posições não-esquerda e não-direita. Na prática, outras denominações como “centro-esquerda” ou “centro-direita” também podem ser apreendidas no quadrado semiótico apresentado (não-direita + esquerda e não-esquerda + direita, respectivamente).

Ilustração 1. Representação dos caminhos da díade direita-esquerda



Fonte: Esquematização desenvolvida pela pesquisadora, a partir dos trabalhos de GREIMAS; COURTÉS; 1970; FIORIN, 1990.²³

Bobbio (1995) discute ainda outras díades que nos ajudam a pensar as variações entre direita e esquerda. De acordo com o autor, a díade se estrutura em relação a valores, práticas e reivindicações que caracterizam aspectos que ora distinguem, ora assemelham os polos. A título de exemplificação, o autor apresenta configurações identitárias, como: a) progressistas e conservadores – no sentido de valores como o empoderamento das mulheres, o respeito à homossexualidade, a valorização do movimento negro; b) extremistas e moderados, principalmente no uso da violência e da força em relação a definições (anti)democráticas; c) novo e antigo, termos atualizantes das referências feitas quanto ao que foi incorporado nas pautas; d) negativo e positivo – axiologias que lhes são atribuídas segundo as vigências valorativas sociais de uma época. Além disso, ele afirma que as marcas “direita e esquerda são usadas para designar diferença no pensar e no agir políticos” (p.73).

Outra contra-argumentação que Bobbio (1995) encampa direciona a sua reflexão sobre a manutenção da díade, apesar de transformações históricas como, por exemplo, a queda do Muro de Berlim. Deste modo o autor afirma que

A crise do sistema soviético teria tido como consequência, neste caso, não o fim da esquerda, mas de uma esquerda historicamente bem delineada no tempo. Desta constatação derivaria outra consequência sobre a qual o debate está mais do que nunca aberto: não existe uma única esquerda, mas muitas esquerdas, assim como, de resto, muitas direitas. Naturalmente sustentar que existem muitas esquerdas significa reafirmar a tese tradicional

²³ Quadrado semiótico: “Este é a representação visível da articulação lógica de uma categoria sêmica. Com base no postulado saussuriano de que na língua não há senão oposições, verifica-se que a estrutura elementar de significação contém dois termos em relação de contrariedade (a vs b). Entretanto, para que seja apreendida a oposição entre dois termos, é preciso que eles tenham algum elemento em comum. Assim, os termos contrários repousam num eixo semântico. Aplicando-se aos termos contrários uma operação de negação, obtêm-se seus contraditórios (não-a vs não-b), que também estão em relação de contrariedade entre si” (FIORIN, 1990).

segundo a qual deve existir um critério para distinguir a esquerda da direita.
(p. 46)

Neste sentido, com base em autores/as como Dino Cofrancesco (1990) e Elisabetta Galeotti (1987), Bobbio (1995) afirma a importância de compreender a díade como marcas historicamente relativas e não como algo imutável e absoluto; sendo necessário considerar, portanto, os contextos que a englobam. Assim, é possível perceber sua aplicabilidade também a uma representação abstrata, sobretudo no que concerne à ideia espacial e escalar, que marca dois pontos de direcionamentos opostos.

De um modo geral, Bobbio (1995) aponta que uma visão igualitária e não igualitarista da sociedade é mais associada à esquerda, enquanto uma visão inigualitárias/igualitarista seria mais associada à direita. O autor admite que falar em igualdade é “relativo”. No entanto, ele explica segundo os termos que adota que “um movimento igualitária tende a reduzir as desigualdades sociais e a tornar menos penosas as desigualdades naturais, enquanto um igualitarista pode ser entendido como igualdade de todos em tudo” (p. 100). Além disso, discorre que vertentes igualitárias consideram que as particularidades dos indivíduos permitem identificá-lo tanto como “igual” quanto como “desigual”, mas apreciam aquilo que os une, enquanto os igualitaristas/inigualitários, prezam pelo que os diferencia/separa.

Embora tais reflexões de Bobbio (1995) sejam revelantes, Sebastião Cruz (2015) versa exatamente sobre o fato de que a sua síntese final de Bobbio se restringe à igualdade e não dota suas proposições de longo alcance. De acordo com Sebastião Cruz (2015), “compreende-se, assim, que ele [Bobbio] tenha sido criticado por tomar, sem mais, a atitude positiva em relação ao valor da igualdade como critério distintivo da esquerda, em contraposição a direita, cuja característica definidora seria o seu vezo inigualitário” (2015, p.20). Deste modo, é importante refletir sobre outros aspectos marcantes em relação à díade, principalmente no caso do Brasil, para podermos idealizar o que representam a direita e a esquerda na contemporaneidade brasileira.

2.3.1 Atualizando a Díade a partir do Cenário Brasileiro

Nesta subseção, o cenário histórico brasileiro será tomando como referência para pensarmos fatores contemporâneos sobre a díade direita-esquerda, partindo dos/as seguintes autores/as: André Kaysel (2015), Adriano Codato, Bruno Bolognesi

e Karolina Roeder (2015), Sávio Cavalcante (2015), Armando Boto Jr. (2003), Rosa Marques e Áquilas Mendes (2006), Ellen Tristão (2011); e, Ana Brenner (2011).

André Kaysel (2015) faz um retrospecto do cenário brasileiro, principalmente no que tange à trajetória “das direitas” no país. O autor registra em seu trabalho que a diáde é composta por “categorias evidentemente relacionais e mutuamente referidas, [e que] não é possível empreender um estudo sobre a direita política sem uma remissão a sua antagonista, a esquerda” (p.50).

O autor faz uma retomada histórica desde o momento em que a direita era dividida entre os pró-Império e os pró-República, em grupos que defendiam o conservadorismo/regresso e o liberalismo/progresso, respectivamente. Em seguida, o autor também expõe que “no período de 1920 a 1930, surge a organização político-partidária de esquerda no Brasil com a fundação do PCB (Partido Comunista do Brasil). Nesta época a direita gerou o sentimento anticomunista militante” (p. 54).

De acordo com o autor, após a Revolução de 1930 é que “possivelmente iniciam a oposição entre direita e esquerda no Brasil, a nível de partido” (p.56). Assim sendo, a direita poderia ser identificada com a Ação Integralista liderada por Plínio Salgado, enquanto a esquerda, com a Aliança Libertadora, liderada por Carlos Prestes. Contudo, é na sequência deste período que o PCB fora cassado, Getúlio comandara um golpe e as direitas predominaram no cenário, embora estivessem divididas “entre o varguismo e o antivarguismo” (p.59).

No decorrer dos anos e após vários acontecimentos, Getúlio não mais governa sob ação de um golpe, mas legitimado por eleições. O presidente adotou medidas populares que propiciaram uma disputa entre as direitas, o que figurou o início de uma atmosfera de “crise pré-1964” (KAYSEL, 2015. p. 63).

A história segue, como muitos sabem, com a morte de Getúlio, a posse e a saída de Jânio Quadros da Presidência da República, resultou na posse de Jango. Ao passo em que este sinalizava a adoção de medidas reformistas, havia um movimento de unificação das direitas, que culminou no Golpe Civil e Militar de 1964 (KAYSEL, 2015. p. 66).

Durante o período ditatorial, a militância das esquerdas se torna bastante difícil, podendo retomar a sua atuação apenas próximo ao que seria o fim deste período, dado que a repressão “parecia diminuir”. O pluripartidarismo volta em 1979 e há uma diversificação das direitas, aparecendo uma direita que se convertera ao

neoliberalismo (KAYSEL, 2015. p. 68). Em paralelo, em 1980 há a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), representando novas ações de mobilização popular via mecanismos institucionais, muitas delas ainda movidas pelo ideário de uma sociedade com diretrizes socialistas, “de esquerda”. Em relação à criação do PT, ainda é relevante situar nesta dissertação, que

[o partido] surgiu no cenário nacional no contexto da redemocratização brasileira e foi o produto da reunião de dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação. Sua criação data de fevereiro de 1980, mas o registro oficial do TSE foi concedido em fevereiro de 1982. O PT organizou-se internamente em núcleos temáticos, alguns bastante heterogêneos, que formavam as tendências internas do partido. Esses grupos mantinham algumas pautas próprias, que tentavam levar para o conjunto do partido e disputavam o poder internamente. [Após a redemocratização e ao passar dos anos] Algumas dessas tendências tiveram tamanho antagonismo com a maioria do partido que acabaram sendo expulsas, dando origem a outros partidos, notadamente o PCO, o PSTU e, mais recentemente, o PSOL (BRENNER, 2011, p. 79).

De acordo com André Kaysel (2015), nos anos seguintes, os neoliberais se destacam no final da década de 1980 e então se firma a polarização entre esquerda e direita, representada nas figuras dos candidatos Lula (PT) e Collor (PRN – Partido da Renovação Nacional). Diante de certa influência da conjuntura internacional, em ares de Guerra Fria, adoção de políticas neoliberais em países europeus e com a derrocada do “socialismo real”, por exemplo, os neoliberais vencem as eleições.

É importante ressaltar que “tradicionalmente a direita liberal na Europa e nos Estados Unidos esteve associada ao projeto de desregulamentação dos mercados e de redução da intervenção do Estado na Economia” (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015. p. 117). Assim, a direita liberal acompanhou também o Brasil nos governos que se seguiram, em que se viu nos governos de Fernando Henrique Cardoso contornos da linha mais ferrenha do neoliberalismo.

Tais delineamentos rígidos não se sustentaram e há o “ressurgimento da esquerda, no caso do Brasil, de uma *esquerda moderada*”, refletindo um panorama de ascensão de “governos progressistas na América Latina [no início] do século XXI, voltados à redução das desigualdades sociais no continente” (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015. p. 118).

No Brasil, de acordo com Sávio Cavalcante (2015), o ciclo político dos governos do PT constitui-se em um cenário controverso. Há uma polêmica entre os que os avaliam que se fundam em duas principais correntes:

A primeira enfatiza o quadro macroeconômico que denota a preservação do modelo neoliberal herdado da década de 1990, em que se destaca a prioridade ao capital bancário-financeiro, e vê a relativa melhora em aspectos sociais como resultado de políticas compensatórias ajustadas a esse modelo. Tratar-se-ia, nesse sentido, de um social-liberalismo. A segunda tendência enfatiza as descontinuidades com o modelo neoliberal e identifica um novo desenvolvimentismo como o traço característico desse ciclo, pois, ao reorientar a ação do Estado no âmbito das políticas de investimento, de crédito e social, teria ocorrido uma inversão da lógica neoliberal anterior (CAVALCANTE, 2015. p. 181).

Ainda de acordo com o autor, ocorreu um baixo investimento na estrutura produtiva do país, como ele defende em afirmações como esta: “O parque industrial e as cadeias produtivas continuaram dependentes da lógica externa e a proeminência da exportação de *commodities* promoveu os receios de uma desindustrialização negativa para o país” (p.185).

É relevante retomar e destacar proposições de outros autores da primeira tendência identificada por Sávio Cavalcante (2015). Armando Boto Jr. (2003), Rosa Marques e Áquilas Mendes (2006) e Ellen Tristão (2011) são exemplos de autores que dão corpo a produções que se detêm a analisar a conjuntura político-econômica do país e seus trabalhos se voltam ao tripé neoliberal: juros altos, câmbio flutuante e superávit primário. Este último pilar é um dos mais debatidos por autores/as desta tendência acadêmica, pois quando se estima na política econômica um superávit primário positivo e quanto mais alto este for, melhor para uma prática neoliberal, já que visa a destinar verbas da nação para o pagamento de dívida pública. Estas medidas foram adotadas nos governos do PT, principalmente no primeiro mandato, já identificadas por Armando Boto Jr. (2003) desde os primeiros meses.

Rosa Marques e Áquilas Mendes (2006) somam a este tripé a ocorrência da reforma da previdência e a não implementação da proposta da taxação sobre fortunas, o que teria conglomerado “um abandono de pontos programáticos mais radicais e mais associados a um programa de esquerda” (p. 61). Deste modo, de acordo com Ellen Tristão (2011), o governo do PT, desde o início, aderiu “à tese da *macroeconomia única*, a qual funciona independente de ideologia” (p. 113).

Vale ressaltar que, segundo Rosa Marques e Áquilas Mendes (2006), o PT, apesar de tudo, não deixou de ser um partido dos trabalhadores, embora tenha ocorrido o rompimento de setores da esquerda, que propiciou, por exemplo, a fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Sobre a fundação deste partido, é relevante para esta dissertação situar que

O PSOL é o mais recente partido no cenário nacional [à época da pesquisa da autora] e, assim como o PSTU, surgiu de uma dissidência de correntes do PT. Em 2003, início do governo Lula, alguns parlamentares votaram contra a proposta de Reforma da Previdência encaminhada para votação pelo executivo federal. Os parlamentares dissidentes foram ameaçados de expulsão, caso não se adequassem às orientações dadas pelo partido nas votações do Congresso. A ameaça não surtiu efeito e 4 deputados foram expulsos por indisciplina. Diferentemente do que ocorreu com o PSTU, nesse caso não foi uma corrente a ser expulsa, mas filiados ligados a diferentes correntes. Sua expulsão levou as correntes a abrir processo de debate sobre seus próprios destinos no PT. A CST – Corrente Socialismo e Trabalho – saiu em bloco do PT; a DS – Democracia Socialista – viveu uma cisão interna, com parte de seus militantes saindo e parte ficando no PT. Em 2004, iniciou-se o processo de criação da nova sigla e, em setembro de 2005, o PSOL obteve seu registro oficial junto ao TSE. Ainda em 2005, nova crise se abriu no governo federal – o caso que ficou conhecido como Escândalo do Mensalão –, levando novos grupos petistas a migrar para o PSOL. Nessa segunda onda de saída do PT, a corrente Ação Popular Socialista migrou em bloco e outras saídas individuais foram registradas (BRENNER, 2011. p. 79).

Rosa Marques e Áquilas Mendes (2006) nos fazem refletir sobre o fato de que há diferenças entre partido e governo, principalmente no caso do PT, que é formado massivamente por membros da classe trabalhadora, mas o governo que encaminhou foi de caráter burguês. Em relação a estes aspectos, André Kaysel (2015) caracterizou que o governo do PT representa um deslocamento do partido, da esquerda ao centro do espectro político, ressaltando que “a direita no Brasil contemporâneo não se encontra apenas na oposição, mas também no Governo” (p. 70).

Apesar do cenário de uma continuidade do neoliberalismo, é importante também registrar elementos próximos à segunda corrente que avalia os governos petistas. Embora Sávio Cavalcante (2015) afirme que “politicamente o Governo do PT não criou alternativas a situação que deparou ao assumir o país” (p. 183), ressalta que a partir da adoção de “políticas sociais e de cotas”, o Governo mudou em alguns pontos o cenário das relações entre classes. No caso de sua análise sobre as relações que se estabeleceram entre a classe média e as classes populares, o autor ressalva que os governos do PT proporcionaram o aumento da renda, que representaram “novas feições da classe trabalhadora proletária” (p.177).

Ainda de acordo com o autor, dentre as medidas positivas ocorridas durante os governos do PT, há a regulamentação do trabalho doméstico assalariado, em que, por exemplo, as chamadas “crias de casa” no dizer popular tendem a diminuir; o aumento de diplomados das classes populares graças a programas como o

REUNI, o PROUNI e o FIES²⁴ se firmam; e o aumento da taxa de consumo das classes populares se configurou, graças “as políticas de oferta de crédito, ampliadas desde o primeiro mandato de Lula, [que] tiveram também efeito importante ao destravarem um potencial de consumo popular represado” (CAVALCANTE, 2015, p. 185).

Em relação a este último ponto, referente ao consumo, é importante registrar, que, segundo Cavalcante (2015), houve um aumento de críticas das classes mais abastadas em relação às práticas de consumo das classes populares. A obra *Esquerda Caviar* de Rodrigo Constantino (2013) materializou uma postura semelhante de moralização do consumo do outro, no caso, que fossem integrantes de movimentos à esquerda. É importante marcar, pois, que tais críticas curiosamente vêm das camadas que sempre consumiram bens e serviços considerados de luxo.

Diante de tal contexto, é possível perceber que a conjuntura político-econômica brasileira deste início de século XXI deu margem para que as discussões sobre consumo e cidadania no país, já apresentadas no capítulo anterior. A partir do cenário de políticas de distribuição de renda, adotadas durante o governo do PT, de acordo com Sávio Cavalcanti (2015), que expressaram a “coexistência de práticas neoliberais e [das chamadas práticas] neodesenvolvimentistas” (p.182).

Deste modo, é importante pensar a tecitura de tal panorama nacional nesta dissertação, para refletir sobre o campo da díade no Brasil vinculado à questão da identidade e da identificação dos grupos e, no caso deste trabalho – dos indivíduos, em relação às marcações sociais atribuídas à esquerda e à direita.

Ademais, é necessário registrar que, com o resgate tais elementos históricos, esta pesquisa foi orientada na mesma perspectiva adotada por Ana Brenner (2011) na construção do seu trabalho sobre prática militante de jovens universitários. Esta autora não objetivou

fazer uma análise política sobre os caminhos trilhados pelo partido, mas compreender como os rumos do partido incidem sobre a militância dos [as] pesquisados [as], visando compreender como os [as] jovens lidaram com as tensões e quais foram os seus caminhos para a continuidade de sua militância, num ou noutro partido (BRENNER, 2011. p. 159).

Neste mesmo sentido, para esta dissertação, o desenvolvimento da díade no Brasil e a criação dos partidos PT e PSOL, bem como as respectivas organizações e

²⁴ Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Programa Universidade para Todos (PROUNI); Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

rotas percorridas, tanto pela direita como pela esquerda, como também por estes partidos, exemplificam movimentos de aprovação e rejeição a visões de mundo e direcionamentos políticos entre seus/suas filiados/as. Além disso, tal cenário reflete processos de diferenciação e de pertencimento, que mantém e/ou fazem sucumbir a filiação de indivíduos a partidos, como a permanência de uns/umas filiados/as ao PT e a saída de outros/as que propiciaram o surgimento do PSOL. Tais movimentos, acreditamos, podem incidir sobre seus cotidianos, em suas narrativas de vida e em suas práticas de consumo, em maior ou menor medida.



Fonte: <http://img855.imageshack.us/img855/543/trilha.jpg>

Capítulo 3. TRAJETÓRIAS DE FILIAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E PRÁTICAS DE CONSUMO DE FILIADOS/AS A PARTIDOS DE ESQUERDA (PT E PSOL)

3. TRAJETÓRIAS DE FILIAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E PRÁTICAS DE CONSUMO DE FILIADOS/AS A PARTIDOS DE ESQUERDA (PT E PSOL)

*Os bens são neutros, seus usos são sociais;
podem ser usados como cercas ou como pontes.*

Mary Douglas e Baron Isherwood.

Nesta seção, apresentaremos o resultado das entrevistas realizadas com filiados/as do PT e do PSOL sobre as práticas de consumo e sua possível relação com a filiação político-partidária. As respostas dadas pelos sujeitos desta pesquisa estão apresentadas na sequência em que o roteiro de entrevista foi elaborado. A opção por esta forma de apresentação pretende aproximar mais as narrativas destes sujeitos à forma como foi pensado o percurso da pesquisa.

As questões foram organizadas em três blocos diretamente relacionados aos objetivos propostos para esta pesquisa. O bloco I – Filiação e à Militância, foi elaborado visando a descrever as trajetórias de filiação político-partidárias dos sujeitos; bloco II – Consumo e Cotidiano, foi construído para apreender as percepções sobre consumo por parte dos/as filiados/as, bem como as práticas exercidas no cotidiano; e o bloco III – Consumo, Filiação e Partido, foi proposto com a finalidade de estabelecer possíveis conexões entre estas três dimensões.

A opção por entrevista dirigida em profundidade foi feita considerando a existência de valores, crenças e hábitos por parte dos/as entrevistados/as que, por meio da entrevista, poderiam ser revelados. Em relação ao teor dos questionamentos e do referencial para a análise dos resultados, o bloco I foi pensado à luz das proposições teóricas que apresentamos no Capítulo 2, sobre Identidade e Filiação político-partidária. Cabe ressaltar que começar a entrevista pela reflexão sobre filiação e militância teve a intencionalidade de permitir uma conexão inicial com os sujeitos desta pesquisa, uma vez que a filiação está compreendida como parte da trajetória individual e, como podemos perceber através das entrevistas, também dos respectivos partidos. É importante ressaltar que no capítulo 2 a reflexão contemplou a existência de diferentes perfis de filiados/as e da relação que se estabelece direta ou indiretamente entre filiação e militância, ou seja, além do vínculo burocrático com o partido, a participação mais ou menos intensa com sua dinâmica e nas suas mobilizações.

O bloco II foi construído considerando as discussões apresentadas no Capítulo 1, sobre o campo de reflexão concernente ao Consumo, com as abordagens diversas, como, por exemplo, as psicológicas, sociológicas e antropológicas. Cabe ressaltar, no entanto, que, para fins desta pesquisa, caracterizou-se como parte essencial a vinculação das reflexões sobre consumo e sociedade de consumo aos debates sobre cidadania e política.

E, por fim, o bloco III foi construído a partir de elementos resultantes da mescla dos dois capítulos iniciais, pontuando diretamente aspectos concernentes às possíveis conexões sobre consumo, filiação e partido.

Em relação à ida a campo para a realização das entrevistas, é importante explicitar que a escolha de nomes que serviriam para a apresentação das narrativas dos sujeitos desta pesquisa, fictícios para a preservar suas identidades, foi um momento importante de conexão com os/as informantes. A escolha foi feita pelos/as próprios/as entrevistados/as, e este momento possibilitou a criação de uma atmosfera descontraída ao início das entrevistas, embora eles/as tenham estranhado a necessidade de não terem seus verdadeiros nomes divulgados por questões de ética.

Assim, a escolha dos nomes se constituiu como um momento lúdico e de recordações, pois alguns/mas entrevistados/as buscaram nomes em referência ao que estimavam: fossem pessoas que admiravam, que variou de intelectuais como Karl Marx (**Karlos Marx**, PSOL) a ídolos como Paul McCartney (**Paulo**, PT).

Uma das entrevistadas chegou a falar em tom descontraído: *“Será que todo mundo fica nessa paranoia de querer escolher nomes da esquerda?”* (**Cristina**, PSOL), demonstrando a importância que provavelmente davam ao fato de estabelecer vinculação ao seu lugar de fala, trajetória de filiação político-partidária, às questões relacionadas às práticas de consumo. Ainda houve quem fizesse menção a pessoas queridas, como filhos/as e amigos, o que demonstrou de início a relevância dada aos vínculos sociais.

Ainda quanto ao desenvolvimento das entrevistas, é importante registrar que o bloco I foi respondido com mais desenvoltura pelos/as entrevistados/as, quando comparado aos Blocos II e III, que contemplavam a temática do Consumo. Isso pôde ser observado pelo fato de que alguns entrevistados/as dedicaram mais tempo e aprofundamento a este primeiro bloco. Foi possível perceber que falar

especificamente sobre consumo parecia demandar mais reflexão, suposição sustentada pelas expressões dos/as entrevistados/as, onde as falas algumas vezes se entremeavam a pausas e suspiros, parecendo que esta discussão não fazia parte do cotidiano deles/as, ao menos não de modo corriqueiro, familiarizado.

3.1 Bloco I: Filiação e Militância

Neste bloco, procuramos vinculação entre filiação político-partidária e a trajetória dos sujeitos. O roteiro foi construído com o intuito de saber sobre o tempo de filiação dos/as entrevistados/as, o primeiro contato que tiveram com o partido, a motivação para a filiação, o que pensavam sobre a díade direita-esquerda, a escolha do partido, permanência ou mudança. Questões que, compreendemos, poderiam nos ajudar a identificar a influência de suas trajetórias de filiação e o próprio envolvimento com o partido, em suas vidas e práticas cotidianas.

É importante reiterar o fato de que tanto os/as entrevistados/as do PT, quanto do PSOL, estiveram muito próximos do momento de criação dos partidos. Do PT chama atenção a fala de **Movimento Negro**, pois ele ressalta, com uma certa lamentação, o fato de não ter sido um dos fundadores, embora apresente suas justificativas.

Eu me filio no PT em 85. Na verdade, eu perdi um *time* de ter no meu currículo como fundador. Mas não fiz a filiação de fundação, porque na época eu fazia movimento popular e os companheiros que estavam fundando o PT e tinham o controle absoluto do partido eram os companheiros ligados a Bruno Maranhão, que era um companheiro de extrema esquerda e que defendia a luta armada. Eu, na minha formação, que eu a chamo de gandhista, dentro do movimento popular e naquele momento eu não aceitei a abordagem dos companheiros, que me procuraram (MOVIMENTO NEGRO, PT, 30)²⁵.

Vale refletir sobre o uso termo *meu currículo* pelo entrevistado, pois ele remete ao possível lugar de reconhecimento ou *status* aos/as que estiveram desde a fundação do partido, o que em alguma medida deve se revelar na dinâmica das relações cotidianas da participação político-partidária. Outro aspecto, refere-se à origem do termo, vinculado à dinâmica do mundo do trabalho – o currículo, o que provavelmente pode estar relacionado ao fato do partido ter sido fundado por trabalhadores/as em meio ao movimento sindical. É interessante notar também a personificação de um perfil de atuação política, representado num dos líderes da

²⁵ Todas as referências diretas às falas dos/as entrevistados/as estão vinculadas e expostas pelo nome fictício, seguido da sigla do partido e da quantidade de tempo de filiação.

época de fundação do partido – Bruno Maranhão; perfil este com o qual este filiado parece não ter se identificado.

Em relação ao tempo de filiação, no caso do Partido dos Trabalhadores a média foi de 20 anos, o que foi apresentado na introdução desta dissertação, enquanto no PSOL é de 6 anos. São tempos de filiação que chegam a ser longos, próximos ao tempo da fundação.

Em relação às trajetórias dos sujeitos até a vinculação ao partido, destacamos duas filiações ao PT, a de **Silva** (década de 1980) e a de **Paulo** (década de 2000), por indicarem a presença familiar neste processo. No caso da primeira entrevistada, notamos que sua filiação político-partidária foi a contragosto do pai, enquanto o segundo entrevistado *foi filiado* pelo pai aos 16 anos.

Aqui em Pernambuco eu estou filiada há 16 anos, mas eu já tive filiação na Paraíba, que minha militância iniciou na Paraíba, então na Paraíba eu tenho 11 anos de filiação na Paraíba, depois eu vim pra cá e me filiei aqui. E aí eu tenho 16 anos aqui, só em Pernambuco. Meu primeiro contato foi do movimento estudantil. Logo no início, conhecia alguns amigos, que começaram a fundar o partido. Lá no início há 30 e poucos anos atrás, alguns amigos me levavam pras reuniões, a gente ia mesmo sendo filha de militar, era um pouco mais escondido, e aí comecei a ver como era o partido, como era a história do partido, e assim, foi o partido que me identifiquei desde a minha época de juventude. E hoje eu não vejo nenhum partido que tenha a ideologia do PT. Eu ainda luto por esse partido, eu ainda milito por este partido (SILVA, PT, 27).

É porque é o seguinte: a minha família é toda de petistas. Então eu cresci mais ou menos dentro. Eu ia pra assembleia de sindicato do trabalho do meu pai. Tanto que eu vou fazer 28 este ano, e eu me filiei com 16 que é a idade mínima. Foi mais meu pai: “vamos se filiar” e tal... Na época, ele me filiou. Então minha relação assim, se mistura muito com as lembranças até que eu tenho da minha infância, do meu pai, da minha família. Não teve uma coisa assim: “eu vou me filiar ao PT.” Foi algo meio que de família. A política em si, mas o PT dentro disso (PAULO, PT, 12).

Devemos ainda ressaltar destas falas a relação entre filiação político-partidária e envolvimento familiar. No primeiro caso, **Silva** (PT) enfrentou uma parte discordante da família, pois, o fato de ser *filha de militar* dificultou seu envolvimento com a militância política – apesar de ter recebido apoio da sua mãe, mesmo no momento em que o país se encontrava imerso sob o comando de regime ditatorial civil-militar; no segundo caso, a filiação de **Paulo** (PT) contou com o incentivo de todos os familiares, sobretudo do pai, num período em que o país tinha acabado de eleger Lula, pelo PT, como presidente da República.

Em relação aos vínculos sociais que propiciaram a feitura de filiações, além dos sindicatos de categorias profissionais, destacamos na fala de **Silva** (PT) o fato

de estes, muitas vezes, serem oriundos do movimento estudantil, meio atemporal (filiações em décadas diferentes) – que ainda proporciona a interação de jovens com partidos, como já explicitado na fala de **Silva e Rosa**, filiadas ao PT; e o caso de **Karlos Marx** (PSOL).

Meu primeiro contato foi do movimento estudantil. Logo no início, conhecia alguns amigos, que começaram a fundar o partido (SILVA, PT, 27).

Foi através do DCE da UPE, que eu era presidente do DCE e tive contato com algumas pessoas que já haviam sido de gestões anteriores que faziam parte do partido e aí começamos a nos aproximar pessoalmente, e aí, vim a conhecer o partido. E também já tinha referência na militância deles dentro da UPE e acabei vindo a ter dentro do partido (ROSA, PT, 04).

Fazia movimento estudantil na universidade federal, fazia história e tinha convivência com outras pessoas que passaram a militar no PSOL (KARLOS MARX, PSOL,11).

Em relação a algumas filiações ao PSOL, é curioso observar que, no caso dos/as entrevistados/as, antes da filiação ao Partido, já possuíam algum tipo de envolvimento partidário, sobretudo com o PT. Em ambos os partidos, algumas filiações se deram por causa da imagem que os representantes políticos “profissionais” (do partido) transmitiam ao público, bem como pelo modo que os/as filiados/as compreendiam as posturas práticas desses políticos.

Foi em 2006, quando a Heloísa saiu candidata à presidente, eu morava em São Paulo e aí eu identifiquei na figura da Heloísa uma possibilidade, uma alternativa, para o Brasil e me fez despertar o interesse de me filiar ao PSOL (KENINHO, PSOL, 09).

O primeiro contato foi com um político. A princípio por eu me identificar com as ideias dele, eu decidi apoiá-lo na campanha dele para deputado estadual. Mas aí eu só com ideia de ajudá-lo por causa das ideias dele, não tinha interesse em me filiar. E aí, depois que passou a eleição eu fui convidado a me filiar ao partido. Eu fui convidado tanto por ele, quanto por outra candidata, eu aceitei e passei a fazer parte (JOÃO FELIPE, PSOL, 01).

Na época a gente tinha uma luta na comunidade e o PT estava mais próximo, o PT – digo os parlamentares, vereadores, deputados. Na época tinha um deputado, que estava mais próximo [da comunidade] e aí começou a se juntar com a gente e fomos trocando experiência. Ele sabendo as questões da comunidade e a gente do partido. Na época não foi apenas eu quem se filiou, foi um grupo (LILI, PT,18).

É possível apreender, diante destas falas, que a filiação político-partidária – ou a sua continuidade – se torna possível por uma leitura cognitiva²⁶ do mundo por

²⁶ “O adjetivo cognitivo serve de termo específico em Semiótica, remetendo a diversas formas de articulação – produção, manipulação, organização, recepção, assunção, etc. - do saber” (GREIMAS; COURTÉS, 1979. p. 52).

parte do sujeito: ou ele acredita nas imagens do político profissional, no seu discurso, nos seus valores vinculados à causa partidária, ou ele simplesmente sabe da veracidade dessas mesmas imagens, de seu discurso e dos ~~nes~~ valores vinculados à causa. Dessa maneira, constrói-se, o simulacro de político, de líderes, de filiados e de partidos, que são imagens construídas nas relações intersubjetivas, baseadas no *crer*²⁷ ou no *saber*²⁸, que antecipam determinados modos de esses sujeitos transitarem pelo mundo e serem reconhecidos nele.

Neste sentido, dentre as motivações, tanto de filiações recentes – como a de **Rosa** (PT), quanto de filiações há mais tempo, como a de **Pétrio** (PT), e ainda no caso de nova filiação, como o caso de **Cristina** (PSOL); as falas, independentemente de partido, também foram feitas em torno da crença ou do saber, desta vez, em relação aos partidos políticos, que eram e ainda são um caminho para alcançar o atendimento de reivindicações, ou seja, participar do partido seria uma via de atuação na esfera pública, que o representaria na construção do projeto de sociedade que reivindica.

Na época a gente tinha uma militância e tinha a preocupação de participar de um movimento, de participar de um partido pra ajudar mudar o país (PÉTRIO, PT, 24).

Porque eu acho que dentro do sistema que a gente vive hoje, pra além de você ser militante, defender as causas sociais, acho que hoje, um partido político é um instrumento que você consiga ter ou pelo menos tentar ter a solução de questões mais concretas, acho que dentro do sistema que a gente vive hoje de representatividade indireta, o partido político é a forma mais concreta de você tentar mudar algo que você imagina ou espera (ROSA, PT, 04).

Você não pode ser torcedor, você não pode estar na plateia, você tem que fazer conjugando a primeira pessoa. De preferência a primeira pessoa do plural, né? Não no singular... Não vale o EU, mas o NÓS FAZEMOS. Então assim, a partir dessa convicção fui vendo assim que pequenas coisas esbarravam na burocracia ou na má vontade mesmo... Então... Retomar não o entusiasmo, mas o senso de necessidade de que a gente precisa disputar a sociedade e o canal pra isso na sociedade é o partido político. Um dos principais canais (CRISTINA, PSOL, 03).

²⁷ “No eixo da comunicação (real ou imaginária, quando depende de um discurso interiorizado), o 'crer' opõe-se ao 'fazer crer' (ou persuasão), e corresponde, por seguinte, à instância do enunciatário que exerce seu fazer interpretativo, ao passo que o 'fazer crer' é obra do enunciador encarregado do fazer persuasivo” (GREIMAS; COURTÉS, 1979. p.91).

²⁸ Dentre as compreensões que o saber é considerado na Semiótica, para esta dissertação é a adotada a que o compreende “apresentado inicialmente como uma estrutura transitiva: é sempre o saber sobre alguma coisa, pois é inconcebível o saber sem o objeto do saber. Enquanto objeto, o saber remeta a instância da enunciação em que os sujeitos do saber exercem atividades cognitivas” (GREIMAS; COURTÉS, 1979. p.388).

Há nos relatos um senso de coletividade implícito, que pode ser percebido nos termos *a gente, nós fazemos*. Senso este atrelado à crença em poder ajudar a mudar o país via a participação partidária. Neste sentido, destacamos o depoimento de **João Grilo** (PSOL), que se inspirou a se filiar no contexto de manifestações de 2013 – embora tenha se filiado apenas poucos meses antes de conceder a entrevista. A sua trajetória de filiação político-partidária remete-nos a um importante momento histórico vivenciado pelo país, período em que os partidos, principalmente os de esquerda, estavam sendo hostilizados em manifestações públicas.

De acordo com **João Grilo** (PSOL), foi justamente a hostilidade aos partidos que o fez se filiar ao PSOL. Tal cenário, vale lembrar, foi uma das inspirações para esta pesquisadora, como dito inicialmente neste trabalho.

Eu acho que o principal motivo, foi o desgaste partidário que começou a ter a partir de 2013, uma rejeição a política partidária institucional. Então eu acho que no meu caso específico, teve uma certa resistência contra isso, por um reconhecimento da importância da política institucional. Então, eu acho que eu nunca deixei de militar politicamente porque eu tava desvinculado do partido, mas diante de um cenário de crescimento de posições conservadoras no Brasil. Aí eu comecei a achar importante me filiar a um partido e iniciar também uma luta política institucional (JOÃO GRILLO, PSOL, meses).

Em relação ao cenário revelado pelas manifestações de junho de 2013 no Brasil, destacamos o fato de nelas ser reivindicada a melhoria no atendimento de direitos sociais, providos pelo Estado, mas também ser questionada a atuação deste, bem como o sistema político-partidário. Este posicionamento, de reivindicação ao acesso a serviços de qualidade e redução do Estado, teve ampla projeção, principalmente na hostilidade a representantes e partidos políticos nas manifestações, o que foi reiteradamente projetado pela mídia.

A fala de **João Grilo** (PSOL) se fez relevante, por indicar uma posição política divergente ao repúdio partidário. Esta fala ilustra ainda a realidade de muitas pessoas, que militam por algum partido, mas que em sua trajetória revelam aparentemente depender de um evento, ou situação específica, para chegarem ao momento da filiação. Assim, é importante lembrar que, dentro os registros de Duverger ([1951] 1970), a não adesão do sujeito a um partido pode estar vinculado às suas condições sociais particulares, o que neste caso se mostrou diferente, pois uma conjuntura externa que ressoou no âmbito introspectivo deste entrevistado.

Ainda interessou-nos saber não apenas o motivo da filiação político-partidária em si, mas também o porquê da escolha pelos partidos em questão. Neste ponto, vale resgatar que a fundação do PSOL é posterior à chegada do PT à Presidência da República e a outros cargos do executivo/legislativo. Assim, é importante lembrar que uma parte dos/as filiados/as ao PSOL é formada por ex-filiados/as ao PT, que estavam insatisfeitos/as com medidas adotadas em sua participação nos diferentes níveis de gestão governamental, e assim optaram criar outro partido, pela crença de que pela nova legenda não procederiam como os/as eleitos/as pelo PT, que adotaram, por exemplo, práticas neoliberais, tradicionalmente divergentes das trajetórias das esquerdas políticas, que apresentamos no capítulo 2, ao falar sobre a díade direita-esquerda a partir do caso brasileiro.

Nesse movimento de reconfiguração do próprio PT, da dissidência de alguns/mas filiados/as para a criação de um novo partido, julgamos pertinente a compreensão dos motivos que levaram os/as filiados/as a permanecerem no PT e os motivos que levaram a alguns/mas saírem desse grupo e fundarem o PSOL.

A esse questionamento em particular, todas as respostas giraram em torno dos partidos junto às pautas que reivindicam, principalmente as vinculadas às políticas e programas sociais, mais defendidas à esquerda na tradição do espectro político brasileiro.

No mapeamento das respostas, observa-se que os/as filiados/as ao PT destacam para a filiação e permanência, fatores relacionados ao conteúdo (abrangência de causas), bem como à capilaridade (abrangência social), a exemplo de inserções feitas pelo partido junto aos movimentos sociais (como os movimentos voltados às lutas dos moradores do campo, das mulheres, negros e homossexuais por mais igualdade social).

E eu não consigo ver o papel, o formato do PT em outros partidos. Nem mesmo os outros partidos que vieram depois, nem mesmo os que saíram de dentro dele, eu não vejo o mesmo conteúdo que tem aqui (SILVA, PT, 27).

Dentro de tudo que acredito, dentro de tudo que acho certo ou errado dentro da sociedade, do sistema como um todo, eu acho que, apesar de algumas críticas, acho que hoje nenhum outro partido consegue ter a capilaridade no povo e nos trabalhadores como o PT tem (ROSA, PT, 04).

Porque é o partido que sempre juntou o maior número de lutadores/militantes sociais, de movimentos sociais de esquerda, uma boa parte dos movimentos de massa, dentro do PT. Foi mais por essa opção. Permaneci porque ainda é um dos melhores partidos de esquerda do Brasil. Por mais problemas que a gente possa ter (PÉTRIO, PT, 24).

Neste sentido, a abrangência e a diversidade foram consideradas pelos/as filiados/as como um aspecto positivo, embora ressalvassem a existência de problemas relacionados a pluralidade no partido (formado por muitas correntes²⁹), como é possível perceber principalmente nas falas de **Paulo** (PT).

Tem algumas divergências se o fim é o socialismo, se o fim é regular o capitalismo, tem essas discussões. Mas tem enfim o objetivo que eu acho que vale a pena lutar é a diminuição das desigualdades. Eu acho que o PT, dos atores que se apresentam no quadro partidário, é o único partido que tem base social, movimentos, sindicatos, pra liderar esse processo. Fora o PT, você tem o PSOL, o PSTU, você outros partidos que não tem essa capilaridade que o PT tem (PAULO, PT, 12).

Em relação a estas falas, é importante recuperar a reafirmação por parte dos/as entrevistados/as de que o PT é para eles um partido de esquerda, apesar das críticas – provavelmente pela atuação no governo federal, como a adoção de medidas neoliberais, já discutidas no capítulo 2. No entanto, retomamos as compreensões de Rosa Marques e Áquilas Mendes (2006) sobre o fato que o Governo é uma instância de atuação e o partido é outra, valendo considerar ainda que este último é composto por diferentes grupos, que parecem discutir táticas diferentes para um mesmo fim, por exemplo: a necessidade de diminuição das desigualdades sociais via medidas parciais (políticas sociais no capitalismo) ou totais (adoção do socialismo) na condução do Estado.

Destacam-se duas situações diferentes, mas complementares, nos depoimentos dos/as filiados/as ao PSOL com trajetória de vinculação anterior ao PT. Há certa “decepção” destes/as ex-filiados/as, identificada, por exemplo, nos termos *orfandade e abandono* da fala de **Cristina**, ao passo que a filiação ao PSOL, representa uma necessidade de filiados/as ao PSOL continuarem pertencendo a um partido *de esquerda*.

Com o abandono de algumas bandeiras tradicionais da esquerda – que é inegável quando o PT ascende à esfera máxima de poder, então existe uma certa orfandade dos militantes de esquerda mais fieis às questões programáticas e ideológicas. Na crise institucional, o PSOL é estratégico, é imprescindível para reconstruir a esperança da população num programa de

²⁹ Compreendemos o significado do termo “corrente” ao reflexo da “heterogeneidade percebida em partidos especializados”. “Os partidos especializados são heterogêneos: isso significa que reúnem adeptos que não tem ideias e posições absolutamente idênticas em todos os seus pormenores. As diversidades de ponto de vista pessoais ali são amplamente admitidas; nos partidos liberais e conservadores, por exemplo, essa diversidade é muito acentuada: cada partidário conserva grande liberdade de espírito. Aliás, a heterogeneidade assume forma mais coletiva: em lugar de oposições individuais, trata-se de oposições comunitárias: o partido encerra em si *frações* ou *tendências* mais ou menos bem organizadas” (DUVERGER, [1951] 1970, p.156).

esquerda (CRISTINA, PSOL, 03).

É um partido que não é eleitoreiro, não é um partido que tem apenas como objetivo disputar a eleição, mas é um partido que tem sintonia com movimentos sociais; e por ser um partido com os pés no chão, que não tem uma ideologia muito fantasiosa, fora da realidade, não é um partido extremista (JOÃO FELIPE, PSOL, 01).

Hoje em dia, dentro do espectro brasileiro, você como cientista da universidade deve perceber que o PSOL é um dos partidos que mais se destaca dentro da ideologia de esquerda e tal. No debate ético, no combate republicano, onde a gente tem parlamentar a gente sempre se destaca, o partido que por exemplo ele não tem nenhuma mácula da questão que a gente pode dizer assim da corrupção (KARLOS MARX, PSOL, 11).

É válido refletir sobre estes depoimentos que pode ter ocorrido uma mutabilidade nas identidades destes/as filiados/as, que se desfilaram do PT, isto é, parece ter havido a perda de “identificação”. Ao retomar o que Dubar (2009) aborda, podemos fazer uma analogia e entender que eles/as passaram a não se sentir mais “pertencentes” e vivenciaram um processo de diferenciação.

Uma observação ainda apreendida nos depoimentos destes/as filiados/as, mas também nos do PT, refere-se à exaltação do próprio partido. No caso do PSOL, percebe-se a representação do partido como materialização de uma esquerda ideal, não extremista, sem perder o foco de manutenção de um programa esquerdista e sem integrantes envolvidos/as em casos de corrupção. Essas preposições do/as filiados/as ao PSOL, ex-filiados/as ao PT, trazem importantes informações implícitas. Isso significa, como veremos mais adiante, que, para eles/as, o PT deixou de ser um partido de esquerda, ao menos em termos ideais, ao adotar direcionamentos neoliberais e ter candidatos/as envolvidos/as em casos de corrupção.

Tendo em vista o direcionamento deste estudo a partidos de esquerda, buscamos ainda saber o que pensavam os/as entrevistados/as sobre a díade direita-esquerda. Em ambos os partidos, alguns/mas entrevistados/as demonstraram certa dificuldade de responder esta questão, o pode ser apreendido como certa insegurança ou mesmo confusão.

Você falar de esquerda e de direita dá um debate de horas. Mas eu acho [incerteza] que de forma mais sucinta, eu acho que, talvez [dúvida], a sociedade como um todo entenda que a questão da esquerda e a direita está mais ligada as pautas que ambos defendem (ROSA, PT, 04).

Tá tão misturado [confusão]... Hoje em dia é até difícil dizer o que é esquerda e o que é direita (LARA, PSOL, meses).

Em contrapartida, outras/as entrevistados/as elencaram itens que

caracterizariam as distinções da díade. As descrições referentes à esquerda foram voltadas para temas como a *luta contra a desigualdade social* junto às classes populares e também para temas como as *liberdades democráticas/individuais*. Por outro lado, a direita estaria vinculada ao *conservadorismo*, tanto de valores como da *desigualdade social*.

O que eu vejo da direita? Pessoas que não tem responsabilidade com a periferia, com o gueto, com as classes, com as bandeiras. De esquerda são as pessoas que se identificam ou estão nos guetos, nas periferias e se levanta para buscar os seus direitos (KENINHO, PSOL, 09).

Eu divido direita e esquerda assim: conservadorismo num limite que tenta manter privilégios e outra que tenta distribuir mais riqueza, mais igualitária. É isso: mais igualitária e menos igualitária (PAULO, PT, 12).

Além disto, na fala de parte de entrevistados/a do PSOL, ainda foi ressaltado o fato de que a díade existe, que ela é composta por *termos semânticos em disputa*; e que o discurso sobre o seu fim deve-se, em parte, *porque a pessoa é de direita* e se torna difícil admitir claramente a associação com os ideais conservadores relacionados à direita, ou, pela *nebulosidade* gerada no cenário político durante os governos do PT.

A negação do conceito de direita e esquerda é uma coisa muito conveniente pra quem tá mais num espectro conservador, de direita da política brasileira. Essa negação de que não existe direita, de que não existe esquerda. É um discurso cômodo que pretende acabar com esse tipo de diferença, mas que ela existe de um ponto de vista ideológico. Você pega um partido que se diz liberal, de direita, só que na verdade eles são liberais num sentido econômico, mas do ponto de vista social, moral, são extremamente conservadores. Então eu acho que existe sim, essa distinção bem clara, inclusive, apesar dela ser negada. Conseguir distinguir a diferença entre esquerda e direita, também não significa que a semântica não tá em disputa, ela tá. (JOÃO GRILO, PSOL, meses).

É muito interessante assim, quem mais afirma a morte e o fim das lutas de classe e das ideologias é quem mais pratica a luta de classes. Em geral quando a pessoa diz que não existe direita e esquerda, é porque a pessoa é de direita, isso é muito fato (CRISTINA, PSOL, 03).

É um aspecto bem visível essa coisa que o PT deixou muito nebuloso, você tem práticas que são típicas ou caracterizadas como de direita, onde o PT é caracterizado como esquerda e fica nessa esquizofrenia (KARLOS MARX, PSOL, 11).

A fala de **Cristina** (PSOL) ilustra o que autores como Norberto Bobbio (1995) e Sebastião Velasco e Cruz (2015) expuseram ao levantarem a hipótese de que o simulacro da direita vigente na sociedade é axiologicamente negativo e, assim, afirmar que o desaparecimento da díade interessaria principalmente as pessoas

mais situadas à direita. Posicionamento contrário foi tomado pelos/as entrevistados/as que, direta ou indiretamente, marcaram diferenças entre a direita e a esquerda, e sinalizaram a existência e importância de manutenção da díade.

Ainda no tocante a este aspecto referente às compreensões dos/as entrevistados/as sobre a díade, vale ainda refletir que as distinções também ilustram processos de diferenciação e pertencimento, conforme apresentamos no capítulo 2 a partir das reflexões de Dubar (2009). Compreendemos que distinguir direita de esquerda pode ser visto como um processo de diferenciação e, via de regra, as caracterizações atribuídas a cada uma destas marcas podem conotar um processo de pertencimento, em que lutar por *liberdades democráticas/individuais*, por exemplo, faz o/a filiado/a pertencer à esquerda.

Eu acho que um dos grandes erros do PT foi não ter ousado tocar no modelo econômico e ter apostado numa política de conciliação de classes, achando que isso garantiria a governabilidade. Então assim, é.. o programa social e de pauta das liberdades individuais, você vai ver quase todo militante de esquerda fazendo, é muito raro você não ver um militante de esquerda fazendo esse debate, então, com todo o conjunto da esquerda histórica que permanece no governismo, então vai ter todo mundo dizendo isso. E, eu acho que essa chave econômica é que garante que você vai conseguir realizar essas coisas (CRISTINA, PSOL, 03).

Em relação ao fator econômico, é interessante notar que este é, para **Cristina** (PSOL),-o ponto crucial que determina as diferenças nas esquerdas. Ademais, como já mencionado anteriormente, é o mesmo ponto em que divergem as análises sobre o que caracteriza um governo de esquerda e de direita. Em ambas perspectivas, já apresentadas no capítulo 2, é possível notar que dar atenção às causas sociais caracterizaria a esquerda, o que se complementa em adotar diretrizes dadas para a política macroeconômica.

Neste ponto ressaltamos mais uma vez a diferença entre governo e partido, e a existência de diferentes correntes dentro dos partidos. No caso do PT há correntes que defendem a taxação de fortunas, o que não foi efetivado pelo seu então governo. Ou seja, podemos visualizar as diferenças que podem existir na própria esquerda, ilustradas entre partidos e, dentro deles, o que exemplificam as afirmações de Bobbio (1995), sobre a existência de várias esquerdas.

Após as informações obtidas com relação aos motivos das filiações e o que os/as filiados/as pensavam sobre a díade direita-esquerda, e como seria caracterizada, passamos ao conteúdo das pautas partidárias. Buscamos saber se

haveria uma reivindicação específica encampada pelo partido, com a qual o/a filiado/a registrasse mais afinidade; já que esperávamos que alguma pudesse se relacionar às suas práticas de consumo.

As falas reiteraram as motivações declaradas para a ocorrência das filiações, que “seriam”, do ponto de vista deles/as, pautas comuns à esquerda, como o envolvimento do/a filiado/a com *movimentos sociais*, com as lutas em prol das *liberdades individuais/democrática* e da *valorização do ser humano*, bem como as questões em torno da *distribuição de renda*, à *necessidade de mudança no sistema econômico*. Tais caracterizações refletem uma similaridade de pensamento entre os/as filiados/as de ambos partidos.

Eu entrei muito baseada com a questão dos movimentos sociais, que inclusive acho que o partido precisa rever seu programa de relação com os movimentos sociais, mas assim foi uma coisa que quando eu entrei eu sempre defendi, sempre participei, e vi no PT uma via de unidade, de possibilidades de incidirem na política global do Brasil. Agora, eu acho que hoje, no momento atual, na conjuntura política nacional, talvez sim, a questão das liberdades democráticas (ROSA, PT, 04).

É muito difícil responder de forma objetiva, pois o PSOL tem um conjunto de pautas, desde trabalhar as questões das liberdades individuais, que eu acho que é isso que você pode achar como sendo a chave, mas a questão das liberdades individuais envolve muitas questões, desde de a defesa da regulamentação do aborto, a liberdade do corpo da mulher, passando pela descriminalização e regulamentação do uso de drogas, chegando até a história do casamento civil igualitário de pessoas do mesmo sexo, ou pessoas trans, garantias de direitos (JOÃO GRILO, PSOL, meses).

Eu sou muito mais envolvida nos movimentos sociais na área de direitos humanos, pela valorização e dignidade de toda pessoa humana (SILVA, PT, 27).

Luta pela emancipação humana. O partido ele defende a luta da população negra, defende a causa da população LGBT, das mulheres, dos mais pobres; mas assim, eu olho como um todo, você construir uma sociedade melhor. (JOÃO FELIPE, PSOL, 01).

Das que eu mais me identifico é justamente essa questão da distribuição de riquezas, das pautas que dialogam com isso. Por exemplo, discussão sobre a taxação dos mais ricos, da discussão da auditoria da dívida pública, em relação a banqueiros e tal. São essas bandeiras que focam mais nessa questão de distribuição de riquezas mesmo, taxação de fortunas (PAULO, PT, 12).

Conforme pode ser visto, não houve menção a pautas que estivessem vinculadas diretamente ao consumo – como estava sendo esperado por nós; embora a fala de Paulo (PT) tenha feito menção a questões de ordem macroeconômica, que podem repercutir no consumo dos indivíduos, como no caso da distribuição de riquezas. No entanto, vale ressaltar, não houve nenhuma menção ao envolvimento

dos entrevistados/as com movimentos de consumidores/as e com práticas de consumo sustentáveis e responsáveis, por exemplo.

Outro tópico de grande relevância nas entrevistas versou sobre os modos de participação dos/as entrevistados/as no partido, suas atividades, e como era desenvolvido o convívio deles/as com outros/as partidários/as. Além disso, pressupomos ainda a possibilidade de que eles/as contassem sobre suas vidas antes e depois da filiação político-partidária, suas participações em outros movimentos e suas compreensões sobre a relação entre filiação e militância.

Tais indagações foram pensadas no sentido de obtermos uma noção da trajetória e do cotidiano dos/as filiados/as, mesmo porque partimos do pressuposto de que a interação social e os acontecimentos na vida do indivíduo interferem, moldam ou orientam sua atuação no e diante do mundo, e que podem ser refletidas em suas práticas de consumo.

Todos/as entrevistados/as desempenham alguma atividade diretamente ligada ao partido. Em sua maioria são componentes de direções e/ou secretarias municipais ou estaduais, e alguns/mas possuem até mesmo vínculo empregatício com o partido. Cabe ressaltar que a forma de abordagem dos/as participantes nos diretórios provavelmente interferiu na composição de um grupo de entrevistados/as com este perfil³⁰.

Em relação ao convívio partidário, todos/as afirmaram a existência de uma convivência cordial e harmoniosa com todos/as partidários/as, apesar de muitas vezes depararem com pessoas com pensamentos divergentes – aglutinadas nas chamadas “correntes”, ressaltando eles/as, porém, a necessidade do respeito.

É uma questão que faz um pouco da tradição de esquerda, a democracia interna, divergir internamente, e isso é muito mal utilizado pelos inimigos da esquerda, de dizer que a gente não tem unidade.. que por causa disso a gente não tem programa. Muito pelo contrário, significa que a esquerda é muito mais radicalmente democrática do que a direita, sempre foi (CRISTINA, PSOL, 03).

É tranquilo. A gente dialoga, apesar de que as pessoas aí fora dizem que a gente só vive brigando. Mas aqui dentro a gente dialoga, a gente discute, a gente se reúne, na hora do cigarro a gente está conversando, faz reunião fechada. A gente, como em todo grupo humano, a gente tem nossas desavenças, nossos desencontros. A gente tem nossa discordância, mas é ali naquele momento, é só político (SILVA, PT, 27).

³⁰ Ou seja, abordagem feita nos locais que concentram a maioria das atividades dos partidos, que são de responsabilidade de integrantes eleitos/as dirigentes.

Eu conheço muita gente, desse tempo todo, de militância. Mas de amizade, é mais com o pessoal aqui, interno. A gente tem uma boa relação. A gente tem disputas nas reuniões, porque como aqui são várias forças, são vários grupos, que formam essa reunião, então é natural que debates existam e que tenha votação pra isso. Mas nada que prejudique o andamento das coisas (LILI, PT, 18).

Existem opiniões e divergências e eu consigo circular. Tendo, claro, meu ponto de vista e meu agrupamento dentro do partido, mas numa sintonia de paz com os outros companheiros (KENINHO, PSOL, 09).

É válido ressaltar que eles/as consideraram a pluralidade de ideias um atributo positivo entre os/as filiados/as, destacando-a como uma característica bastante salutar da esquerda; com base nas reflexões de Bobbio (1995) e Duverger ([1951] 1970), vale frisar: a esquerda “progressista” e não a esquerda de caráter totalitário, a esquerda que respeita a diversidade – inclusive dentro dos partidos – mesmo que tal cenário possa parecer desfavorável, pois representaria proposições divergentes de ação entre os grupos e, assim, o possível impedimento de avanços em casos de dissensos e disputas internas.

Após o levantamento sobre como se deu a interação do/a filiado/a com o partido, interessou-nos saber sobre suas vidas antes e depois da filiação político-partidária. As falas foram muito vinculadas ao que foi apresentado em relação aos primeiros contatos com o partido, pois em alguma medida os sujeitos desta pesquisa já possuíam alguma aproximação com ambientes políticos. Os que destacaram com mais ênfase a ocorrência de mudanças foram **Lili** (PT) e **Keninho** (PSOL). No caso da primeira entrevistada, podemos perceber como avaliou sua vida “*num todo*”, considerando as mudanças nos ciclos de sua existência; enquanto o segundo considerou-as apenas no sentido da filiação político-partidária ser uma das únicas vias para um agir na vida pública.

A minha vida mudou bastante. Porque eu saí do anonimato e agora estou na direção de um partido. Então na minha vida foi muito transformador tudo isso, passei por várias etapas dentro do partido. Eu era de uma comunidade carente, chamada Bomba do Hemetério, eu nem era casada ainda, não tinha filho, depois fui pro governo, fui pro partido, sai do governo, continuei no partido, passei um tempo militante de novo, sem ser nem do partido nem do governo, e hoje estou no partido de novo, então... mudou muito a forma de ver as coisas, o engajamento, hoje minha família também se envolve nisso, porque a gente acaba levando pra casa. Não é todo mundo, mas eu gosto do que eu posso fazer enquanto partido. De uns 10 anos pra cá, mudou muita coisa mesmo (LILI, PT, 18).

Antes eu não tinha interesse nenhum em fazer parte direto da política, antes eu ajudava, via uma figura uma possibilidade de mudança e ajudava. Ajudei na campanha de João Paulo, aqui em Recife, e ajudei também na campanha de Luciana Santos em Olinda. Depois, eu acabei me

decepcionando com essas figuras e nesse movimento eu achei necessário me filiar a um partido. Tava procurando partidos e em 2006 o PSOL foi registrado. E aí eu fui me filiar. Até porque você só faz alguma coisa a partir de um partido, infelizmente. Eu digo sempre, hoje estou filiado ao PSOL, mas se eu pudesse não estar filiado a nenhuma ação partidária eu não estaria e seria totalmente autônomo (KENINHO, PSOL, 09).

Em relação à participação efetiva nos movimentos sociais, apenas quatro declararam estar envolvidos/as, ainda que apareça na fala da maior parte dos/as entrevistados/as a identificação/reconhecimento de uma capilaridade partidária junto aos movimentos, aspecto positivo creditado por eles/as aos partidos de esquerda.

Os/as que têm vinculação a movimentos de juventude estão mais próximos de mobilizações organizadas pela ala estudantil, no caso de **Rosa e Paulo (PT)**, já **Lili e Keninho (PSOL)** integram algum movimento cultural – seja no caso de organizar eventos ou pela prática da capoeira, respectivamente. E, como esperado, o entrevistado que escolheu seu nome fictício **Movimento Negro (PT)**, está vinculado ao referido movimento. Este entrevistado e **Silva (PT)** afirmam manter aproximações com discussões sobre direitos humanos.

Os filiados/as também se posicionaram no que se refere ao autojulgamento de ser militante e a relação entre filiação e militância. Tal questionamento foi feito, mesmo sabendo que na literatura especializada apresentam-se muitas divergências entre os termos, mas nenhuma definição comum. É válido lembrar que adotamos o termo “filiado”, considerando-o a partir de um rito burocrático, que no cotidiano partidário é vivenciado conforme o nível de identificação dos indivíduos.

Deste modo, a resposta dos/das entrevistados/as foi unânime: eles/elas se consideram “militantes”, enquadrando como concomitantes as suas condições de “filiado/a” e “militante”, independentemente dos partidos. No entanto, eles/elas também destacaram de modo unânime que há distinção dos termos e de perfis, explicando que há diferença entre um e outro – vale frisar, percebida por eles/as, no cotidiano que vivenciam:

Me considero militante, porque, chamou, estou lá. Infelizmente existe muito filiado, independentemente de partido, que entra pelo dinheiro, ou por querer poder. Tem gente que vem aqui se filiar.. pede a ficha e pergunta quando vai receber o apoio financeiro para a campanha. Mas não é assim que a gente trabalha. É você que tem que correr atrás do dinheiro para fazer a tua campanha. A gente não recebe apoio financeiro, é fazer uma festa de lançamento pra ver se arrecada. Vim pra cá pra conseguir dinheiro, não consegue. Já tem outros que acreditam na mudança, mas quando você chama pra um evento não vai. Tem a esperança no voto.. mas só que o brasileiro tá tão mal-acostumado com essa coisa. Talvez seja por isso que o

partido seja tão pequeno, já que muitas pessoas ficam pensando ainda no comprar voto e aqui a gente não compra (LARA, PSOL, meses).

Me considero. Nem todo filiado é militante. Como nosso partido é de correntes, tem muito filiado que participa apenas quando tem plenária, quando precisa votar, quando é solicitado pra votar, pra participar; tem o filiado, que apenas se filia ao partido pra disputar eleição. E eu me considero um militante, porque eu procuro participar além disso, procuro participar dos movimentos que o partido promove (JOÃO FELIPE, PSOL, 01)

Sim. Tem filiados que é só pra dizer que tá no partido, mesmo tendo formação não agrega, não incorpora a luta. Pra mim, nem todos são. Agora tem uma boa parte que é (SILVA, PT, 27).

Sim. Todo filiado não é militante e nem todo militante é filiado. Porque assim, você tem pessoas fora do partido, que as eleições de Dilma mostraram isso no segundo turno. Tinha gente que não era do PT, mas ficava indo na sede pedir material, porque estava com medo que o PSDB voltasse, então tem gente que é militante pela causa da esquerda, e tem gente que é filiado, mas não tem uma militância. É filiado porque quer ser dirigente, é filiado porque está com um cargo numa prefeitura dessas. Então assim, ser filiado não significa dizer que a pessoa é militante. Agora se a pessoa, é militante, se filia e continua a militância dela atuando no partido, no movimento, ela junta as duas coisas. Eu me considero um filiado militante (PAULO, PT, 12).

Diante das respostas, é possível perceber que “ser filiado” na concepção dos/as entrevistados/as está relacionado ao rito burocrático/ documental, não sendo sinônimo de participação efetiva, pois esse seria o caso do “militante”, que tendo ou não vínculo burocrático, está envolvido em práticas encampadas pelos partidos. Destacamos que estes papéis não são rígidos, a filiação e a atuação frente ao partido variam de acordo com a conjuntura, aumentando ou diminuindo, por exemplo, os casos tanto de filiação, quanto de militância, em épocas de eleição.

Ademais, é válido ressaltar que esta diferença de atuação e maior ou menor participação no partido, já discutida anteriormente a partir das afirmações de Maurice Duverger ([1951] 1970) e Claude Dubar (2009), retrata não apenas a existência de perfis distintos, como o adepto e o militante, mas também intensidades diferentes, que variam não apenas conforme a conjuntura, mas a partir das trajetórias dos indivíduos, dos seus níveis de identificação e ainda, das próprias características do partido.

Deste modo, ao confrontarmos o que dizem os/as entrevistados/as e o que afirmaram os autores integrantes como fonte de pesquisa, percebemos que o uso dos termos mais se aproximam do que diferem. Com efeito, foi possível apreender que podem existir filados/as militantes, filiados/as não militantes, militantes não

filiados/as, simpatizantes que se tornam militantes dada uma conjuntura específica, como no caso do processo de Impedimento da presidenta eleita pelo PT, Dilma Roussef, em que muitas pessoas não-filiadas ao PT foram às ruas lhe declarar apoio; ou pessoas que não eram filiadas a partidos opositores ao Governo, mas foram às ruas solicitar seu afastamento.

Diante do exposto, podemos ainda pensar que tal expressão variante de uma filiação ou militância também pode representar reflexos variantes sobre a vida do indivíduo, como nas suas práticas de consumo, por exemplo.

Após este primeiro momento, de perguntas vinculadas à história pessoal e de envolvimento político dos/das entrevistados/as com os respectivos partidos, seguimos para os **blocos II e III**, referentes ao consumo e sua vinculação com a questão da filiação político-partidária, visando a apreender elementos que nos possibilitassem cotejar o “ser filiado/a” e o campo do consumo e de suas práticas.

Apesar da abertura interpessoal percebida, proporcionada pela interação ocasionada por este primeiro momento das entrevistas, tínhamos consciência do cansaço que foi perceptível em alguns/mas entrevistados/as. Estes/as tinham dispensado muito empenho ao desvelar sua trajetória pessoal e a vinculação desta com o partido ao qual se filiaram. Assim, consideramos esse fator como um elemento que contribuiu para a ocorrência de respostas mais breves, e mais dispersas nos **blocos II e III**, se compararmos às respostas obtidas neste primeiro bloco.

3.2 Bloco II: Consumo e Cotidiano

Neste bloco, são apresentados os resultados de questões em torno do que é percebido ao enunciar o fato de “ser consumidor/a” e as práticas de “consumo” individuais e/ou coletivas dos/as entrevistados/as, além de contemplar os elementos que caracterizam os seus estilos de vida³¹.

Dentre as variadas práticas de consumo, foram destacados aspectos que se

³¹ “As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência” (p.01). “O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hélix* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo que se entrega diretamente à instituição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados” (BOURDIEU, [1979] 2013. p.03).

referiam à destinação da renda, bem como os processos de aquisição de itens relacionados à alimentação, ao vestuário, ao deslocamento, aos meios utilizados para comunicação social e lazer.

Para tanto, serão apontados nas respostas os fatores que envolvem direta ou indiretamente a compra, aspectos que vão desde a produção até o descarte dos resíduos. Como ressaltamos no capítulo 1, de acordo com Ana Brenner (2011), foi esperado que eles/as apresentassem hábitos de consumo mais conscientes devido à vinculação político-partidária.

As questões foram relacionadas à intencionalidade presente nesta pesquisa, espécie de hipótese a ser verificada, sobre consumo responsável e consciente por parte destes sujeitos, no sentido de que, ao se posicionarem politicamente através da filiação partidária, isto reverberasse em alguma medida sobre suas necessidades de consumo e sobre os produtos e serviços consumidos, através da observação e crítica aos aspectos referentes às relações sociais de produção e, ainda, o após o uso, ao descarte dos produtos.

Como já foi explicitado no início deste capítulo, os/as entrevistados/as demonstraram certa dificuldade para responder a algumas as perguntas deste bloco. As respostas vinham acompanhadas de muitos suspiros e balbucios, sinalizando hesitações, entremeadas por olhares absortos, como se os/as respondentes estivessem buscando formular respostas precisas, a partir do que poderiam resgatar de suas práticas em suas memórias ou lembranças.

Cabe ressaltar uma inferência da pesquisadora sobre o embaraço que poderia causar, o fato de revelar certas práticas pouco refletidas ou problematizadas, depois de terem falado durante tanto tempo sobre questões políticas, militância e engajamento. Inferimos ainda que este conjunto de reações não verbalizadas indicam que, provavelmente, falar sobre o consumo não é uma ação constante na vida dos/as entrevistados/as.

Essas expressões não verbais percebidas são inerentes à comunicação humana, integrando a linguagem oral e respondendo ao que se considera linguagem corporal. Nas entrevistas, elas apareceram preponderantemente nas questões em torno do que os/as entrevistados/as consideravam “ser consumidor”, como pode ser observado nos fragmentos abaixo:

Eu nunca parei muito pra pensar nisso [reticente], e como eu sou muito contra a focar nisso que... conceitos que a gente recebe da mídia no geral...

[hesitação] ser consumidor é você adquirir... materialmente falando, adquirir aquilo que você precisa, aquilo que você deseja, e aí uma infinidade, porque você pode consumir por necessidade, por prazer, por ostentação, então.. eu não saberia bem explicar o quê, uma ideia bem vaga: você poder adquirir ou desejar determinado produto, determinado serviço, determinada coisa, ou pra sua necessidade, ou pra sua satisfação pessoal (ROSA, PT, 04).

Nunca pensei nisso [pausa longa]. Significa participar no mercado de alguma forma, em algum sentido [reticente]. Eu vejo assim, não sei se é isso [hesitação]. Eu não sei o que é, mas na minha definição é a base da pirâmide ali do processo do mercado, né? É participar do jogo do mercado (PAULO, PT, 12).

Como forma, as pausas criam efeitos de hesitação, incerteza, dúvida, busca de memórias e lembranças, etc., nas falas dos/as entrevistados/as; como conteúdo, as respostas abarcam temáticas sobre “economia de mercado” ou sobre as “necessidades” individuais. Cabe ressaltar, que as hesitações provavelmente revelam que a associação entre consumo e política, cerne desta pesquisa, ficou evidente aos sujeitos neste momento.

Esta compreensão pode ainda indicar uma postura perceptivelmente defensiva dos/as entrevistados/as quanto ao simulacro de que, por serem filiados/as à esquerda, deveriam ter práticas específicas; simulacro este identificado no estudo de Ana Brenner (2011) – que afirma que “faz parte do imaginário social, associar a esquerda à ideia de uma sociedade mais justa, e até mesmo mais sustentável”, o que supostamente também seria incompatível com o campo do consumo compreendido apenas enquanto mercado.

Dizer que *não foca nisso* ou que *nunca pensei nisso* nos coloca diante de um desafio que precisa ser enfrentado por toda a sociedade e, também, ou principalmente, pelos partidos, ao pensar sua atuação frente às expressões do capitalismo contemporâneo. A histórica “demonização” do mercado pelos partidos e militantes de esquerda tem nos prostrado diante de “silêncios” e “hesitações” temerárias quando pensamos o papel político-partidário com relação ao enfrentamento de aspectos referentes às relações sociais de produção e, ainda, ao após uso e ao descarte dos produtos na sociedade atual.

É válido lembrar ainda que esta associação entre a esquerda e um fazer social diferente não apenas faz parte apenas do imaginário social, mas também, conforme Bobbio (1995); é uma visão que, na própria síntese do autor, é atribuída à esquerda. Podemos, por sua vez, associar tal expectativa frente à esquerda, ao modo de identificação “para outrem”, que apresentamos a partir das asserções de

Dubar (2009), ou seja, o que é pensado sobre a esquerda e o que lhe seria característico não apenas lhe é atribuído por seus/suas filiados/as, mas por quem não necessariamente lhe é, mas lhe idealiza.

Como possibilidade de enfrentamento a este distanciamento da reflexão sobre consumo, destacamos que um caminho muitas vezes utilizado é o de associação do consumo às “necessidades” do indivíduo, já apresentado nesta pesquisa a partir da Teoria da Motivação Humana de Maslow e das críticas que sua abordagem recebera.

A teoria de Maslow, ainda que questionada, principalmente pela limitação e fixidez imposta pelo agrupamento de necessidades a partir de uma visão biologicista, tem sido uma via de aproximação ao campo do consumo, pelo fato de ela não considerar o consumo apenas associado ao mercado, mas inerente à existência humana, suavizando a “demonização” que socialmente o cerca.

Em relação a isto, percebemos nas falas que, em alguma medida, os/as entrevistados/as também compreendem que o consumo faz parte de nossas práticas cotidianas, como afirmaram Mary Douglas e Baron Isherwood ([1979] 2013) ao compreenderem o consumo como atividade social, ainda que o associem mais imediatamente à perspectiva do mercado, entrelaçando Antropologia e Economia.

Em relação à temática “consumo e cidadania”, inferimos que os argumentos apresentados por **Cristina** (PSOL) e **João Grilo** (PSOL) estão relacionados à associação feita aos objetivos desta pesquisa expostos no início da entrevista, isto é, sobre filiação político-partidária e consumo. Tanto ele quanto ela fizeram críticas em suas falas sobre a associação entre acesso à cidadania via consumo.

As falas foram de crítica a esta relação e de análise da conjuntura contemporânea, em que o fenômeno do aumento do consumo por uma nova fração da classe trabalhadora e não necessariamente aumento de cidadania tem sido avaliado a partir de uma postura liberal/neoliberal em relação à política econômica do governo do PT, devido as políticas de incentivo ao crédito, adotadas desde o primeiro mandato do então presidente Lula.

O capitalismo se amarrou tão bem, o sistema tá tão arraigado em tudo que praticamente se você não consome, você tá passando fome. Acho muito complicado quando num governo, que foi construído sobre as pautas e as reivindicações históricas da esquerda, diz que elevou pessoas à classe média porque as pessoas estão comprando uma televisão de 42 polegadas e carro à prestação. É muito complicado, inclusive isso não é crescimento de classe social, isso é crescimento de taxa de consumo. Isso não altera a base das relações sociais na economia.

Agora infelizmente tem também questões pitorescas de pessoas que dizem que vão passar 1 ano sem comprar, então são questões que infelizmente são muito presentes na sociedade. A gente pode comprar menos, mas infelizmente a gente não pode parar de comprar. Tanto é que o pessoal tem feito aí experiências de economia solidária, comunitária, de comunhão, seja lá qual for o nome que as pessoas forem chamar de acordo com suas concepções, mas todas elas não saem da relação de compra e venda, de troca, do comércio, da questão monetária. Então tá aí a questão do consumo (CRISTINA, PSOL, 03).

Olha, significa um bocado de coisa menos ser cidadão. Significa estar ativo dentro de um mercado econômico nacional ou global, mas eu nego totalmente essa postura ideológica que inclusive é defendida pelo PT, de que o consumo garante seu aspecto de cidadão (JOÃO GRILO, PSOL, meses).

As falas expostas revelam posicionamentos contrários à associação entre consumo e cidadania, embora esteja presente nelas que ser consumidor é fazer parte de um sistema, no caso, o sistema de trocas; e mais ainda, do sistema econômico capitalista, mas que não confere o caráter “cidadão” a quem participa do mercado.

Frente a estes posicionamentos, vale refletir mais uma vez o que ressaltamos no capítulo 2 – a partir de Sônia Rocha (2011), sobre a relação entre consumo, cidadania e política no Brasil, pois o efeito de políticas econômicas adotadas nos governos do PT influenciou na participação na esfera pública de grupamentos familiares oriundos de classes populares, principalmente das menos favorecidas.

Em contrapartida, é possível identificar na fala de **Silva** (PT) a associação entre consumo e cidadania através da reflexão sobre poder e autonomia. Enquanto **Cristina** (PSOL) e **João Grilo** conotam em suas falas valores negativos e veem como limitada e até mesmo errônea esta associação. **Silva** (PT), por exemplo, vê como fator positivo poder participar do mercado, o que pode, segundo a entrevistada, representar a condição de empoderamento—de quem antes não tinha poder de compra.

[...] é economicamente você ter um poder aquisitivo, acho que não precisa ser alto, mas o mínimo que você possa comprar, tenha o poder de compra. Pra mim o consumo é isso, não aquele consumismo aleatoriamente, mas que você possa comprar gradativamente, que você tenha empoderamento dessa compra, que você tenha poder mesmo, que você possa dizer: “eu quero comprar, posso comprar”. O partido [via Governo] deu uma arrumada nisso (SILVA, PT, 27).

Esta visão está associada a uma visão mais recente que também considera a participação ativa no mundo do consumo, como um possível exercício de cidadania.

É válido ressaltar que Gisela Taschner (2010) sinaliza, neste sentido, que a “relação que se estabelece entre consumo e cidadania, neste caso, é de congruência e não de oposição, e nos estratos menos favorecidos, esse consumo pode ser pensado como de inclusão” (p.49). De um prisma ou de outro, é preciso reconhecer que, atualmente, consumir é participar da sociedade.

Ainda em relação à compreensão dos/as entrevistados/as sobre o consumo e o “ser consumidor”, é válido registrar que apenas duas respostas foram um pouco diferentes da vinculação feita pelos/as demais à economia de mercado ou ao suprimento de necessidades: **Lara** (PSOL) associou a palavra consumidor à ideia de “consumista” geralmente presente nos dicionários³². Já **Movimento Negro** (PT), antes de associar à ideia de mercado, fez uma abstração, procedendo uma associação geral com a ideia de troca, por exemplo, na relação de troca que tem com o partido, consumo e troca de ideias.

A pessoa que gasta além do que pode (LARA, PSOL, meses).

O consumo, dentro da minha ótica, eu vejo que a uma convivência de interesses, nesse conjunto coletivo que é o partido, que é o pensar o todo, todos os interesses embutidos, e o meu interesse individual de estar neste todo. Então, eu destaco aí, neste aspecto do consumo, é ter o partido não a meu serviço, mas eu poder ajudar o partido a alcançar os seus objetivos. Eu entendo o consumo nessa troca. Nessa simbiose do ser ou não ser. Mas você quer que eu fale na lei do mercado? Eu acho que um produto que está na ordem do dia a proposta do PT para o povo brasileiro, no sentido de dar a ele, a oportunidade de efetivar em vários espaços do mercado (MOVIMENTO NEGRO, PT, 30).

É importante registrar que nesta fala **Movimento Negro** (PT), quando vincula a noção de consumo ao mercado, assim como **Silva** (PT), vê as ações promovidas nos governos do PT como algo a ser valorizado, e reitera, deste modo, o que apresentamos anteriormente de acordo com Sônia Rocha (2011) e Gisela Taschner (2010), isto é, a percepção da chegada dos menos favorecidos ao mercado de bens, via consumo, como algo positivo.

Até então, neste bloco, a maior diferença entre os partidos foram os

³² a) Consumista (*consumo+-ista*) adjetivo e substantivo masculino. Que ou quem consome em excesso, geralmente sem necessidade. "consumista", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/consumista>>. Acesso em 25 jun 2016. b) Consumista – con.su.mis.ta. *adj m+f (consumo+ista)* 1 Relativo ou pertencente ao consumismo. 2 Favorável a ele. s *m+f* Pessoa favorável ao consumismo, ou que o pratica. “consumista” in *Michaelis Dicionário de Português Online*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/consumista%20_933703.html>. Acesso em 25 jun 2016.

depoimentos em que foi possível apontar associações entre consumo, participação e cidadania. Na perspectiva dos/as filiados/as ao PT, esta triangulação é vista de modo positivo; enquanto é considerada limitada por filiados/as ao PSOL.

É possível inferir que estas visões diferentes entre dois partidos considerados de esquerda, apreendidas a partir da fala de seus/suas filiados/as, ilustram mais uma vez a existência de várias esquerdas, como já afirmamos de acordo com Norberto Bobbio (1995). Em caso de adotarmos esta compreensão, a visão vinculada ao PT representaria uma esquerda mais ao centro, enquanto a vinculada ao PSOL, uma esquerda mais ao extremo.

Após estas reflexões iniciais sobre o consumo, os/as entrevistados/as foram questionados/as se se consideravam “consumidores/as”, e o questionamento teve o intuito observar o quanto eles e elas encaravam o consumo como algo negativo ou positivo e inerente à condição humana. Todos/as se consideraram consumidores/as, já que haviam afirmado que o consumo é uma prática esperada do ser humano. **Lara** (PSOL), **Paulo** (PT), **Keninho** (PSOL) e **Cristina** (PSOL) foram além e em suas respostas apresentaram discussões sobre controle/quantidade/nível de consumo.

Eles/as mencionaram, de um modo geral, a ideia de consumo moderado relacionada à perspectiva de consumo consciente; embora **Lara** tenha apresentado em sua fala também a ideia de consumista como sinônimo de consumidor.

Eu me considero a controlada. Meu marido é um consumidor. Mas tem dia que você está mais solto pra ser consumista. Eu não sou muito consumista, eu procuro não passar do limite. Eu posso chegar no limite, mas não costumo passar (LARA, PSOL, meses).

Eu sou consumidor, é claro, como todo mundo é. Eu não sou franciscano que não consumo nada, mas também não sou de gastar. Eu acho que sou médio. Consumo o que eu preciso e algumas coisas a mais, umas supérfluas. Supérflua dependendo do ponto de vista. Mas não sou muito consumidor, evito crédito, essas coisas (PEDRO, PT).

Eu sou consumidor e eu consumo vários tipos de alimentos e objetos e tal, e eu acho que a gente tem que ser um consumidor consciente. Tem que ter consciência do que você necessita no dia a dia pra poder estar consumindo, no mais, acho que seja supérfluo, no meu ponto de vista (KENINHO, PSOL, 09).

É. Agora, a grande questão é como a gente vai tratar esse consumo. Então é algo assim, que eu tenho trabalhado, que é muito interessante isso, que estruturalmente não muda nada, é que eu não compro em alguns períodos. Por exemplo, esse período do final do ano, onde existe um super estímulo ao consumo, em geral é um período em que eu evito comprar. Esses plantões que os shoppings centers fazem pra fechar de meia noite, passar 24 horas funcionando. Eu me recuso veementemente por uma questão de

respeito aos trabalhadores, porque eu acho absolutamente criminoso com o trabalhador do comércio que esteja trabalhando às 2h da manhã, porque eu acho interessante tá no shopping às 2h da manhã porque é fim de ano (CRISTINA, PSOL, 03).

É relevante ainda chamar atenção para a fala de **Keninho** (PSOL) e **Cristina** (PSOL), pois ambos tocaram em pontos significativos da discussão sobre consumo, política e cidadania, no que tange a pensar criticamente suas ações e as repercussões destas na sociedade. **Keninho** (PSOL) aponta a necessidade de se “ter consciência do que você necessita no dia a dia”, enquanto **Cristina** se posiciona frente ao mercado, em relação aos “plantões que os shoppings centers fazem pra fechar de meia-noite, passar 24 horas funcionando”, diante dos quais se recusa usufruir, “por uma questão de respeito aos trabalhadores”.

Deste modo, suas falas expressam o que também foi identificado por Ana Brenner (2011), que ressalta que hábitos de consumo conscientes e responsáveis estão relacionados a comportamentos em que as práticas de consumo são pensadas e avaliadas em relação a si e ao impacto sobre os outros, o que configura estas falas como exemplos destes tipos de comportamento/conduita.

Ainda em relação à fala de **Cristina** (PSOL), gostaríamos de chamar atenção para o reconhecimento da necessidade de atuações coletivas/políticas para o enfrentamento das estratégias do mercado para ampliação do consumo, já que para para no campo do individual “não muda nada”. Ao falar sobre a exploração do/a trabalhador/a, é possível perceber que a entrevistada vincula o consumo a uma perspectiva de totalidade, que envolve o processo de produção e, ainda que não mencionado, o descarte. Para ela, seu proceder “estruturalmente não muda nada”, levando-nos a refletir sobre o que discorremos no capítulo 1, segundo os trabalhos das autoras Michele Micheletti e Dietlind Stolle (2012), sobre o fato de que ações deste tipo teriam mais efeito, se fossem coletivas/publicizadas, no sentido de agregar pessoas ao ponto de se galgar mudanças.

A entrevistada, por meio desta fala, marcou mais uma vez sua crença de que mudanças sociais são conquistadas pela ação coletiva institucionalizada, e a importância da ação do “nós”. Por outro lado, esta fala também ilustra, ainda que de modo implícito, o inverso em relação ao consumo, isto é, que ele repercute apenas na esfera privada

Na sequência, procuramos obter informações sobre os meios para o consumo

através de informações sobre renda e a sua destinação. Dez entrevistados/as fazem menção a possuir fonte de renda, enquanto dois jovens dependem da renda de seus pais. Estes são estudantes e relataram gastos relacionados à alimentação fora de casa e à compra de livros. A subsistência dele/a depende de seus familiares.

Os/as demais entrevistados/as fazem menção a gastos com a manutenção da casa – sendo o aluguel, a alimentação e plano de saúde, os itens mais citados como gastos e bastante contestados pelo fato de absorverem considerável parcela de seus orçamentos, como afirmam **Cristina** (PSOL), **Karlos Marx** (PSOL), **Pétrio** (PT).

Há referência a gastos destinados à família ampliada, contribuições que fazem a seus familiares, seja em saúde, como relatado abaixo por **Cristina** (PSOL), ou em gastos com aluguel, e no que denominam de “gastos extras”, como relatado por **Pétrio** e **Lili** (PT), respectivamente.

Minha principal destinação é com aluguel. Aluguel no Brasil tá muito caro, e no Recife tá muito caro mesmo. Com indústria farmacêutica, porque tenho uma mãe idosa. Então a indústria farmacêutica é uma das faces mais cruéis do capitalismo, porque você tem pacientes com doenças degenerativas como é o caso da minha mãe, que se não tiverem filhos, vão ter uma série de dificuldades, você não tem políticas de estado, que dê conta dessas questões, de forma adequada. E por causa desse trauma de gastar dinheiro com tanto remédio pra enfermidade da minha mãe, eu tenho destinado uma parte da minha renda a previdências privadas, tanto minha como da minha irmã (CRISTINA, PSOL, 03).

Boa parte da administração da renda vai pra alimentação. Fiz os cálculos do mês passado, e eu acho que 40% da renda vai pra alimentação, acho que no Brasil (KARLOS MARX, PSOL, 11).

O que eu mais gasto hoje é pagamento de alimentação e como outras despesas já consegui resolver, aluguel da minha mãe e prestação do carro (PÉTRIO, PT, 24).

Na minha casa eu distribuo pra minha família. Às vezes, tem coisas, eu distribuo extra, mas não é mensal. Comer fora, um grupo precisa de alguma coisa a gente ajuda lá, mas o consumo é interno mesmo, da família, das necessidades básicas da gente (LILI, PT, 18).

Em relação às despesas dos/as entrevistados/as, é válido registrar que seus gastos correspondem aos da população brasileira, noticiados em 2012, por Amauri Segalla e Fabíola Perez, na revista *Isto é*. De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE explicitada na referida matéria, dentre as despesas das famílias brasileiras estão listadas com os maiores percentuais: a habitação

(35,0%), a alimentação (19,8) e a saúde (7,2%)³³.

Em relação ao lazer, vale salientar que parte dos/as entrevistados/as destacou este gasto como o suprimento de uma necessidade importante, que se deve à interação social. No caso de **João Grilo** (PSOL), a maior representação destes momentos de vivência foi concretizada no produto “cerveja”, que representa, para ele, –momentos de interação com seus pares, e, no caso de **João Felipe** (PSOL), “diversão com a família”.

Boa parte da minha renda vai pra cerveja. Porque eu vejo a questão do consumo como uma questão paralela da vida, da estética da vida. Eu vou ao shopping quando eu preciso comprar uma bermuda, mas a maior parte vai pra coisas que eu me integro com os meus pares, com as pessoas as quais eu tenho relação afetiva. Eu acho que tipo, tirando as contas de casa, eu acho que grande parte do meu orçamento vai pra isso. Por uma questão de eu acho que o dinheiro que circula do bolso, ele tem que servir pra potencializar a relação afetiva que eu tenho com as pessoas. Eu acho que o consumo não tem que se bastar em si mesmo. O consumo tem que ser transversal nessas relações sociais (JOÃO GRILLO, PSOL, meses).

Eu sou casado, tenho 3 filhos; minha esposa trabalha, eu também trabalho com carteira assinada. A gente procura sempre assim, procura empregar a nossa renda naquilo que a gente considera essencial, naquilo que a gente considera importante. E a gente considera lazer, diversão e conforto também como algo essencial (JOÃO FELIPE, PSOL, 01).

É possível refletir sobre tais respostas por meio das contribuições de Mary Douglas e Baron Isherwood ([1979] 2013) já expostas anteriormente com relação à possibilidade de considerar o consumo como atividade social, de modo que não consumimos sozinhos, e os bens, não sendo neutros, são utilizados como “pontes”; a exemplo de quando boa parte da renda de **João Grilo** (PSOL) vai para cerveja, para que se integre “com as pessoas as quais [tenha] relação afetiva”. Enquanto João Felipe (PSOL), ao falar sobre seu orçamento, ressalta o fato de ser casado, de ter três filhos e considera essencial ter momentos de lazer.

Partindo da perspectiva de que o cotidiano não é composto apenas de linearidades, e que o imprevisto faz parte do dia a dia das pessoas, procuramos saber dos/as entrevistados/as sobre os gastos que não tinham sido previstos. Houve apenas dois casos: aquisição de roupa e calçado em decorrência de uma viagem; embora a viagem já estivesse prevista, a necessidade de aquisições surgiu próximo ao momento de sua efetivação, caso de **Karlos Marx** (PSOL) e **Silva** (PT); e a compra de um fogão feita por **Cristina** (PSOL), pois o equipamento que tinha

³³

Disponível em <http://istoe.com.br/195047_COMO+OS+BRASILEIROS+GASTAM/>.

repentinamente apresentou defeito.

Silva (PT) destacou o fato de ser fim de ano (período de realização das entrevistas), daí a cautela em consumir devido ao aumento de preços nessa época; enquanto **Cristina** (PSOL) queixou-se da “obsolescência programada”³⁴, pois o seu fogão parou de funcionar por causa de uma peça, que não valeria à pena comprar dado o alto custo.

Tem que assim, eu tive comprar mais roupas porque irei fazer uma viagem. Eu tão eu comprei mais roupas, produtos de beleza, teve um consumo de perfumaria, por conta da viagem. Mas geralmente eu não gosto de comprar roupa pra Natal, Ano Novo, não gosto de comprar nada nessa época. Chega janeiro, você vê sandálias que custavam cento e poucos reais estar por 30 ou 40 reais. Então eu tenho uma cautela (SILVA, PT, 27).

Eu comprei um fogão, porque o meu fogão quebrou. Porque a obsolescência programada tá demais. Tem um negócio dentro do fogão que se chama usina, e essa peça, se quebrar uma pecinha bem pequena dentro dela, que se quebrar, você tem que trocar a usina toda, que custa, uns R\$250,00.. então é melhor comprar outro fogão do que trocar a peça (CRISTINA, PSOL, 03).

Outros gastos ainda foram citados como taxas a serem pagas na escola dos filhos, algumas compras de final de ano, além da previsão dos impostos a serem pagos no mês de janeiro. Todos fizeram referência à tentativa de controle do orçamento familiar, embora os gastos não tenham sido previstos.

Eu tenho tentado controlar isso. Porque no meu caso, como não sou concursada, eu tenho que está sempre planejando o próximo mês. Meu marido trabalha, me ajuda, mas hoje você não pode só contar com isso. Eu não tive roupa de Natal, nem de Ano. Inclusive porque janeiro é o mês em que se tem tudo, IPTU, IPVA, a gente paga tudo isso, plano de saúde... tem matrícula de escola, matrícula na pós-graduação, então está tudo guardado para Janeiro (LILI, PT, 18).

Assim, todo gasto mensal é previsto. Só que assim que acaba tendo um a mais. Ou seja, a escola dos meninos que era um valor e aumentou, a roupa de final de ano, por causa da cultura que nessas festas é preciso ter uma roupage nova. Era previsível. Só não contava com o aumento (da escola), mas ainda ficou dentro (KENINHO, PSOL, 09).

Após indagar sobre os imprevistos, projetamos um percurso no decorrer das entrevistas que pudesse fazer os entrevistados/as revelar de forma mais esmiuçada o previsto, as continuidades no cotidiano. Assim buscamos entender o que

³⁴ “Com a obsolescência programada, a sociedade do crescimento tem em seu poder a arma absoluta do consumismo. No termo de períodos cada vez mais curtos, os aparelhos e os equipamentos, desde as lâmpadas eléctricas aos óculos, deixam de funcionar devido a uma avaria prevista dum dos seus elementos. É impossível encontrar uma peça de substituição ou um técnico que o repare” (LATOUCHE, 2012. p. 33 apud SILVA; ADAME, 2015).

pensavam sobre seus estilos de vida. Todos descreveram ter um estilo de vida considerado pelos mesmos como “simples”, o associam à distribuição do tempo, o qual é dividido em geral entre o convívio familiar, o trabalho/estudos e atividades que envolvem suas militâncias e atuações nos partidos.

Meu estilo de vida é muito simples, é trabalho e família. São minhas prioridades sempre. Sempre que eu vou sair, é com a família toda, só sai quando os três estão (LARA, PSOL, meses).

No momento, as minhas atividades diárias estão bem variadas. Eu passo muito tempo cuidado dos meus filhos, eu tenho passado mais tempo em casa, porque o meu trabalho não toma muito do meu tempo, eu trabalho poucas horas por semana. Minha esposa é que passa mais tempo fora de casa. E assim, eu dedico o meu tempo tanto pra os meus filhos, tanto pra ler, me informar mesmo. E eu frequento uma igreja, eu tenho participação numa igreja e vez ou outra, alguma atividade no partido (JOÃO FELIPE, PSOL, 01).

O meu dia-a-dia eu cuido do meu filho, eu trabalho e estudo, a minha rotina é essa. Final de semana eu saio pra casa da minha mãe, coisa muito perto, primeiro porque meu filho é muito pequeno, segundo, porque meu marido trabalha muito, eu também não tenho muito tempo pra estar saindo só também, então é muito isso mesmo, essa rotina, o dia todo, todo o dia essa rotina (LILI, PT, 18).

Normal, vive mais trabalhando tirando o final de semana. Tirando os horários que a gente vem pro partido e pra militância é um dia a dia normal (PÉTRIO, PT, 24).

Procuramos também levantar as aquisições rotineiras de produtos e serviços, bem como a periodicidade destas aquisições. Dentre os relatos, é importante destacar a fala de **Silva** (PT) e **João Grilo** (PSOL), pois se relacionam diretamente aos estilos de vida percebidos/anunciados e a suas práticas de consumo. Os dois fazem menção ao vestuário. Daremos destaque a **Silva** (PT), pois esta associa seu modo de vestir a um estilo “militante”, que adota por acreditar ser o mais adequado, já que lida com pessoas de classes populares, o que causaria uma espécie de identificação e empatia com este segmento, tendo em vista que as pessoas oriundas destas classes, segundo ela, também se vestem no mesmo estilo. Ou seja, estamos diante da possibilidade de identificação através de marcas e signos que, ainda que do âmbito político, se expressam no consumo.

Eu ando de ônibus, porque eu não quero ter carro mesmo. Tanto eu quanto minha esposa. O sistema é precário, mas é uma opção, porque eu não quero ter um custo gigantesco com um carro. Eu sou consumidor, mas não como consumista. Minha esposa reclama muito das minhas roupas que são muito velhas (JOÃO GRILO, PSOL, meses).

Meu estilo de vida é muito mais pé no chão. Meu estilo de vida é muito mais humilde, eu nunca gostei muito disso. Eu tenho ainda o mesmo estilo de

militância. Andar de chinela/havaianas, de andar de calça jeans, de andar de camisetas, de camisetas temáticas. Eu tenho e mantenho esse estilo de militância mesmo. Como minha neta sempre diz: “vó, tu sempre anda largadona”. Porque pra mim, de militância, se você tá de salto, tudo bem que você vá pra uma festa arrumadinho, mas você está todo dia de salto, maquiada, então pra mim isso não é militância. Como é que eu vou pra uma comunidade, como é que eu vou conversa com uma pessoa de baixa renda, se eu tô andando num nível mais acima do que ela? Então, eu tenho que está de igual pra igual. Então eu preservo muito isso (SILVA, PT, 27).

É válido frisar que esta associação do vestuário ao estilo de vida pode ser compreendida de acordo com a reflexão que Juliana Emerenciano (2005) traz, a partir de Maria Nacif (2001), sobre a relevância do vestuário na comunicação humana. De acordo com a autora,

[...] o vestuário representa tanto o processo técnico quanto um meio de integração entre os indivíduos e o grupo, dentro da cultura, como transmissão deste processo e, como posse do indivíduo, como elemento de construção da sua identidade pessoal, perante o grupo, e da identidade coletiva do grupo a que pertence (EMERENCIANO, 2005. p. 11).

Deste modo, é importante compreender, principalmente a partir da fala de **Silva** (PT), o movimento de construção de identidade presente na relação do indivíduo com o grupo, de modo que o seu estilo de vestir a faria ser reconhecida. A fala de **Silva** (PT) ainda revela a constatação que Ana Brenner (2011) teve ao estudar a militância de jovens universitários, em relação à percepção deles sobre as mudanças após a filiação ao partido, que

[...] ocorre fundamentada na ideia de que há uma estética militante e um determinado padrão de consumo que diferenciam pessoas engajadas das não-engajadas. Ou seja, pessoas engajadas se vestiriam de determinada forma (BRENNER, 2011, p. 240).

Neste sentido, tal constatação pode ser também compreendida a partir da afirmação de Mary Douglas e Baron Isherwood ([1979] 2013) sobre os usos sociais dos bens, que os retiram da condição de neutralidade. Deste modo, as roupas, neste caso, também servem para representar o simulacro militante; assim como um elemento constituinte da identidade do/a filiado/a, como considerou Néstor Canclini (1995), revelada também a partir dos bens que os indivíduos possuem ou ostentam.

As questões na sequência do roteiro, ainda na composição deste bloco II, foram destinadas a saber sobre as posturas/comportamentos que os/as entrevistados/as assumem de forma direta ou indireta em relação aos produtos e serviços, buscando identificar locais, meios, marcas, além de posturas de predileção ou rejeição. Tais questionamentos foram pensados a partir de Mary Douglas e Baron

Isherwood ([1979] 2013).

Ainda buscamos saber sobre a periodicidade das aquisições de produtos, pois, de acordo com Mary Douglas e Baron Isherwood ([1979] 2013), as “periodicidades de consumo” (p.167) influenciariam no *status* de um bem: quanto mais se usa algo, mais o seu valor diminui. Há para os autores uma relação entre “frequência de uso dos objetos e os serviços de marcação” (p.168), em que a rotina e o corriqueiro têm menos valoração.

Neste sentido, os/as entrevistadas responderam, em relação aos alimentos, que as compras variaram entre diárias ou mensais, enquanto as de vestuário variaram de mensais a pontuais e, em relação ao lazer, a exemplo da participação em eventos, são qualificadas como esporádicas. As falas não refletiram diretamente aspectos concernentes ao *status*, percebidos a partir da relação frequência de uso e valor, pois os/as entrevistados/as não atribuíram valor negativo às compras corriqueiras, nem positivo às compras eventuais.

Em relação às aquisições de itens de alimentação, eles/as oscilaram entre nomear os produtos/serviços que consumiam e os locais em que faziam as aquisições. Houve ainda uma menção pulverizada sobre marcas. O mesmo ocorreu para o quadro de respostas em relação às práticas vestimentares.

Em relação à questão alimentar, a maioria mencionou não ter muitas preferências. Os/as entrevistados/as se referiram mais a tipos de alimentos como “arroz com feijão”, frutas, “comida de panela” – feitas em casa ou adquiridas em restaurantes populares. Quando o assunto foi “marca”, **Lara** (PSOL), **Lili** (PT), **Paulo** (PT) e **Karlos Marx** (PSOL) fizeram alguma menção a marcas de produtos/serviço. Ainda tivemos o caso de referência ao local de compra, como supermercados, declarados indiretamente em algumas falas, e afirmações diretas como as de **João Grilo** (PSOL) e **Cristina** (PSOL), que preferem comércio de bairro.

Um específico seria vinho. Mas no geral é fazer a feira, e o que posso de dizer de algumas marcas e tipos é, por exemplo, *Nestlé*, se for massa Vitarella, leite eu não tenho marca específica, refrigerante – é *Coca-Cola* (LARA, PSOL, meses).

A gente consome lá em casa muito leite. Lá ninguém toma café. A feira nossa tem muito leite. Tem muita fruta hoje por conta do bebê. De marca, é Ninho, Nescau... fralda descartável, por mais que seja um período, a gente usa muito turma da mônica (LILI, PT,18).

Tenho preferência por marca de cerveja, *Heineken* (KARLOS MARX, PSOL, 11).

O que eu mais utilizo, ultimamente é a barraquinha de cachorro quente (risos), são restaurantes populares mesmo. Lanchonetes de universidades, mas.. eu tenho consumido quase todo dia o cachorro quente. Vida de estudante liso.. eu saio da biblioteca, vou comer cachorro-quente. De vez em quando uma *Subway*, quando estou melhor de dinheiro (PAULO, PT, 12).

Eu prefiro comprar em pequenos mercados (JOÃO GRILO, PSOL, meses).

Eu prefiro comprar em comércio de bairro do que comprar nas grandes redes. Então, eu sou cliente assídua dos mercadinhos de bairro, do bairro onde eu moro, a ponto de saber nome de caixa, conversar com o dono do mercado, encomendar produto, eu acho que é uma relação muito mais interessante do que a relação de você tá comprando na *Walmart*, num Extra, numa grande rede.. Inclusive porque a relação de empregabilidade dessas pessoas nesse tipo de comércio é diferenciada, mesmo que eles ganhem o mesmo salário mínimo, a exploração é diferenciada (CRISTINA, PSOL, 03).

Chama atenção a fala de **Cristina** (PSOL), pois ela faz suas aquisições alimentares em mercados de bairro provavelmente devido à sua prática militante. Essa postura é semelhante ao que ela havia afirmado anteriormente, ao ter declarado evitar fazer compras em lojas de plantões de fim de ano, o que reflete, como já dito, a possibilidade de estarmos diante de um consumo político. É válido registrar o que Fátima Portilho (2009) sintetiza em relação a este perfil de consumo, o qual caracteriza “uma nova cultura de ação política visando a reapropriação da economia a partir de valores próprios” (p. 200), embora **Cristina** não tenha desenvolvido argumentos demonstrando tal crença.

Em relação ao vestuário, houve uma uniformidade da não preferência por marcas, mesmo porque, como foi demonstrado, eles/as caracterizaram seu estilo de vida como “simples”, exemplificado por meio de suas roupas, que, de acordo com eles/as, refletiriam essa simplicidade. **Paulo** (PT) e **Lara** (PSOL) fizeram menção a marcas, enquanto o *vestir militante* apareceu novamente, na fala de **Karlos Marx** (PSOL). Em relação aos locais de aquisição, há uma adesão maior ao comércio popular/alternativo, mas ainda são referenciadas as lojas departamento³⁵.

Eu não tenho esse lance de marca pra se vestir. É raríssimo eu comprar roupa por marca. Mas eu normalmente uso calça jeans. Nos últimos seis meses, eu comprei na Riachuelo, na C&A e ultimamente, eu descobri uma coisa chamada bazar. É algo maravilhoso (ROSA, PT, 04).

Eu não gosto de marca, eu procuro uma promoção, se tiver, eu ainda compro na Riachuelo, na C&A, essas questões. Mas eu gosto de ir ali no

³⁵ O mercado de moda-vestuário tem tipos de canais de distribuição, e as lojas de departamento são um das vias de venda em varejo (FRINGS, 2012).

mercado São José, entendeu? Essa semana assim, eu fui comprar roupa, eu dei uma circulada, calça jeans 80, 90, 120 reais. Aí eu disse “vou lá dentro”. Quando eu cheguei lá duas calças pela metade do valor daqui. E da mesma, só não tinha etiqueta (SILVA, PT,27).

Olha, sapato, eu gosto muito de sapato da *Adidas*, é uma mania que eu tenho, não sei o que é isso. Geralmente assim, uma camisa básica, calça jeans, básico. Não sou de comprar roupa social e tal (PAULO, PT, 12).

Eu sou muito econômica. Eu tenho muita roupa. Mas é porque, por exemplo, o vestido do casamento do meu irmão, que foi há 20 anos, eu tenho. Eu sou muito cuidadosa com as minhas roupas, por isso que elas duram muito tempo. Aí eu tenho muita roupa por causa disso, de eu comprar uma blusa, uma saia, pra ficar diferente no final do ano. Geralmente eu compro ou ganho roupa por época, dia das mães, dia dos namorados, final do ano. Eu usei muito a Renner. Mas eu tô mudando, porque a Renner tá com o preço da Zara, que é uma qualidade de roupa muito melhor. Eu tô começando a olhar pras boutiques, pras outras marcas. Eu gosto muito da Zara. Sandália, de Jailson Marcos. Eu sou muito o produto, preço. Eu olho muito o preço (LARA, PSOL, meses).

Agora eu só compro camisa de militante agora, comprei ontem do MTST, no Uruguai eu comprei uma de Eduardo Galeano. Faz tempo que eu não compro uma roupa, que eu não saio pra comprar roupa. E eu tenho camisa do Sport (KARLOS MARX, PSOL, 11).

O nome de marcas geralmente foi vinculado mais ao produto em si, mais em relação aos seus atributos utilitários, não necessariamente ao simbolismo que elas podem ter na sociedade (CAMPOS; DIAS; PERASSI, 2012). Apenas o caso de **Paulo** (PT) chama atenção, pelo fato de o entrevistado não saber explicar o porquê de sua predileção, o que reflete um comportamento hedônico³⁶.

Ainda em relação ao que o vestuário representa, a fala de **Karlos Marx** (PSOL) exemplifica mais uma vez a reflexão sobre a existência de um perfil militante, como já salientamos em relação à fala de **Silva** (PT) ao descrever seu estilo de vida. No caso de **Karlos Marx** (PSOL), ele também pode ser identificado por seus pares por meio do seu vestuário, bem como revela, neste sentido, sua atuação militante.

Outra temática abordada nas entrevistas foi com relação à mobilidade urbana, o que já foi sinalizado na descrição de estilo de vida de **João Grilo** (PSOL). Com relação ao “andar de ônibus”, **Silva** (PT) e **Keninho** (PSOL) relevaram em suas falas um fascínio pelo contato com a cidade e com as pessoas. Tais posturas demonstram uma sensibilidade implícita ao movimento dos direitos urbanos – o que se refere ao viver a cidade, seus espaços e suas vias de acesso, embora em momento algum

³⁶ De acordo com Solomon (2011), como já sinalizado no capítulo 1, o comportamento hedônico envolve fantasias e desejos subjetivos.

tenham feito menção sobre vinculação ao mesmo.

Eu gosto de caminhar e ônibus. Porque eu acho que o carro te isola muito. Eu gosto de conversar muito, então no ônibus eu já conheço uma pessoa, já vou puxando assunto. Às vezes, eu conheço histórias que as pessoas nem imaginam, que isso serve até pra mim, nas minhas palestras. Eu conheço muito história de dor, de alegria, já consolei muita gente que já chorou conversando comigo. Ou seja, já servi de psicóloga de dentro do ônibus (SILVA, PT, 27).

Eu tenho uma moto, mas eu acabo andando de ônibus em dias que são mais tranquilos, como os finais de semana. Até porque, pra ver a cidade, é preciso estar dentro do ônibus. Você não consegue ver o dia-a-dia da cidade a partir do seu carro ou da sua moto, você não consegue. Então, num final de semana, num domingo, eu uso ônibus, metrô, o transporte público (KENINHO, PSOL, 09).

Em relação a este aspecto, do viver a cidade, embora David Harvey (2012) se debruce em suas análises principalmente às questões referentes ao planejamento, distribuição e padrões de habitação urbanos; é um autor importante com o qual se pode refletir para um melhor entendimento da percepção da cidade e dos meios de transitá-la como espaços de interação e convívio social. De acordo com ele, “a questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos” (p. 74). Neste sentido, podemos compreender nesta dissertação que o viver a cidade também está vinculado ao que consumimos, daí o aparecimento de reflexões deste tipo quando falamos em mobilidade urbana.

Ainda visando a ampliar nosso conhecimento acerca dos produtos e serviços consumidos pelos/as entrevistados/as, buscamos também indagá-los/as sobre a atenção dispensada à origem/procedência do que consumiam. Muito do que os/as entrevistados/as responderam se relacionou ao questionamento sobre as rejeições, marcas de produtos ou serviços que são evitadas por eles/as. **Cristina** (PSOL) e **Rosa** (PT) são guiadas por leituras feministas e evitam produtos em que tenham identificado uma propaganda demasiadamente machista, a exemplo do que elas explicitaram com relação a produtos de limpeza da Mister Músculo e a cerveja Devassa, respectivamente.

Já **Pétrio** (PT) e **João Grilo** (PSOL) indicaram restrição a produtos transgênicos, pelas suas sensibilidades aos movimentos do campo – que valoram produtos cultivados a partir da tradição da agricultura familiar e englobam desde aspectos concernentes à periodicidade, local da compra, tipo de relação estabelecida na produção. Neste ponto, é possível perceber tanto na fala daquelas

quanto destes entrevistados/as que prevalecem nas suas escolhas mais as suas vinculações e sensibilidades aos movimentos que os partidos podem abarcar, do que ao próprio partido em si. Tal constatação se assemelha ao que Ana Brenner (2011) verificou em relação aos múltiplos engajamentos e à mobilidade proporcionados pelas militâncias dos/as jovens universitários/as que estudou.

De acordo com a autora, a militância no partido “amplia os espaços de circulação” e proporciona “experiências diferentes, contato com pessoas e com temas igualmente distintos”, ao ponto que “não há uma especificidade partidária que defina engajamentos únicos ou múltiplos” (p.203-204).

Em relação a esta inferência, de que não foi possível verificar distinção significativa entre os/as entrevistados/as, a partir de seus partidos, dada a similaridade de maior influência sobre suas atuações às aproximações a movimentos sociais, também foi importante comparar a fala de **Karlos Marx** (PSOL) e **Lara** (PSOL):

Tem coisas que saem notícias tipo a Daslu, a Zara, algumas que tem trabalho escravo, que tem condições de trabalho na base da exploração muito acentuada, então assim, as que são divulgadas, eu pelo menos evito. Eu compro a Adidas porque ela patrocina o Sport, e eu não posso fazer nada. Tirando isso, se não tiver associação muito clara. No mais a gente evita (KARLOS MARX, PSOL, 11).

Eu usei muito a Renner. Mas eu tô mudando, porque a Renner tá com o preço da Zara, que é uma qualidade de roupa muito melhor. Eu tô começando a olhar pras boutiques, pras outras marcas. Eu gosto muito da Zara. Sandália, de Jailson Marcos. Eu sou muito o produto, preço. Eu olho muito o preço (LARA, PSOL, meses).

Ou seja, são pessoas do mesmo partido, mas que levam em consideração aspectos distintos para suas aquisições. Sobre a mesma marca – Zara, têm posicionamentos diferentes. Isto poderia estar ligado ao tempo diferente de filiação político-partidária – **Karlos Marx** (PSOL) há 12 anos filiado, e **Lara** (PSOL) filiada há menos de 1 ano. Entretanto, aqui vale uma comparação ao que foi analisado por Ana Brenner (2011):

O tempo maior ou menor de militância não determina, contudo, intensidade maior e menor, respectivamente, de militância. Poderíamos esperar que jovens de militância mais longa tivessem, necessariamente, um investimento ou uma militância mais intensa e que os militantes mais recentes tivessem menor investimento, mas veremos nas narrativas dos jovens que pouco tempo de militância também pode ser sinônimo de grande investimento militante (p.136).

Deste modo, não seria necessariamente o tempo de filiação político-partidária, mas o envolvimento com a militância, como, por exemplo, o envolvimento com

discussões sobre o mundo do trabalho e as relações de produção. Nos casos aqui citados, **João Grilo** (PSOL) declarou, no início de sua entrevista, que sua atuação militante (feita há anos) independeu de sua filiação (feita há meses de quando a entrevista foi realizada), e tem rejeições por exemplo, a produtos desta mesma marca (Zara).

Ambev, Nike, essas redes Zara, m.officer, enfim, marcas que a gente sabe que tem algum vínculo com esse tipo de precariedade no mundo do trabalho, eu não apenas evito, como isso faz parte de um aspecto da militância de tentar conversar com outras pessoas para que elas evitem também.

Ainda sobre rejeições, é mister registrar que as demais respostas foram diversificadas, desde o não consumo de bebida alcoólica e cigarro, até respostas que também sinalizaram posturas políticas, como não consumir “com pele de bicho” (LILI, PT, 18) ou também o não consumo de informação veiculada por grupos considerados de direita, como a “Rede Globo” (MOVIMENTO NEGRO, PT, 30).

Outras questões que buscamos saber se relacionam ao ato da compra. Em relação à pessoa responsável pelas aquisições, a maioria dos/as entrevistados/as divide a responsabilidade com seus conviventes, e os produtos atendem algumas especificidades para os membros da família, seja por questão de saúde, seja por questão de gênero, ou ainda, devido ao ciclo de vida em que o membro da família se encontra.

Em relação à eventualidade de consumir algo que não estão habituados/as ou ainda à efetivação de uma compra por impulso, “comprar por comprar”, os/as que assim procederam demonstraram arrependimento por tal ação, sentimentos enfatizados por suspiros e/ou constrangimento.

Ademais, no que se refere ao “gostar de comprar”, a maioria respondeu positivamente, destacando a necessidade de contínuo controle, pois acreditam que as compras devem ser feitas mediante necessidades reais. No entanto, também houve falas que enfatizaram o prazer ou satisfação de proceder tal ritual. Tal dado não nos permite inferir que estes/as entrevistados/as são consumistas, mas, com certeza, corrobora a ideia de que ele/as gostam do ritual da compra. Uns/umas se mostraram indiferentes, e os/as que informaram não gostar atribuíram este fator, em geral, à logística e ao tempo que precisam dispensar, por exemplo, para fazer

escolhas.

Em relação a realizar compras acompanhado/a, a maioria dos/as entrevistados/as disse preferir companhia, mas houve os/as que responderam ainda depender do tipo de compra, no caso dos que, por exemplo, iriam fazer a compra, mas não consumiriam, como o caso de **Movimento Negro** (PT), que acompanhava a filha menor de idade nas suas compras.

Apenas 3 disseram preferir ir sozinhos, **Lili** (PT), **Karlos Marx** (PSOL) e **Cristina** (PSOL). Enquanto a primeira prefere antes de efetuar uma compra proceder uma comparação de preços e pesquisa de produtos, os dois últimos dizem serem geralmente “objetivos”, dispensando esta etapa. Em todos os casos, a companhia não é preterida para que possam se sentir mais à vontade para realizar aquisições sem precisar considerar a disposição de quem os acompanhem, seja esta maior ou menor.

Ainda importou-nos saber sobre os resíduos gerados pelos/as entrevistados/as, já que as discussões que envolvem o consumo responsável geralmente perpassam por este ponto, por estar relacionado ao cuidado com o meio ambiente. Quase todos/as demonstraram destinar atenção aos resíduos, apenas **Paulo** (PT) revelou não ter esta “preocupação”, mesmo que seus pais a tenham.

Eu vou te contar uma coisa, é uma coisa que lá em casa eu não tenho preocupação nenhuma. É uma coisa que eu preciso até avaliar. Meus pais tem essa preocupação, mas eu tenho muita pouca atenção pra isso, quase não tenho critério (PAULO, PT, 12).

Os/as demais se dividem entre práticas mínimas, como terem feito esta discussão em família (**JOÃO FELIPE**, PSOL) ou manterem a atenção para “não jogar lixo na rua e ter cuidado com seus bens para repassar aos outros” (**ROSA**, PT), até práticas mais complexas, como a tentativa de consumir menos embalagens/plásticos, evitar o desperdício e executar uma separação mínima dos resíduos domésticos entre os orgânicos e inorgânicos ou mesmo com relação à atenção ao descarte de eletrônicos. Em algumas falas, apareceu a reclamação quanto à falta de coleta seletiva na cidade em que residem, o que indicou uma desmotivação para mantê-la individualmente.

Hoje eu procuro assim: antes eu comprava saco de lixo, como a gente vai pra supermercado e tem a sacolinha, eu utilizo aquelas sacolas como saco de lixo. Eu não gosto muito, mas é uma necessidade. Os alimentos, eu sou muito cautelosa com o que sobra de alimentos. Eu sempre reproduzo outra coisa, se sobra arroz... o que for, eu tenho muito cuidado. Por exemplo, o

cuscut. Como eu moro sozinha, as vezes faço e sobra a metade. Eu vou dormir, quando acordo eu molho novamente, esquento, ele fica fofinho e eu como. Então eu não joga. Eu sempre penso numa pessoa que está passando fome. Eu tenho na minha casa, mas um dia pode faltar. Eu penso de duas a três vezes, eu só joga de fato quando não dá mais. Agora, quando sobra muito, eu coloco em alguma vasilha e levo pra alguma pessoa que eu encontre na rua. Quando estou numa lanchonete que não consigo comer o sanduíche todo, ou que eu compro, faço e sobra, tipo pizza mesmo, pego os pedaços, chego lá fora e dou (SILVA, PT, 27).

A gente tenta fazer a separação básica de o que foi uso de banheiro e lixo que vem da cozinha, separar. Óleo de fritura eu não joga no ralo, eu coloco ele num compartimento e joga no lixo, porque se for pro ralo vai pra rede de esgoto e é ruim. Agora, infelizmente por a gente não ter coleta seletiva de lixo, então a gente nem se dá o trabalho de separar, porque quando chega lá em baixo, o catador abre os lixos e faz a coleta dele (PÉTRIO, PT, 24).

Eu tento separar em casa, mas o recife é uma cidade muito difícil pra você trabalhar esse tipo de separação de resíduos, porque você separa tudo numa sacolinha, e chega os caras do caminhão e joga tudo no mesmo lugar de volta (JOÃO GRILLO, PSOL, meses).

A preocupação em relação ao meio ambiente é notável em todas as falas, mesmo no caso de **Paulo** (PT) que indica que apenas os seus pais têm esse tipo de preocupação. Os/as demais demonstraram refletir e, com testas franzidas, revelaram pesar pelo fato de não adotarem práticas mais efetivas e eficientes em relação aos resíduos que geram. Tal cenário indica que a maioria está envolvida em contextos em que o cuidado com o resíduo é considerado uma prática responsável e até mesmo cidadã, exercício de pensar no próximo, como declaram **Rosa e Silva** (PT).

Roupa, eu procuro conservar, porque na hora que não der, que eu não gostar mais, você pode sempre dar a um bazar, dar sempre a uma pessoa que precise (ROSA, PT, 04).

Eu sou muito cautelosa com o que sobra de alimentos. (...) Eu sempre penso numa pessoa que está passando fome. Eu tenho na minha casa, mas um dia pode faltar. Eu penso de duas a três vezes, eu só joga de fato quando não dá mais. Agora, quando sobra muito, eu coloco em alguma vasilha e levo pra alguma pessoa que eu encontre na rua.

Por fim, em relação a todos os aspectos apresentados e discutidos até então sobre as práticas de consumo dos/as entrevistados/as, é possível perceber que a relação destes/as com seus partidos refletem uma mescla dos perfis, cujo sentido Maurice Duverger ([1951] 1970) assinalou como característicos a partidos especializados e partidos totalitários.

Houve o caso de a entrevistadora deparar com perfis que tenderam mais ao perfil especializado, como **Lara** (PSOL) que pode representar esse perfil em sua completude, já que não apresentou em sua fala vinculações contundentes de suas práticas de consumo ao exercício militante, mas a partir de suas condições particulares. Houve ainda os/as filiados/as que se aproximaram mais do perfil totalitário, como **Silva** (PT) e **Cristina** (PSOL), que recorrentemente trouxeram em suas falas a expressão de suas reflexões militantes refletidas em suas práticas de consumo.

Em relação a estes perfis traçados, vale considerar que eles foram feitos tomando por referência um período da vida e de trajetória de filiação político-partidária, narrado por eles e por elas no momento da entrevista. Deste modo, ressalta-se que as suas posturas podem mudar de acordo com seus ciclos de vida e seu envolvimento com o partido. Tal ressalva foi feita considerando, tal qual Claude Dubar (2009) afirmou alhures, que a construção da identidade é um processo mutável.

3.3 Bloco III: Consumo, Filiação e Partido

Embora os blocos anteriores tenham versado em alguma medida sobre a relação entre consumo, filiação e partido, esta seção se direciona especificamente à vinculação entre estas dimensões, a partir das compreensões dos/as entrevistados/as. É neste bloco que eles e elas foram questionados diretamente sobre a possível relação entre filiação político-partidária e práticas de consumo. O tratamento das informações foi um pouco complicado, pois houve repetições de ideias, respostas iguais para perguntas diferentes feitas nos blocos anteriores.

Em relação à mudança no consumo após a filiação político-partidária, houve uma distribuição equilibrada entre os que consideravam o “sim” ou o “não”. Dentre os que consideravam que sim, a maioria das respostas se deu em relação a “passar a consumir” – materiais de campanhas e de estudo referentes ao partido, mas também o caso de **Karlos Marx** (PSOL), que se refere ao consumo de alimentos orgânicos. Dentre os “não” e os “não necessariamente”, chamam atenção a resposta “não” de **Movimento Negro** (PT) e o “não necessariamente” de **João Grilo** (PSOL) e **Cristina** (PSOL).

Não, a minha chegada no PT não me influenciou. Inclusive, quando eu cheguei tinha um debate muito interessante, que muita gente que eu

convivia não consumia a coca, por ser um produto dos Estados Unidos. Era um produto que chamava danoso aos socialistas. Mas eu consumia minha coca sem essa prerrogativa estabelecida (MOVIMENTO NEGRO, PT, 30).

O único consumo que está ligado diretamente ao partido é a compra de broche de solzinho, camisas militantes e tal... Mas o que vale mais é o aprofundamento das discussões, acho que não é o partido necessariamente (CRISTINA, PSOL, 03).

Não necessariamente, porque isso tem a ver com uma questão de aprofundamento, de certo conhecimento que tenha a ver com questão ideológica, que é de me preocupar se a loja tem um passado com algum tipo de prática, eu me tornei um pouco mais cuidadoso (JOÃO GRILLO, PSOL, meses).

A fala de **Movimento Negro** (PT) é bastante interessante devido ao caso emblemático do consumo da Coca-Cola por “militantes de esquerda”, geralmente questionados sobre suas práticas de consumo em tons moralizantes, o que se percebe não apenas da parte das pessoas que não fazem parte da esquerda, mas dos próprios militantes deste agrupamento.

Esta fala se entrelaçou de certa maneira com respostas ao questionamento sobre o consumo “dos/as outros/as filiados/as”, com os/as quais convivem e que não fizeram parte desta pesquisa. É mister registrar que levantamos esta reflexão para os/as entrevistados/as, partindo de que o consumo não deve ser moralizado, mas compreendido segundo as especificidades de quem consome; buscamos compreender como eles/as se posicionavam na condição de observador e não de observado.

Em contrapartida, é importante também considerar as falas de **Cristina** (PSOL) e de **João Grilo** (PSOL), que se referem ao fato de que alguma mudança no consumo acontece pela aproximação e pelo aprofundamento em discussões específicas, como já constatado anteriormente, que pode estar mais relacionado com um exercício militante do que o ato de filiação político-partidária.

Assim, em relação a este questionamento sobre sua condição de observador/a do consumo alheio, vinculada a discussões encampadas pelos partidos, **Lili** (PT) menciona que tais posturas teriam cunho pessoal, que “não é só uma questão do partido”, pois este engloba várias discussões não específicas sobre o consumo, mas “reflexões sobre o capital” que a ajudaram, por exemplo, a pensar a sociedade como num todo. Por outro lado, **Pétrio** (PT) menciona a existência de discussões dentro do partido encaminhadas por integrantes de movimentos sociais, como o caso do movimento do campo, que o sensibiliza a evitar o consumo de

produtos constituídos de transgênicos.

Sempre que tem reunião, sempre tem algum tipo de reflexão pra dentro do partido. Eu acho que isso também me ajudou. Agora, eu também acho que isso é questão pessoal, da pessoa querer. Não é só uma questão do partido (LILI, PT,18).

O que tem é na discussão na política pública. Porque o PT é parte da presidência da república, ocupa vários espaços, então tem o consumo como capacidade de renda das pessoas para o consumo, e esses programas bolsa família e garantia à safra, é que deram possibilidade. E também tem em algum grau as discussões que vem de movimentos sociais, como por exemplo, a tentativa de consumir produtos *horti-fruti* granjeiros sem agrotóxico, agroecológicos, isso tem discussão aqui no partido de movimentos sociais, e quem é de gestão pública que é do PT, pelo menos, compartilha essa visão de tentar consumir produtos vegetais sem agrotóxico, tenha uma resistência a isso (PÉTRIO, PT, 24).

No mesmo sentido das falas expostas acima, houve os casos de entrevistados/as, de ambos partidos, que não identificam a realização de tais discussões específicas sobre o consumo e as que identificavam discussões sobre outros assuntos, como os referentes à política econômica que de algum modo as perpassavam.

Não. Ao menos, se tem, é algo que nunca fiquei sabendo (ROSA, PT, 04).

Não que eu saiba. Eu sei que tem de qualidade de vida, de alimentação, veganismo, isso eu sei que tem (LARA, PSOL, meses).

Rapaz, eu acho que ela entra como uma discussão parte do geral de discussão de sociedade (KARLOS MARX, PSOL, 11).

Contudo, houve o caso dos/as que identificaram elementos específicos, como estímulos à “carona”, visando a uma redução no número de veículos, que de algum modo resulta em cuidado com o meio ambiente e contribui para uma melhor mobilidade urbana, com menos carros nas ruas, o que foi possível perceber na fala de **Keninho** (PSOL). Em contrapartida, apareceram exemplos da existência velada de uma discussão de caráter negativo do consumo, como ressaltou **Paulo** (PT).

Geralmente o que a gente aborda aqui é o consumo consciente. Essa é a discussão da gente. Tipo, tem uma campanha dentro do partido que é o seguinte: algumas pessoas tem carro e fazem um percurso por onde residem alguns companheiros/as, e se recomenda dar carona. Porque você vai tá evitando o consumo (KENINHO, PSOL, 09).

Às vezes se discute o consumo muito com o viés negativo: liga o consumo ao consumismo ao capitalismo, mas é uma coisa muito assim, sem propriedade, muita caricata. Principalmente de Economia, tem gente que discute lá que Dilma precisa facilitar o crédito, mas facilitar o crédito a gente sabe que é facilitar o consumo, mas ninguém faz essa discussão específica. Se fala mais em crédito, mas o consumo pouco se discute. O que se fala as

vezes de consumo, é nas relações pessoas, essa coisa de ser de esquerda e não ter uma vida muito aberta de consumir mais, isso não é uma questão que se diz nas plenárias, mas no miudinho, no micro das relações, há uma certa cobrança entre um e outro de não se ajoelhar, não ceder. Tem uma certa vigilância, que eu não ligo muito pra ela não. Tem uma certa vigilância entre as pessoas, mas não é uma pauta (PAULO, PT, 12).

No que se refere ao lado negativo do consumo e à sua “vigilância”, estes elementos surgiram na fala de **Cristina** (PSOL) em relação ao consumo dos/as outros/as filiados/as, mas com a ideia em sentido oposto ao identificado por **Paulo** (PT) na postura de alguns filiados, isto é, para o “não patrulhamento do consumo alheio”. As respostas de ambos vão no sentido dos debates acadêmicos alavancados por Mary Douglas e Isherwood ([1979] 2013), Daniel Miller (2004a) e Livia Barbosa (2004) sobre a moralidade, como já visto neste trabalho. Tais autores/as ressaltam a importância de não moralizar o consumo, mas buscar compreendê-lo.

Existe sempre a preocupação de você não estar fazendo patrulhamento ideológico do outro, de que não existe socialista de *iphone*. Porque a relação é muito similar de outros. Eu acho que é questão de postura simbólica, diante das construções e desconstruções do sistema (CRISTINA, PSOL, 03).

Além da não moralização do consumo alheio, vale registrar que no início deste trabalho, fizemos uma reflexão no sentido de compreender o consumo como atividade social, quando os/as entrevistados/as responderam sobre o que pensavam sobre o consumo e o “ser consumidor”; e revelaram a compreensão de que consumir é inerente à existência humana.

Em relação às outras respostas sobre os/as outros/as filiados/as, a maioria respondeu, independentemente de partido, que uma “boa parte” tem uma preocupação, embora se tenha registrado em respostas anteriores e na presente indagação que eles e elas “não” ou “nem sempre” têm esta atenção.

Sim. Acho que tem pessoas muito mais ousadas do que eu dentro do partido, mais ousadas do que eu (MOVIMENTO NEGRO, PT, 30).

Existe alguns filiados que tem essa preocupação. Determinadas marcas estão associadas a empresas, uma certa postura em relação a marca, em relação a consumidor. Às vezes o não consumo de certos produtos de certas marcas é visto como um ato de protesto, de boicote. Eu não sou tão radical em relação a isso, meu consumo é mais motivado pela minha necessidade, pela necessidade da minha família (JOÃO FELIPE, PSOL, 01).

Chamam a atenção as falas de **Lili** (PT), pois de algum modo se elas

relacionam com o que Mary Douglas nos faz ponderar sobre a relação entre consumo material e pobreza, defendendo que “a pobreza é uma questão de como as pessoas tratam umas às outras” (p.23); já que a entrevistada faz menção ao fato de que há indivíduos dotados de muitos bens, enquanto outros pouco/nada tem.

Tem gente militando por isso. Inclusive isso é uma questão de desigualdade, essa exacerbação que o capitalismo impõe é um dos motivos dessa desigualdade toda que a gente passa. Porque é aquela coisa, um só é muito rico, porque o outro é muito pobre (LILI, PT, 18).

Vincular em alguma medida práticas de consumo ao partido por uma afinidade das pautas que este encampa surgiu na fala de **João Grilo** (PSOL), que já havia sinalizado isto anteriormente sobre as suas próprias práticas. Em contrapartida, a fala de **Pétrio** (PT) de algum modo sintetiza a ideia de que uma conduta específica estaria muito mais ligada à vinculação a movimentos sociais e que o partido poderia ser palco de suas discussões, mas não propriamente originária do partido.

Eu acho que sim. Existe essa afinidade ideológica de quem procura o psol pra se filiar. Eu acho que um cara que vai pra uma micareta uma vez por mês, muito dificilmente ele vai procurar o psol pra se filiar. Então eu acho que existe. Não em sua totalidade, mas existe de filiados compartilhando esses tipos de preocupação (JOÃO GRILO, PSOL, meses).

Tem uma série de filiados que tem. Mas pelos filiados que estão ligados aos movimentos sociais do campo, da economia solidária (PÉTRIO, PT, 24).

Assim, a partir das falas registradas, podemos elaborar uma inferência razoável: parece mais incidir nas práticas de consumo o fato do/a filiado/a ser próximo ou militante de pautas específicas de movimentos sociais, que podem estar ou não vinculadas às pautas dos partidos.

Por outro lado, a partir do que foi observado, registrado e analisado, podemos compreender que as menções ao partido indicaram que este abarca mais discussões macrossociais, sendo os debates sobre sistemas político-econômicos que mais o representariam, e que deste modo podem incidir sobre as questões microssociais do cotidiano e nas relações culturais de toda a sociedade, não apenas de seus/suas filiados/as.

Dado o exposto, parece, portanto, que o ser filiado/a de esquerda ou estar à esquerda no espectro da díade, estaria mais vinculado a expressar esta filiação por meio de uma fala que apoie a realização de governos que propiciem a formação de um sistema com distribuição de renda e práticas de produção-consumo que

atenuem (centro-esquerda) ou eliminem desigualdades sociais (extrema esquerda), reivindicado por movimentos que lutam por direitos e políticas plurais, que contemplem a diversidade humana.

É possível apreender, em relação às reflexões feitas neste bloco, que práticas de consumo de filiados/as à esquerda – foco desta dissertação, que conotem algum posicionamento político, estariam mais vinculadas a suas visões de mundo, construídas em alguma medida a partir de suas trajetórias de filiação político-partidária, além de expressarem identidades materializadas, a partir da escolha de aquisição e uso de produtos e serviços.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, considero que seu percurso e resultado atenderam aos objetivos propostos, o que representa que há possibilidade de relacionar consumo e filiação político-partidária de esquerda, a partir do que foi apreendido dos registros das falas dos/as entrevistados/as sobre suas trajetórias de filiação político-partidária e suas práticas de consumo. Deste modo, é válido resgatar alguns elementos encontrados no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa que subsidiam a reflexão sobre o entrelaçamento das dimensões apontadas.

Em relação as reflexões teóricas articuladas, foi possível perceber que o consumo gradativamente adquiriu relevância no cotidiano dos indivíduos. Com efeito, passou a materializar a construção de identidades dos indivíduos, deixando de estar vinculado apenas à visão de um suprimento utilitarista da existência humana e esteve atrelado de sobremaneira às práticas culturais em todas as esferas da vida em sociedade, ao passar dos anos.

Já no que tange às trajetórias de filiação, percebi que “ser filiado”, na concepção dos/as entrevistados/as, está relacionado a um vínculo burocrático com o partido, o que não significa necessariamente uma participação efetiva nele. Esta participação é associada ao “ser militante” e também ao envolvimento do sujeito com práticas encampadas pelos partidos. Estes papéis não são rígidos, pois podem variar de acordo com a conjuntura, as subjetividades dos indivíduos, e ainda, com o próprio partido. As diferenças que existem no corpo de filiados/as do partido foram consideradas por eles e elas como um aspecto positivo, pois representariam, de acordo com suas concepções, a pluralidade – o que compreendo até mesmo como um exercício democrático.

Um outro aspecto que considero importante destacar sobre a filiação dos/as entrevistados/as diz respeito às suas compreensões sobre a díade direita-esquerda. Para eles e elas, a díade existe, e seus apontamentos foram mais voltados a caracterizar a esquerda – que foi associada aos *movimentos sociais*, às lutas em prol das *liberdades individuais/democráticas* e da *valorização do ser humano*, bem como às questões referentes à *distribuição de renda* e à *necessidade de mudança no sistema econômico*. Eles/as defendem a importância da “manutenção” da díade e, ainda que ressaltem a dificuldade de definir esquerda e direita, consideram que o discurso sobre o seu fim atende a interesses da direita.

Os/as entrevistados/as vinculam seus partidos à esquerda, o que os/as levam a uma exaltação espontânea e desenvolta do próprio partido. Este fato foi mais recorrente e marcado nas falas de filiados/as ao PSOL que, segundo os/as próprios/as filiados/as, representa a materialização de uma esquerda ideal, não extremista, sem perder o foco de manutenção de um programa esquerdista e sem integrantes envolvidos em casos de corrupção.

Esta mesma desenvoltura, presente nas falas dos/as entrevistados/as sobre os partidos, não pude perceber quando os questionamentos se voltaram a questões sobre o consumo. Nesse tópico das conversas, as expressões não verbais permearam partes das entrevistas com filiados/as de ambos partidos, dizendo ou expressando em forma de algum sinal o que os/as entrevistados/as queriam dizer – ou sobre o que não sabiam argumentar.

É importante ressaltar que ficou evidenciado durante as entrevistas o fato de que esta não familiaridade dos/as filiados/as com a temática apresenta um desafio que precisa ser enfrentado por toda a sociedade e, também, ou principalmente, pelos partidos, diante das faces do capitalismo contemporâneo, que, por vezes, cristaliza nas relações de consumo, desigualdades sociais vivenciadas cotidianamente.

Diante de suas falas, ainda que consideradas as hesitações, percebi que os/as filiados/as em questão refletem suas trajetórias de filiação político-partidária, em menor ou maior medida – a depender dos engajamentos de cada um/a deles/as – em suas práticas de consumo. Tal variação se deve ao fato de estarmos diante de indivíduos dotados de subjetividades e vivências particulares, o que, vale salientar, tornou diverso o conjunto de entrevistados/as. Esta diversidade encontrada suscita a necessidade de que a esquerda, seus/suas filiados/as e militantes não sejam estereotipados/as, mas compreendidos a partir de uma realidade que se coloca multifacetada diante do indivíduo, com a qual ele interage cotidianamente.

Os vínculos sociais permeiam as trajetórias de filiação político-partidária e as práticas de consumo dos/as filiados/as pesquisados/as. Assim, é importante destacar que as práticas de consumo, por vezes, são mais direcionadas segundo estes vínculos do que pela vivência partidária em si, o que me leva a reiterar a ideia de que o consumo é uma atividade social. Ademais, reitero ainda que os bens e seus usos podem ser vistos como vias de materialização de subjetividades, de

expressões afetivas.

Em contrapartida, a participação em movimentos sociais, ou a sensibilidade a estes, foi um fator que também incidiu nas práticas de consumo de parte dos/as entrevistados/as; dado que, de acordo com os depoimentos coletados, foi possível perceber que o consumo aparece de modo transversal nas discussões alavancadas por estes movimentos. É importante registrar que os partidos dos/as entrevistados/as parecem “guarda-chuvas”, sob os quais alguns movimentos sociais estão, o que pode proporcionar uma aproximação entre eles, isto é, os próprios movimentos, e os/as filiados/as aos partidos.

É válido destacar ainda duas diferenças marcantes entre filiados/as relacionadas às pautas dos partidos. A primeira se refere às suas compreensões sobre a política social. Houve unanimidade sobre o fato de que tais políticas caracterizam a esquerda e devem pautar a condução da política macroeconômica, no entanto, há divergência sobre a forma como isto tem sido encaminhado nos governos do PT.

O PT, para os filiados/as ao PSOL, representa a conciliação entre direcionamentos econômicos permeados por nuances neoliberais e políticas sociais; vale salientar que este direcionamento é, para seus/suas filiados/as (PT), minimamente satisfatório, e, para filiados/as do PSOL, insuficiente.

A segunda diferença está relacionada às associações entre consumo, participação e cidadania. Para filiados/as ao PT esta triangulação é positiva; enquanto para filiados/as ao PSOL é limitada e não atende a um exercício de cidadania, embora tenham reconhecido que, dada a sociedade capitalista vigente, acessar ao mercado de bens de consumo e serviços é uma forma de participar dela.

A partir deste panorama, inferi que estas visões diferentes refletem e ilustram a existência de várias esquerdas, em que a visão vinculada ao PT representaria uma esquerda mais ao centro da díade, enquanto a vinculada ao PSOL, uma esquerda mais ao extremo. Contudo, é pertinente frisar que estes partidos ainda abarcam diferenças internas, dada a diversidade de filiados/as e das correntes que os integram, o que vejo como salutar.

Diante do exposto, acredito que esta dissertação possibilitou que o simulacro, as imagens construídas em torno das pessoas filiadas à esquerda fosse repensado, e assim repensada também a ideia de que suas práticas de consumo são, ou

mesmo devem ser, mais conscientes e responsáveis. Apesar de que, por parte dos/as entrevistados/as, a composição do vestuário tenha sido fortemente vinculada a uma estilização da representação militante, é preciso reconstruir idealizações referentes a um padrão de esquerda, considerando a sua diversidade.

Repensar este simulacro se faz necessário, pois, assim como nós, filiados/as à esquerda estabelecem vínculos sociais diversos, para além dos vínculos político-partidários e, embora tenham críticas ao sistema capitalista vigente, dele também fazem parte, nele transitam e em meio a ele constroem suas identidades.

Neste sentido, creio ainda que a elaboração desta dissertação foi importante para dar voz a estes sujeitos e, assim, refletir sobre suas visões de mundo, hesitações e conflitos diante do que almejam e da realidade em que se encontram.

Em síntese, percebemos que ser consciente e responsável sobre as práticas de consumo vai além do fato de estar filiado/a a uma instituição “de esquerda”; é uma prática que também concerne às particularidades de cada indivíduo, aos seus vínculos sociais diversos estabelecidos no cotidiano.

Em relação à comunidade acadêmica, espero que a feitura desta pesquisa tenha contribuído para minha área de formação. Deste modo, espero ter somando à Economia Doméstica – que tem se aproximado cada vez mais dos Estudos do Consumo, no sentido de apresentar um trabalho em que busquei não moralizar as práticas de consumo dos/as filiados/as, mas compreendê-las em sua complexidade. Em tempo, ressalto a importância de que mais pesquisas desenvolvidas nesta área do saber se voltem a estudar atuações políticas dos indivíduos, bem como as reflexões sobre o consumo que, em alguma medida, perpassam não apenas discussões em instituições burocratizadas, mas também em movimentos sociais.

É válido registrar que, apesar do número reduzido de participantes, característico de uma pesquisa que tenha adotado procedimentos metodológicos qualitativos, a entrevista dirigida em profundidade permitiu que “achados” relevantes fossem encontrados. Este público se apresentou diverso e com similaridades, ao ponto que, no mínimo, dois perfis foram traçados; mesmo a partir de um conjunto pequeno, se comparados a populações amostrais.

Ao discorrer sobre outros caminhos de pesquisa, reconheço o quanto se apresentou instigante para mim, após terminar esta dissertação, a curiosidade de conhecer a diversidade de filiados/as de outros partidos, não apenas situados à

esquerda da díade, mas à sua direita. Será que há diferença? Quais suas trajetórias? Como pensam o "ser consumidor/a"? De que modo significam suas práticas de consumo?

Desta maneira, ao finalizar este trabalho, perspectivas de estudo se colocam à minha frente e para o mundo. Quem sabe ainda: lançar sobre as informações coletadas o olhar da Teoria da Agência? Ou o aprofundamento das interpretações sob um viés semiótico de forma mais contundente? Ou um estudo sobre as cartilhas dos partidos estudados na perspectiva de identificar discussões sobre o consumo?

Por fim, é mister ainda mencionar que não apenas construir esta dissertação, mas todo o processo de formação acadêmica, que o mestrado possibilitou a mim, e o principal exercício de *estar mais como ouvido do que como boca* na atividade de campo – apesar das interações – me fizeram reconhecer que o processo de aprendizagem é realmente um exercício de humildade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **IPI para linha branca continua por tempo indefinido**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2014/01/ipi-para-linha-branca-continua-por-tempo-indefinido-6310.html>>. Acesso em: 27 dez 2014.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria geral dos partidos políticos. **Revista de informação legislativa**. v. 16, n. 64, p. 127-164, out./dez. 1979.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs.). **Cultura, consumo e identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARBOSA, Livia. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BBC BRASIL. **Lula incentiva consumo para estimular a economia**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081223_lula_discurso.shtml>. Acesso: 27 dez 2014.

BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W.; ENGEL, James F. **Comportamento do consumidor**. 9. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BOBBIO, Norberto. **DIREITA E ESQUERDA: Razões e significados de uma razão política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOITO Jr., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.17, 2003, p.10-36.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, [1979] 2013.

BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. 2011. p. 309. Tese de Doutorado pelo Programa de Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-USP, 2011.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

CAMPOS; DIAS; PERASSI. Identidade, marca e consumo: Construções simbólicas na tessitura da cultura. *Revista do centro de artes da UDESC*. v.9, 2012, p.464-473.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. p. 177-196. In CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. p. 115-144. In CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Esquerda Caviar**: A hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no Mundo. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2013.

- CORREIO DO BRASIL. **Perfil de manifestantes é plural, assim como as causas reivindicadas.** Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/06/18/interna_cidadesdf,371893/perfil-de-manifestantes-e-plural-assim-como-as-causas-reivindicadas.shtml>. Acesso: 27 dez 2014.
- CRUZ, Sebastião Velasco. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. p. 13-48 in CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.** Rio de Janeiro: UFRJ, [1979] 2013.
- DOUGLAS, Mary. O mundo dos bens, vinte anos depois. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 13, n. 28. p. 17-32, jul/dez [1999] 2007.
- DUBAR, Claude. **A Crise das identidades: A Interpretação de uma Mutação.** Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (108 p.)
- DUBAR, Claude. **A Socialização:** Construção das identidades sociais e profissionais. Porto Editora. Portugal, 1997. (190 p.)
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1951] 1970.
- EDITORA GLOBO. **DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA.** Porto Alegre: Editora Globo, [1961] 1970.
- EMERENCIANO, Juliana. A Comunicação através das Roupas: Uma Compreensão do Design de Moda além da Superficialidade. **Revista Design em Foco.** v. 2, n. 1, p. 9-25. jan./jun. 2005.
- FIORIN, José Luiz. **FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ENSINO DA LEITURA.** In: XIII Semana de Letras. Santa Maria/RS, 1990.
- FRINGS, Gini Stephens. **Moda:** do conceito ao consumidor. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- GIGLIO, Ernesto Michelangelo. **O comportamento do consumidor.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- GOMES, Romeu. A ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISA QUALITATIVA. In: MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- GORCZEWSKI, Clovis; MATIN, Nuria Belloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática.** [recurso eletrônico] Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.
- GOVERNO FEDERAL (org.). **Consumo sustentável: Manual de educação.** Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. 160 p.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **DICIONÁRIO DE SEMIÓTICA.** São Paulo: Editora Cultrix, 1979.
- GUALHARDO, Ricardo. **Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410#ixzz4Dudp89UR>>. Acesso em: 27 dez 2014.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.

HARVEY, David. **O direito à cidade. Trad. Jair Pinheiro. Lutas Sociais.** n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HURTIG, Serge. Introdução à Sociologia Política. **RAS – Revista Análise Social.** Lisboa. 4(13). 1966.

IFD. **Marcas são usadas por manifestantes para protestar.** Disponível em: <<http://www.ifd.com.br/publicidade-e-propaganda/marcas-sao-usadas-por-manifestantes-para-protestar/>>. Acesso em: 22 dez 2014.

JAKOBSEN, Kjeld. **A Internacional Socialista, suas origens e atuação contemporânea.** Textos para Debate. São Paulo: Brasília: Secretaria de Relações Internacionais do PT, 2008/2009.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. p.49-74. In CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório.** 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, v. 26, nº.1 (101), p. 58-74 jan./mar. 2006.

MASLOW, Abraham H. **Motivation and Personality.** Harper & Row Publishers, Inc.; New York, [1954] 1970.

MEZZAROBA, Odires. A reforma política e a crise de representatividade do sistema partidário brasileiro. **Revista Sequência**, n. 53, p. 95-112, dez. 2006.

MICHELETTI, Michele; STOLLE, Dietlind. Sustainable citizenship and the new politics of consumption. **Annals American Academy of Political and Social Science**, 644, nov. 2012.

MÍDIA INDEPENDENTE. **O PT beneficiou os Capitalistas ao aumentar o consumo dos Pobres.** Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2014/07/534037.shtml>>. Acesso: 27 dez 2014.

MILLER, Daniel. Pobreza da moralidade. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, n. 17, p. 21-43, 2 sem. 2004a.

MILLER, Daniel. **Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores.** São Paulo: Nobel, 2004b.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.** Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html> Acesso: 15/ out. 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2000.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, [2005] 2010.

REBELLO, Maurício. Michel. **Os partidos políticos**: uma evolução de tipologias sob novos contextos. In: III Seminário Buscando o Sul, São Borja/RS, 2014.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2005 [2003].

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Sônia. **O programa Bolsa Família: Evolução e efeitos sobre a pobreza. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 113-139, abr. 2011.

SEGALLA, Amauri; PEREZ, Fabíola. **Como os brasileiros gastam**. Disponível em <http://istoe.com.br/195047_COMO+OS+BRASILEIROS+GASTAM/>. Acesso em: 02/05/2016.

SILVA, Alan Jhones Rosa; ADAME, Alcione. **Obsolescência programada e planejada em face do direito ambiental**. In: I Seminário de Direito Público da AJES. Vale do Jurema/MG, 2015.

SILVA, Izabela Domingues. **A Nova Ordem do Discurso na Propaganda: Internet, Prosumers e Consumerismo Político**. UFPE: Recife, 2011.

SOARES, Luis. **Jean Wyllys: “expulsar e agredir integrantes de partidos é atitude fascista”**. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/jean-wyllys-expulsar-e-agredir-integrantes-de-partidos-e-atitude-fascista.html>>. Acesso em: 27 dez 2014.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.) **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. 1 ed. São Paulo: Fundação Heinrich Boll, 2013.

TASCHNER, Gisela. Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 47-52, jan/abr, 2010.

TASCHNER, Gisela. Raízes da cultura do consumo. **Revista USP**, São Paulo (32): p. 26-43, dez/fev, 1996-97.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015), p. 197-212. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TEIXEIRA, Juliana Cristina; NASCIMENTO, Marco César Ribeiro; BARROS, Amon. **Os rolezinhos em Shoppings Centers: reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos de segregação social e urbana**. In: VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Gramado/RS, 2014.

TRISTÃO, Ellen. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, jan./jun. 2011.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos Políticos**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 22 dez 2014.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Filiação Partidária**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiação-partidária>>. Acesso em: 22 dez 2014.

VEBLEN, Thorstein. ***A Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições***. São Paulo: Abril Cultural, [1899] 1983.

VIANA, Nildo. ***O QUE SÃO PARTIDOS POLÍTICOS?*** Goiás: Edições Germinal, 2003.

WARREN, Ilse Scherer. O caráter dos novos movimentos sociais. p. 19-34. In: WARREN, Ilse Scherer; KRISCHKE, Paulo J. ***Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul***. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

WEISSHEINAR, Marco Aurélio. **Não há um “movimento” em disputa, mas uma multidão sequestrada por fascistas**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Nao-ha-um-%27movimento%27-em-disputa-mas-uma-multidao-sequestrada-por-fascistas/28748>>. Acesso em: 22 dez 2014.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos V.Sa. a participar da pesquisa **“Práticas de Consumo de filiados a partidos políticos de esquerda: Entre os discursos e as vivências cotidianas”**, sob responsabilidade da pesquisadora Jaqueline Ferreira Holanda de Melo, orientada pela Prof^a Dr^a Raquel de Aragão Uchôa Fernandes e co-orientada pelo Prof. Dr. Marcelo Machado Martins, no programa de pós-graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A pesquisa tem por objetivo geral analisar a relação entre consumo e filiação político-partidária, a partir dos discursos de filiados a partidos políticos de esquerda sobre suas vivências cotidianas em relação às suas filiações e ao campo do consumo. Esclarecemos que manteremos em anonimato, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem o sujeito da pesquisa usando apenas, para divulgação, os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo. Informamos também que após o término da pesquisa, serão destruídos de todo e qualquer tipo de mídia que possa vir a identificá-lo tais como filmagens, fotos, gravações, etc., não restando nada que venha a comprometer o anonimato de sua participação agora ou futuramente.

O (A) senhor (a) terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si. Nos casos de dúvidas e esclarecimentos o (a) senhor (a) deve procurar a pesquisadora Jaqueline Ferreira Holanda de Melo, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas, Av. Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife ou pelos seguintes contatos: (81) 9 8863-5532/ 9705-3469/ 9283-5616, jaquelinefhm@gmail.com.

Consentimento Livre e Esclarecido Eu, _____ após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com a pesquisadora, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do(s) pesquisador (es).

Recife, ____ de _____ de _____

Assinatura do sujeito (ou responsável)

Assinatura da pesquisadora

Roteiro de Entrevista

Nome fictício: _____

Reside em: _____

Fonte de renda: _____

Parte I

Filiação e Militância

1. Há quanto tempo é filiado?
2. Qual foi o seu primeiro contato com o partido?
3. Por que se filiou?
4. Por que este partido e não outro?
5. que você pensa sobre direita e esquerda?
6. Das reivindicações que o partido encampa, com qual você mais se identifica?
7. Como é a sua participação no Partido?
8. Como é o seu convívio com os outros partidários lá na sede do partido ou quando vocês estão se manifestando nas ruas ou nas instituições?
9. Como você vê sua vida antes e depois da sua filiação ao partido?
10. Você participa de outros movimentos? Quais?
11. Você se considera militante? Para você, todo filiado é militante?

Parte II

Consumo e Cotidiano

Para você, o que significa ser um/a consumidor/a?

Você se percebe ou se considera um/a consumidor/a?

Como você distribui a sua renda?

Com o que você mais gasta o seu dinheiro?

No último mês, houve gastos que não tinham sido previstos no seu orçamento?

Se sim, com o quê?

Existe algum produto ou serviço que você não costuma consumir, mas que tenha consumido no último mês? Se sim, dê um exemplo?

Por que você o consumiu?

Como você poderia descrever o seu dia a dia, do ponto de vista de um “estilo de

vida”?

Quais são os principais produtos/serviços, meios, ambientes e/ou marcas que você consome? (Liste, por favor, pelo menos 3 de cada um dos campos que irei mencionar)

Para se alimentar?	Para se vestir?
Para transitar na cidade?	Para se comunicar?
Para se divertir?	

Qual é a periodicidade de aquisição do que foi listado?

Para se alimentar?	Para se vestir?
Para transitar?	Para se comunicar?
Para se divertir?	

Você sabe qual a origem/procedência dos produtos que você consome?

Para se alimentar?	Para se vestir?
Para transitar?	Para se comunicar?
Para se divertir?	

que você não consome? De jeito nenhum? Por quê? Alguma marca?

Caso não consuma algo específico, já houve alguma ocasião de consumi-lo?

Como se sentiu/e?

Você é o responsável pela compra do que é consumido em sua casa?

Se sim, o que você compra para você é o mesmo que você compra para os

outros? Por quê?

Você gosta de comprar? O que você pode listar como principal motivação para realizar suas compras?

Quando você vai às compras, você prefere ir sozinho ou acompanhado?

Como você descreveria os momentos antecedem suas compras?

Você gera resíduos a partir do que consome? Se sim, como se dá o descarte desses resíduos?

Algum hábito de consumo mudou ao longo de sua vida? Qual?

Você já comprou por comprar, simplesmente por comprar mesmo? Se sim, qual/quais produtos? Se sim, por quê?

Parte III

Consumo e Filiação

1. que você entende por consumo?
2. Você deixou ou passou a consumir produtos depois de entrar no partido? Por quê?
3. Seu partido tem alguma discussão específica sobre consumo?
4. Você acha que os/as filiados/as como você se preocupam com o consumo? Poderia exemplificar casos em sua resposta?